



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

RENAN BELMONTE MAZZOLA

**ANÁLISE DO DISCURSO E CIBERESPAÇO:
HETEROTOPIAS CONTEMPORÂNEAS**



ARARAQUARA – S.P.
2010

RENAN BELMONTE MAZZOLA

ANÁLISE DO DISCURSO E CIBERESPAÇO: HETEROTOPIAS CONTEMPORÂNEAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Estrutura, Organização e Funcionamento Discursivos e Textuais

Orientador: Maria do Rosário Valencise Gregolin

Bolsa: CNPq

ARARAQUARA – S.P.
2010

Mazzola, Renan Belmonte

Análise do discurso e ciberespaço : heterotopias contemporâneas /
Renan Belmonte Mazzola. – 2010

135 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) –
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras,
Campus de Araraquara

Orientador: Maria do Rosário Valencise Gregolin

1. Análise do discurso. 2. Ciberespaço. 3. Mídia digital.
3. Leitura. 4. Internet (Redes de computação). 5. Heterotopia.

I. Título.

RENAN BELMONTE MAZZOLA

ANÁLISE DO DISCURSO E CIBERESPAÇO: HETEROTOPIAS CONTEMPORÂNEAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Estrutura, Organização e Funcionamento Discursivos e Textuais

Orientador: Maria do Rosário Valencise Gregolin

Bolsa: CNPq

Data de aprovação: 04/02/2010

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Profa. Dra. Maria do Rosário Valencise Gregolin
UNESP/Araraquara.

Membro Titular: Profa. Dra. Luzmara Curcino Ferreira
UFSCar/São Carlos.

Membro Titular: Prof. Dr. Fábio César Montanheiro
UFOP/Ouro Preto.

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

“Neto e neta são netos, no masculino. Filho e filha são filhos, no masculino. Pai e mãe são pais, no masculino. Avô e avó são avós.”

Arnaldo Antunes

À Zaira Campazi Belmonte e Antonio Belmonte, por tudo o que me fizeram ser, eu dedico.

AGRADECIMENTOS

Antoine de Saint-Exupéry costumava dizer que cada um que passa em nossa vida passa sozinho, mas não vai só nem nos deixa sós. Leva um pouco de nós mesmos e deixa um pouco de si mesmo. É dessa maneira que pretendo agradecer as pessoas e as instituições seguintes que deixaram um pouco ou muito, não importa, de si em mim, no decorrer deste trabalho. Portanto, agradeço:

À minha orientadora e professora Maria do Rosário Gregolin, por tudo o que fez por mim, por acreditar sempre em meu trabalho, desde os primeiros momentos na Unesp, desde o primeiro ano da graduação em Letras. São imensos a admiração e o respeito que tenho por ela. “Quem tem medo que lhe roubem a ideia é porque só possui *uma* ideia”, disse-me uma vez. A partir daí, muitas ideias perderam o medo e deram as caras. Muitas delas ainda estão por vir.

À minha mãe, Nádia, por transpor barreiras intransponíveis e por erguer-me em todas as quedas.

À família Valencise/Gregolin, que sempre me recebeu de braços abertos em todas as ocasiões – sérias ou não. Em especial ao Zé, à Maíra Gregolin, à Isadora; à Maria, ao Cirão.

Aos amigos do Grupo de Estudos em Análise do Discurso de Araraquara (GEADA). O passar do tempo e o amadurecimento só me fizeram admirá-los ainda mais como mestres e pesquisadores brilhantes que são. Quero ser como eles. Agradeço ao Baronas, à Nádea Gaspar, ao Pedro Navarro, à Flávia dos gatos, ao Paulinho, à Regina Baracuhy, à Nildi, à Mara Rúbia e, especialmente:

À Luzmara Curcino, por ter sido minha primeira professora de fonética e fonologia e por quem sinto um carinho enorme; agradeço outrossim pela leitura apurada que fez de meu relatório de qualificação e pelas dicas valiosas na defesa.

Ao Fábio Montanheiro, que tão gentilmente aceitou fazer parte de minha banca de qualificação e defesa e prestar sua contribuição e experiência a esta dissertação.

Ao Carlos Piovezani, cujo rigor encontrado em todos os seus trabalhos sempre me influenciou. Muitas de minhas orações subordinadas encadeadas eu copieei dele.

Ao Nilton Milanez, por me dar a oportunidade de lidar com os “monastérios episcopais no interior de mim” no momento das apresentações, por sempre confiar nos novos pesquisadores, por abrir as portas de sua casa tantas vezes para que pudéssemos participar dos eventos de AD na Bahia, por ter me convidado para participar de um grupo tão surpreendente como é o Grudiorcorpo.

Ao Túlio Pereira, pelas conversas sobre a História, que alcançavam a madrugada, lá longe, em Vitória da Conquista.

Ao Cleudemar, cujos trabalhos sempre tomei como modelo e exemplo. Agradeço outrossim pela cumplicidade e pela amizade.

Ao Tony, que insiste em afirmar que eu trabalho só com hipertextos e por ter me recebido tão bem em Arraial d'Ajuda.

À Vanice Sargentini, pela facilidade com que sempre nos explicou as coisas mais complexas da teoria discursiva, e pelo suporte que sempre me concedeu; agradeço também ao César, pelo entusiasmo ininterrupto.

À Marisa Khalil, que percorre tão admiravelmente a ponte entre Literatura e Análise do Discurso. Gosto de pegar algumas citações literárias em sua tese.

Ao João Bakhtin de Escobar, pelas discussões em AD, por compartilhar mesas em eventos, pelas piadas bitoladas.

Ao Israel de Sá, sempre presente em qualquer coisa que envolva AD ou Torrinha. *Problème?*

Aos professores da pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Unesp/Araraquara: Arnaldo Cortina, Renata Marchezan, Clotilde Murakawa, Bento Dias da Silva, pela contribuição e sabedoria.

Aos funcionários da seção de pós-graduação e da biblioteca da FCL, pela competência. Especialmente à Ana e Ana Paula, pela pronta ajuda com as normas da ABNT.

À Maíra Nunes e Amanda Braga, que conheci logo que chegaram para cursar a pós em Araraquara, e em companhia das quais participei em muitos eventos.

À Gabriela, pela compreensão e carinho – tão fundamentais no processo de construção desta pesquisa. “Duas almas não se encontram ao acaso”.

Aos meus tios Elenice Mazzola e José Wellington Resende, por me acolherem nos primeiros momentos em Araraquara e mostrarem a todos a diferença entre o falar e o fazer.

À Erika Clara Mazeu Belmonte, cujo apoio se deu mesmo de longe.

Ao CNPq, sobretudo, pelo auxílio durante esses dois anos de pesquisa.

À Fapesp, pelo financiamento durante a pesquisa de IC, da qual deriva esta dissertação.

À Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, por contribuir sobremaneira para minha formação desde 2004.

Muito Obrigado.

Reprovaram-me muito por essas obsessões espaciais, e elas de fato me obcecaram. Mas, através delas, creio ter descoberto o que no fundo procurava: as relações que podem existir entre poder e saber.

Michel Foucault (2008, p. 158)

MAZZOLA, Renan Belmonte. **Análise do discurso e ciberespaço: heterotopias contemporâneas**. 2010. 135 p. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, *Campus* de Araraquara, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2010.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo principal compreender o ciberespaço através do mirante da Análise do Discurso de linha francesa, derivada dos trabalhos de Michel Pêcheux (e de seu grupo) e dos diálogos que ele(s) traça(m) com Michel Foucault e Mikhail Bakhtin. Num primeiro momento, o trabalho tratou do “retorno à teoria” da AD, resgatando as suas três épocas e entendendo como se deram as reformulações pelas quais passou desde sua emergência, em 1969, até seu último estágio – retratado nos textos da década de 1980. Procurou-se compreender também o lugar que Michel Foucault ocupa no interior da teoria discursiva de Pêcheux, seguida de uma breve consideração acerca da chegada da AD no Brasil, em função da abertura política brasileira, a qual lhe permitiu que florescesse. Num segundo momento, o trabalho propõe a descrição da tela, circundando-a, para enxergar como ela se comporta enquanto suporte de leitura/escrita e enquanto espaço a partir do qual enunciados irrompem em uma condição própria de existência: a eletrônica. Para melhor compreendê-la como espaço, partiu-se da noção foucaultiana de “heterotopia”, que caracteriza os lugares que se encontram em relação de inversão ou contradição a todos os outros lugares existentes em uma sociedade. O ciberespaço, portanto, aproxima-se sobremaneira dessa noção, ao passo que submete os indivíduos a seus modelos maquínicos e multimodais/multimidiáticos, estabelecendo-se como espaço-outro. Num terceiro momento, isolando enunciados derivados eletronicamente do ambiente virtual, análises foram realizadas por meio de alguns aparatos teóricos e metodológicos da AD, a saber: gêneros do discurso (Bakhtin); identidade (Bauman e Foucault); formação discursiva (Pêcheux e Foucault); e arquivo (Pêcheux, Guilhaumou, Maldidier e Foucault). Por fim, empreendeu-se uma análise arqueológica de três *sites* de relacionamento que prometem o encontro de pessoas cujos perfis semelhantes podem ser aproximados pela rede.

Palavras – chaves: Análise do Discurso. Ciberespaço. Mídia. Suportes. Internet.

MAZZOLA, Renan Belmonte. **Analyse du discours et cyberspace**: hétérotopies contemporaines. 2010. 135 p. Mémoire (Master en Linguistique et Langue Portugaise) – Faculté de Sciences e Lettres, *Campus* de Araraquara, Université d'État de São Paulo “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2010.

RÉSUMÉ

Ce mémoire de master cherche à comprendre le cyberspace à travers le point de vue de l'Analyse du Discours en ligne française, provenant des travaux de Michel Pêcheux (et son groupe) et les dialogues qu'il(s) trace(ent) avec Michel Foucault et Mikhail Bakhtine. D'abord, le travail s'est occupé du "retour à la théorie" de l'Analyse du Discours, reprenant ses trois époques et comprenant pourquoi les changements ont eu lieu depuis sa création en 1969 jusqu'à sa phase finale - représentée dans les textes des années 1980. On chercha aussi comprendre la place que Michel Foucault occupe dans la théorie discursive de Pêcheux suivie par un bref compte rendu de l'arrivée de l'Analyse du Discours au Brésil, conformément à la politique d'ouverture du Brésil, qui à AD a permis de prospérer. Ensuite, cette recherche propose la description de l'écran et de son entourage, pour voir comment il se comporte comme un moyen de lecture / écriture et comme un espace à partir duquel les énoncés éclatent dans une condition propre d'existence: l'électronique. Pour mieux le comprendre comme un espace, le point de départ était la notion foucaultienne d' "hétérotopie", qui caractérise les lieux qui sont sur l'annulation ou la contradiction à tous les autres espaces existants dans une société. Le cyberspace est, par conséquent, particulièrement pertinent à cette notion, parce qu'il soumet les individus à leurs modèles usinés et *multimedia*, établissant lui-même comme un espace autre. Après, isolant des énoncés dérivés électroniquement de l'environnement virtuel, des tests ont été effectués à travers certains appareils théoriques et méthodologiques de l'Analyse du Discours, à savoir: les genres du discours (Bakhtine), l'identité (Bauman et Foucault); la formation discursive (Pêcheux et Foucault) et l'archive (Pêcheux, Guilhaumou, Maldidier et Foucault). Enfin, on a entrepris une analyse archéologique de trois *sites* de relations qui promettent rencontrer des gens de profils similaires qui peuvent être approchés par le réseau.

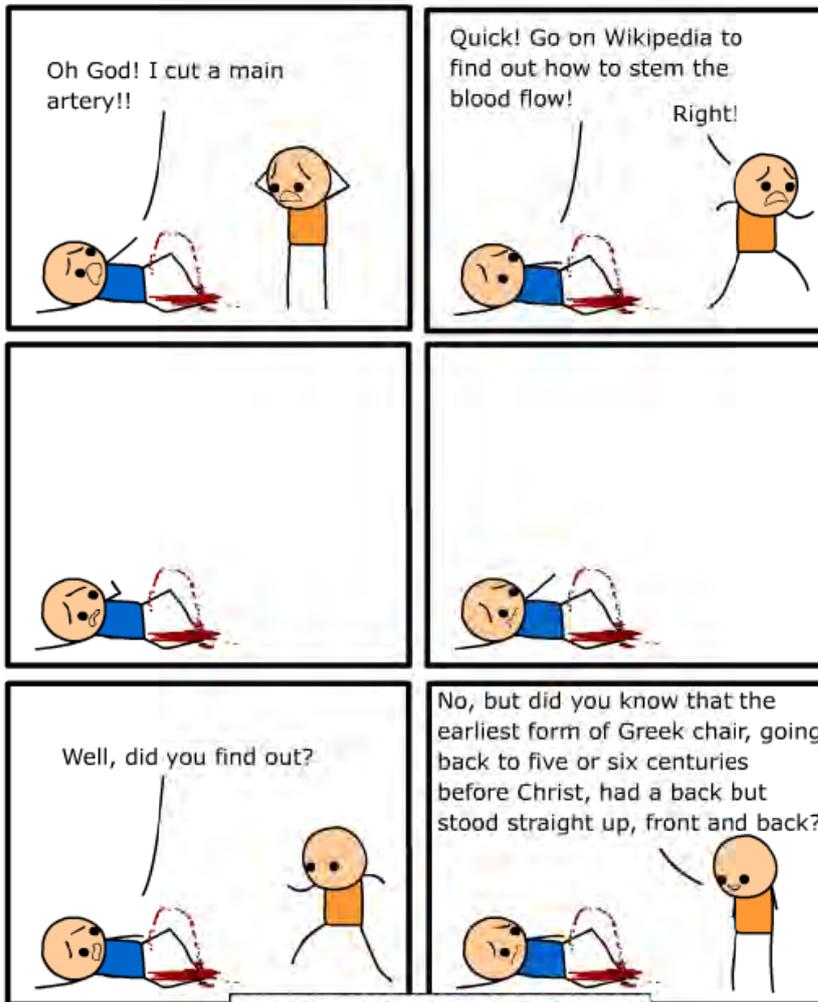
Mots-clés: Analyse du Discours. Cyberspace. Média. Support. Internet.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Página inteira da Folha Online	p.49
Figura 2	Exemplo de Poesia Digital	p.65
Figura 3	Blogue de Luana Piovani	p.74
Figura 4	Blogue de Marcelo Tas	p.78
Figura 5	Janela de comentários	p.79
Figura 6	Veja Tecnologia 2: “Lixeiro no mundo real, comerciante no mundo virtual”	p.82
Figura 7	“Confissões Virtuais” – Folhateen	p.85
Figura 8	Veja Tecnologia 2: “A tela do computador é minha janela para o mundo”	p.86
Figura 9	Velório Virtual	p.96
Figura 10	<i>Close</i> do serviço de Velório Virtual	p.106
Figura 11	Parperfeito	p.109
Figura 12	Match.com	p.112
Figura 13	A bela adormecida	p.112
Figura 14	Namoro Online	p.116

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A TEORIA E SUAS TRANSFORMAÇÕES.....	22
1.1 A Constituição da Análise do Discurso na França.....	23
1.1.1 Maio de 1968: um período convulsivamente engajado.....	23
1.1.2 A (dupla) Fundação da Análise do Discurso.....	24
1.1.3 As “Três Épocas” da Análise do Discurso.....	27
1.1.4 Michel Foucault e a Análise do Discurso.....	32
1.2 A Análise do Discurso no Brasil.....	34
1.3 O Papel do Analista de Discursos: entre a descrição e a interpretação.....	35
2 CIRCUNDANDO A TELA.....	39
2.1 Percursos do Escrito: do rolo à tela.....	39
2.1.1 Materialidades do Jornal Impresso e do Jornal <i>On-line</i>	48
2.1.2 Hipertextos.....	50
2.2 O Virtual e o Ciberespaço.....	53
2.3 A Heterotopologia ou o Estudo Foucaultiano dos Espaços.....	54
2.4 Dois Exemplos de Heterotopias na Cibercultura: a <i>net-arte</i> e a educação.....	63
3 CAIXA DE FERRAMENTAS: QUATRO DISPOSITIVOS TEÓRICOS E ALGUMAS APLICAÇÕES.....	69
3.1 Os Gêneros do Discurso.....	69
3.1.1 Os Gêneros do Discurso e suas Superfícies de Contato: compondo diários.....	71
3.1.2 A Compreensão Responsiva e o Comentário no Blogue.....	77
3.2 O Sujeito no Ciberespaço: um mosaico identitário?.....	80
3.2.1 As Identidades Líquidas.....	81
3.2.2 As Comunidades em Ambiente Virtual.....	84
3.3 Formação Discursiva em Análise do Discurso.....	90
3.4 Arquivo em Análise do Discurso.....	99
3.4.1 Pêcheux, Guilhaumou e Malidier.....	99
3.4.2 Foucault e o Trajeto Teórico em Direção ao Arquivo.....	102
4 UM OLHAR ARQUEOLÓGICO: AS IRRUPÇÕES DISCURSIVAS EM AMBIENTE VIRTUAL.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS.....	129



INTRODUÇÃO

Dentro do apartamento uma voz sonora lia uma lista de cifras relacionadas com a produção de ferro gusa. A voz saía de uma placa metálica retangular semelhante a um espelho fosco, embutido na parede direita. Winston torceu um comutador e a voz diminuiu um pouco, embora as palavras ainda fossem audíveis. O aparelho (chamava-se teletela) podia ter o volume reduzido, **mas era impossível desligá-lo de vez.** (ORWELL, 1984, p. 7-8).

Em 1948, ano de publicação de *1984*, George Orwell já previa que as telas envolveriam os indivíduos, constatando inclusive que “é impossível desligá-las de vez”. A presença constante das teletelas, no romance, pode ser comparada, hoje, com outros tipos de telas que nos circundam: da tevê, do computador, do caixa eletrônico etc. É preciso compreender sua função e o papel que desempenham na relação homem vs. máquina na contemporaneidade. A sociologia, a psicologia e as ciências da informação têm abordado com muita propriedade essas questões atuais; no entanto, quando se trata de adentrar o território dos discursos na tela, poucas conclusões são de fato apresentadas. Por esse motivo, é necessário debruçar-se sobre a tela e observá-la enquanto produtora e reprodutora de discursos. Ela está presente na vida dos indivíduos e possui várias funções: uma delas é permitir o acesso (visual) à Internet, a qual não deixa de existir caso a tomada de um computador for desligada – ela continuará a existir em outros lugares. Seria possível, então, desligar todos os computadores do mundo? Utópico, pois a Internet se espalha por diversos suportes, como os aparelhos celulares (que apresentam cada vez mais funções, são equivalentes eletrônicos dos canivetes suíços), *I-Phones*, *I-Pods*, GPS. As ciberpráticas, isto é, as ações realizadas no ciberespaço e veiculadas pela tela, estão “já-aí”, ao nosso redor; constituem uma realidade e manifestam-se materialmente. As novas tecnologias se colocam como parte do presente, e contribuem para uma cultura de convergência multimidiática. A influência e o reconhecimento de *1984* são grandes em nossa cultura e se devem, em grande parte, pelas previsões operadas por Orwell; sua obra serviu de

inspiração para o mais conhecido *reality show* televisivo: o *Big Brother*, em cuja casa – na qual devem conviver alguns desconhecidos por um tempo determinado – há dezenas de “espelhos foscos” por meio dos quais as câmeras esquadrinham todo e qualquer canto da construção, sem que os indivíduos que lá moram possam perceber em que momento as lentes são apontadas para si, transmitindo suas imagens para todo um país. Mas o que a tela da tevê e a tela do computador têm em comum? Ambas são suportes midiáticos.

Por ser um poderoso meio de comunicação, a Internet se constituiu como uma mídia eletrônica. A sociedade do espetáculo construída pela mídia (seja ela televisiva ou eletrônica) utiliza-se facilmente dos “espelhos foscos” que captam imagens e promovem sua disseminação, em conjunto com outras mídias – eis o que denominamos “explosão das informações” – porque tudo deve ser sabido, ou mostrado; por outro lado, a “sociedade do controle”, que nos abarca, também incorporou esses espelhos – partes de aparatos de segurança que nos envolvem e controlam – haja vista os radares de velocidade e as câmeras de segurança. Na sociedade vivida por Winston¹, tais aparatos de segurança eram representados pelo *Big Brother*, pois no interior de todo edifício, “[...] em cada patamar, diante da porta do elevador, o cartaz da cara enorme o fitava da parede. Era uma dessas figuras cujos olhos seguem a gente por toda parte. O GRANDE IRMÃO ZELA POR TI, dizia a legenda.” (ORWELL, 1984, p. 7).

As palavras de Nicolas Berdiaeff, escolhidas para compor a epígrafe da obra de Aldous Huxley (2001) – *Admirável mundo novo* – legitimam a importância e a função do gênero de ficção literária: “*Les utopies apparaissent comme bien plus réalisables qu’on ne le croyait autrefois. [...] Comment éviter leur réalisation définitive?*”² A obra de Huxley, por sua vez, também visualiza uma sociedade utópica e virtual para aquele momento histórico. As duas obras esboçaram espécies de utopias que em alguma medida se realizaram. As duas obras disputaram, há uma média de 60 anos, a essência dos prognósticos populares sobre o que se deveria temer e sobre os tipos de horrores que o futuro traria se não fosse detido a tempo. Uma comparação é estabelecida por Bauman (2001, p. 64):

A disputa certamente era legítima e honesta, pois os mundos tão vividamente retratados pelos dois visionários distópicos eram tão diferentes quanto água e vinho. O de Orwell era um mundo de miséria e destituição, de escassez e necessidade; o de Huxley era uma terra de opulência e devassidão, de abundância e saciedade [...]. No entanto, havia alguma coisa que unia as duas visões. [...] O que elas compartilhavam era o pressentimento de um *mundo estritamente controlado*; da liberdade individual

¹ Protagonista de *1984*.

² “As utopias aparecem como bem mais realizáveis do que jamais imaginamos. [...] Como evitar sua realização definitiva?” (Tradução Nossa).

não apenas reduzida a nada ou quase nada, mas agudamente rejeitada por pessoas treinadas a obedecer ordens e seguir rotinas estabelecidas [...].

“Mundo estritamente controlado”. Essa afirmação nos leva a formular a seguinte pergunta de pesquisa: somos interpelados pela tela? “Ei, você!”, diz-nos ela; e pronto, tornamo-nos sujeitos. Não só a relação do sujeito com a rede deve ser avaliada, mas também a inscrição do sujeito **na** rede. As reflexões sobre identidade encontram-se “na crista das ondas”³ dos estudos sociológicos, e elas podem nos ajudar a compreender por que, segundo Castells (2003, p. 98), “a emergência da Internet como um novo meio de comunicação esteve associada a afirmações conflitantes sobre a ascensão de novos padrões de interação social”. A formação de comunidades virtuais cria uma ruptura entre localidade e sociabilidade, duas características que geralmente caminham juntas no processo de formação de uma comunidade “real”. Como bem lembra Castells (2003), sempre nos deparamos com críticos da Internet e reportagens da mídia – por vezes baseando-se em trabalhos acadêmicos – afirmando que a difusão da Internet, desde sua criação, está conduzindo ao isolamento social, que cada vez menos pessoas praticam interações “face a face” em ambientes reais. Outras pesquisas, por seu turno, relatam que, conectados, os indivíduos tendem a marcar encontros mais frequentemente; e o uso do *e-mail* aumenta a vida social com a família e com os amigos, ampliando os contatos sociais gerais. “Se alguma coisa pode ser dita, é que a Internet parece ter um efeito positivo sobre a interação social, e tende a aumentar a exposição a outras fontes de informação.” (CASTELLS, 2003, p. 102). Não basta questionar, portanto, se a comunidade virtual isola ou expõe os indivíduos que nela se inserem. O problema é outro e anterior, conforme nos explica Castells (2003, p. 105).

De fato, para sociólogos urbanos, essa é uma discussão muito velha, que reproduz debates anteriores entre os que viam o processo de urbanização como o desaparecimento de formas significativas de vida comunitária, para serem substituídas por laços seletivos e mais fracos entre famílias espalhadas na metrópole anônima, e os que identificavam a cidade com a libertação das pessoas de formas tradicionais de controle social.

³ Esse conjunto de “ondas” precisa ser problematizado, pois os questionamentos acerca da “identidade” são muito recentes e nem sempre estiveram no centro dos estudos sociológicos. Além disso, é necessário pensar como a identidade se estrutura no interior dos estudos da linguagem e, mais especificamente, onde se localiza nos estudos do discurso. Para Benedetto Vecchi (2005, p. 11), “a questão da identidade também está ligada ao colapso do Estado de bem-estar social e ao posterior crescimento da sensação de insegurança, com a ‘corrosão do caráter’ que a insegurança e a flexibilidade no local de trabalho têm provocado na sociedade.” O estado de bem-estar social e a segurança não são mais instâncias sólidas, e sim líquidas. Elas escorrem em um momento de fluidez líquido-moderna (BAUMAN, 2001). A “onda” da identidade fixa e única se quebrou e não está sequer sujeita a um movimento de ressaca.

A relação sociabilidade vs. isolamento se reflete discursivamente na rede e deve ser investigada; ela constitui uma das questões sobre as quais trabalharemos nesta dissertação. A palavra que atravessa toda a nossa discussão é “rede”: rede de relacionamentos, rede de informações etc; haja vista que a palavra “Internet” significa “Entre-redes”. As redes existem em função das mídias digitais com as quais lidamos diariamente. É o que se chama de cultura “cibrida”, pautada pela interconexão de redes e sistemas *on* e *off-lines*. Um exemplo disso é a popularização de dispositivos portáteis de comunicação sem-fio (*wireless*), que apontam para a incorporação de um padrão de vida “nômade”, ao passo que podemos nos deslocar no espaço portando nossos dispositivos eletrônicos conectados. Denise Correa Araujo (2006) ilustra essa questão através do conceito de “**cibermídia**”, com o qual trabalha.

Cibermídia será considerada como o conjunto de mídias digitais em ambientes híbridos fixos ou móveis, constituídos pelo hardware ou software, significando o computador fixo e todos os seus aplicativos e interfaces, incluindo a *www* e a Internet, os *browsers* de navegação, os CD-Roms e as interfaces externas, como a telefonia celular móvel, as tecnologias *wireless*, e até mesmo os *ciber centers* e as *lan houses*. (ARAUJO, 2006, p. 192).

A cibermídia se relaciona intimamente com a *web*, que em português traduzimos por “teia”. Essa palavra nos remete ao imaginário popular, representado pela própria teia de aranha, com seus fios múltiplos, díspares, mas interconectados. A cibermídia é uma espécie dessa teia; na verdade, ainda mais abrangente, porque não se restringe ao interior da máquina, mas é lincada a interfaces externas. É nesse ponto que ela se diferencia da concepção de “ciberespaço”, que se encontra dentro da tela. Ao nos distanciarmos do ciberespaço, e, por consequência, da tela, deparamo-nos ainda com a cibermídia – uma instância mais ampla da cibercultura. Araujo (2006) reitera que as tecnologias da cibercultura têm sido, especialmente nos últimos dez anos, tema de pesquisa de muitos estudiosos em diversas áreas, na tentativa de definir sua espacialidade e temporalidade, suas especificações e funções.

Para Araujo (2006), por exemplo, a cibermídia pode ser pensada como a reprodução/representação de uma “cidade” – ou como uma outra espécie de cidade que, conforme afirma a autora, pode substituir a cidade real. Isso ocorre em função da comodidade e da praticidade características da cidade digital: comprar um livro em uma loja virtual mostra-se mais cômodo e mais prático do que encarar o trânsito de uma grande cidade para chegar à livraria, frequentemente enfrentando filas. Dessa forma, Araujo (2006) concebe a cibermídia como uma “cidade rizomática”, chamada por ela de “hipertrópole digital” (sic) cujas raízes e teias penetram o real, a cidade real.

Como uma hipermetrópole digital, a cibermídia oferece sites de compras que se assemelham a supermercados ou shoppings centers; sites informativos e reflexivos, que são como bibliotecas virtuais, *chats*, *blogs* e games, que constituem espaços de lazer; sites de cursos com educação à distância, caracterizando espaços acadêmicos; sites de viagem e turismo que oferecem *tours* virtuais, compras e até *check-in* via Internet [...] (ARAUJO, 2006, p. 193)⁴.

Da mesma maneira como Machado, Quartiero e Bianchetti (2000); Araujo (2006) também afirma que os trajetos no ciberespaço se dão através da prática hipertextual, assemelhando-se ao processo do pensamento – que não se dá de forma linear, mas associativamente – e nem é necessário seguir um traçado pré-estabelecido. Por isso, compara-se a cibermídia com a figura do rizoma: “o rizoma se assemelha ao processo de *stream of consciousness* (fluxo de consciência) de James Joyce e Virginia Woolf, processo digressivo, com eventuais retornos, com rupturas a-significantes.” (ARAUJO, 2006, p. 195). O percurso a ser seguido pelo leitor/navegador na tela depende de algumas variáveis: ora ele pode ser guiado por sua vontade ou interesse, ora pode ceder a certos apontamentos realizados pelos próprios *links*; essa questão será trabalhada nos capítulos seguintes.

O ambiente virtual⁵ é palco de muitas manifestações e, para estudá-lo, é necessário efetuar um recorte. Mas antes disso, é preciso observar minimamente sua estrutura, por exemplo, como ela é atravessada por práticas de consumo (capitalistas) e como esse modo de produção influencia a navegação e os investimentos na rede. Nesse sentido, destacam-se os grandes portais da Internet, muito conhecidos. Lucia Santaella (2002) lembra que esses portais estão ordenando o ciberespaço de acordo com interesses óbvios. Num primeiro momento, havia uma “coleção caótica” de milhares de *websites* dispersos nesse ambiente; e o surgimento dos portais foi responsável por transformar a Internet em um campo manejável de familiaridade entre consumidores e investidores. A esse respeito, exemplifica Santaella (2002, p. 55): “[...] para se ter uma ideia de quão competitivo o capitalismo digital será, basta lembrar que abrir um site de comércio eletrônico sem a aliança com um portal é o mesmo que abrir uma loja de sopa salgada no deserto”. Os portais conferem legitimidade a seu conteúdo. Com as falsas lojas virtuais que operam golpes em seus clientes, os consumidores virtuais dão

⁴ a) (Sic); b) Ainda que a autora os defina como produtos da cibermídia, eles ocorrem no ciberespaço.

⁵ Julgamos importante, nesta introdução, esclarecer brevemente a origem dos termos “ciberespaço” e “cibermídia”, pois cada vez mais algumas palavras do vocabulário da informática deslizam para os diálogos cotidianos agregando outros significados. Resume-nos Araujo (2006, p. 201): “[...] ciberespaço vem do conto Burning Chrome (1982), popularizado no romance *Neuromancer* (1984), ambos do canadense William Gibson, enquanto cibermídia vem das teorias de cibernética de Norbert Wiener e das ideias de McLuhan sobre mídias [...]” A menção às origens dos termos nos serve para pontuar que, nesta dissertação, elegeremos o conceito de ciberespaço, e não o de cibermídia. Trataremos do ciberespaço enquanto “ambiente virtual”, lugar do qual emergem enunciados e práticas que se relacionam discursivamente; porém compreendemos que muitas práticas sociais são regidas cibermediaticamente, ou seja, extrapolam o espaço da tela.

preferência aos grandes portais seguros, e nos quais podem confiar. Mesmo uma busca no *Google* revela a natureza mercadológica do ciberespaço: ao lado direito dos resultados, aparecem as instituições que oferecem serviços de acordo com a expressão de busca digitada. Se operarmos uma busca a partir do termo “carro”, ao lado direito dos resultados aparecerão as empresas vendedoras de automóveis oferecendo seu serviço de compra e manutenção de veículos.

O processo de virtualização a que são submetidos, atualmente, os bens simbólicos como a arte, a música, o cinema, as imagens e os textos é correlato a (e quase sinônimo de) um outro processo – o de digitalização, ou de transmutação em zeros e uns – característico da “linguagem” das máquinas. Pierre Lévy (1996) alerta para o fato de que, além da desterritorialização, existe um outro caráter frequentemente associado à virtualização: a passagem do interior ao exterior e do exterior ao interior. O autor esboça, então, uma interessante comparação entre essa característica e o efeito de “Moebius”. Como sabemos, a banda (fita, ou cinta) de Moebius é gerada a partir de uma tira qualquer, de papel ou tecido, cujas extremidades são unidas a partir de uma torção de 180° em uma dessas extremidades. A banda gerada é utilizada em muitos campos das ciências humanas, inclusive na psicanálise, para demonstrar o funcionamento do inconsciente humano. Moebius foi um matemático e astrônomo alemão que, partindo de um segmento de cilindro, que possui dois lados, duas superfícies, duas margens e uma série de outras características, operou a torção em uma das pontas, religando esse segmento – o produto dessa experiência foi uma fita com um só lado (ou lado nenhum) e uma só superfície. É uma forma muito intrigante. Esse “efeito de Moebius” declina-se em vários registros, segundo Lévy (1996, p. 24): “[...] o das relações entre o privado e o público, próprio e comum, subjetivo e objetivo, mapa e território, autor e leitor etc.” Seguindo esse raciocínio, poderíamos adicionar mais uma dicotomia, muito visivelmente tida como um dos frutos da virtualização – a de **próximo** e **longínquo**. Essa dicotomia é a base da comunicação virtualizada, responsável pela dissolução das fronteiras e dos limites e pela globalização. Na fábrica e na indústria clássicas, o trabalhador tinha seu lugar/sua mesa de trabalho. Na empresa virtual, o trabalhador não deve necessariamente se deslocar até um espaço determinado, mas pode fazer de sua casa um local de trabalho. Antes, ele se deslocava do espaço de sua casa (privado) para o da empresa (público). Hoje, ele transforma seu espaço privado em público e vice-versa. É nesse sentido que o efeito de Moebius é bastante pertinente (LÉVY, 1996). Há, portanto, novas formas de relação entre homem vs. mundo, que passa pela questão homem vs. máquina.

Assim, uma questão que se coloca logo de início nesta dissertação é: por que investigar as novas tecnologias a partir dos estudos da linguagem e, mais especificamente, da Análise do Discurso?⁶ Para responder a essa pergunta, devemos nos deter no advento das novas tecnologias de comunicação e na relação que elas traçam com os regimes de linguagem e de práticas sociais. Por que tomá-las, então, como objetos de discurso? Porque é difícil imaginar nosso cotidiano hoje sem as tecnologias. Inúmeras práticas, possíveis a partir do uso de determinadas tecnologias, passaram a ser normalizadas socialmente. Lemos jornais na Internet. Fazemos compras pela rede. Checamos *e-mail* praticamente todos os dias. Trabalhamos no computador. Mantemos contatos pessoais através de mensagens instantâneas. Não apenas isso: o próprio acesso ao mercado de trabalho exige dos cidadãos o que costumamos chamar de “alfabetização digital”. Não dispor de acesso a noções básicas de informática e mesmo às informações disponíveis na rede se tornou mais uma modalidade de exclusão social, denominada “analfabetismo digital”.

Além disso, as formas de organização social incorporaram a inteligência tecnológica em função da “ordem” e do “controle”. Cada vez mais regulamos a velocidade do carro, para não adquirirmos as multas via sensores que controlam os automóveis nas ruas. Diversas tarefas do cotidiano são operacionalizadas por senhas, como a movimentação da conta-corrente através do cartão. Ao entrarmos em lojas, sensores programados para encontrar objetos de metal vasculham-nos dos pés à cabeça. Enfim, esses são alguns exemplos que acionam o saber tecnológico como forma de ordem e controle social.

A ocupação das tecnologias inaugura um terreno fértil para manifestações culturais diversas, sobretudo envolvendo práticas de linguagem. Na Internet, encontramos novas formas de utilização da língua, por exemplo. A modalidade do português escrito utilizado por adolescentes para se comunicarem no *Msn* sempre foi alvo de severas críticas por parte de professores. Sabe-se que não é necessário usar a norma culta nesses ambientes de relacionamento, que exigem a troca rápida de informações, porém deve-se saber distinguir as várias formas de utilização do idioma, e em quais contextos utilizar cada uma delas. E é justamente isso que os estudantes não percebem ou têm dificuldade de interiorizar.

Na rede, é perceptível uma desterritorialização dos bens simbólicos, isto é, as línguas, gírias e expressões circulam mundialmente desvinculadas de seus lugares de origem. A globalização e a dissolução das fronteiras em nosso mundo líquido-moderno é visível há

⁶ Essa questão foi tema de duas aulas ministradas em conjunto com a profa. Dda. Maíra Fernandes Martins Nunes no terceiro e quarto anos do curso de Letras da Unesp de Araraquara, no quadro da disciplina de Linguística, em 2007.

muito tempo também na Internet (podemos dizer que ela foi inclusive uma de suas alavancas) e, às vezes, até mesmo algumas formas de expressão surgem primeiramente na *web* e depois são pulverizadas para outros meios sociais. É nesse sentido que nos parece pertinente estudar as novas tecnologias da comunicação no campo dos estudos da linguagem.

Nesta dissertação de mestrado, procuramos compreender como os enunciados articulam-se com o ambiente virtual do qual derivam. Mais especificamente, intencionamos observar como os enunciados se comportam em a) blogues de pessoas famosas; b) *sites* prestadores de serviços; e c) salas de bate-papo. O arcabouço teórico-metodológico que subjaz a nossas análises é extraído da Análise do Discurso (doravante AD) de linha francesa, derivada dos trabalhos de Michel Pêcheux e seu grupo, em diálogo com os trabalhos de Michel Foucault e Mikhail Bakhtin. Esses enunciados, agora existentes sob a materialidade digital, também atualizam discursos sócio-históricos – a que se combinam – possibilitando observar sua substância, relacioná-los a um passado e a um futuro, depreender as lateralidades de seu entorno e os discursos-outros que os atravessam em função do interdiscurso que os invade. Os enunciados, quando de sua irrupção em um momento histórico e em uma geografia dada, não surgem sozinhos; eles vêm acompanhados de uma rede de memórias que mobilizam, fazendo soar determinadas vozes e provocando o apagamento de outras tantas.

O *corpus* de nossa pesquisa possui três faces: a primeira delas é composta por dois blogues de pessoas famosas, representadas por Luana Piovani e Marcelo Tas, respectivamente; a partir de seus blogues, visa-se a compreender como funcionam alguns gêneros de enunciados no ciberespaço e como funciona a interatividade presente em seu interior. A segunda face é composta por diálogos extraídos de salas de bate-papo, em função de observar como se constrói a identidade nesse gênero de interação, isto é, em comunidades virtuais. A terceira e última face é composta por *sites* prestadores de serviço, isto é, *sites* que, por meio de pagamento ou não, oferecem serviços de natureza variada aos usuários do ambiente virtual. Selecionamos, então, um *site* de velórios virtuais e três *sites* de relacionamento amoroso; neles, os enunciados são formulados visando a objetivos específicos, os quais, mais à frente, explicitaremos.

A investigação das novas materialidades discursivas que circulam nos meios de comunicação digitais e a relação que elas estabelecem com a teoria discursiva mobilizada são extremamente pertinentes. Cabe lembrarmos que desde a segunda metade da década de 70, na França, Michel Pêcheux já reconhecia a necessidade de pensar a Análise do Discurso por meio de outros objetos, e não mais limitá-la à análise dos grandes textos políticos escritos aos quais se dedicou em sua primeira fase, a partir de 1969. Nessa conjuntura, os anúncios

publicitários, as imagens, a mídia e os dizeres “tomados no ordinário do sentido” passam a se incorporar aos estudos do discurso e se revelam não menos importantes do que os grandes *corpora* políticos; pelo contrário: ao aproximar-se da Nova História, Pêcheux reitera o valor das formulações cotidianas, que não deixam de veicular sentidos da mesma ordem como o fazem os gêneros nobres dos textos e dos discursos – visão legitimada a partir dos textos da década de 1980.

No entanto, há que se pisar com cuidado e sem deslumbramento nesse terreno ainda nebuloso (sobretudo quando tomado pela investigação discursiva) do ciberespaço e toda essa “onda” de tecnologia que atravessa nosso dia a dia. Nosso objeto inicial são os enunciados que emergem do ambiente virtual, inscrevem-se em diversificados gêneros discursivos (nesta pesquisa interessa analisarmos três: blogues de famosos, salas de bate-papo e *sites* prestadores de serviços) e em cuja materialidade é possível observar de que forma eles se articulam com o ambiente do qual emergem.

O sujeito, enquanto sujeito-navegador, procura relacionar-se com outros sujeitos por meio da máquina. Observando nosso *corpus*, percebemos que existem nele elementos que atravessam os três gêneros selecionados e permitem articulá-los. Esses elementos são os dispositivos interativos⁷ da Internet – são eles que permitem, entre outras coisas, vislumbrar uma regularidade na dispersão dos enunciados encontrados no *corpus*. Dessa forma, a compreensão da formulação dos enunciados que circulam no ciberespaço tangencia a questão das formas de interação entre os sujeitos.

Nosso texto divide-se em quatro seções – e suas respectivas subseções. A primeira, “A teoria e suas transformações”, volta-se para um detalhamento da teoria discursiva francesa em razão de melhor compreender as variadas “épocas”⁸ pelas quais passou e no interior de qual delas se insere o nosso estudo. O trajeto pela primeira, segunda e terceira “épocas” da AD nos possibilitou o contato com os múltiplos conceitos que a integram, bem como o amadurecimento e a alteração de seu aparato teórico e metodológico. Refletimos também sobre qual é o lugar que Michel Foucault ocupa na AD e como chegou a se instalar dessa maneira. Em seguida, tratamos da chegada da Análise do Discurso no Brasil, em função da abertura política; por fim, problematizamos o papel do analista de discursos a partir de *O discurso: estrutura ou acontecimento*, de Pêcheux (2002).

⁷ Esses “dispositivos interativos” são entendidos aqui como os meios de inscrição e interferência do sujeito-navegador nos diversos *sites* da rede. Por exemplo: o espaço dos comentários em um blogue; as maneiras de falar em uma sala de bate-papo; os *links* que permitem acessar um hipertexto etc. Alguns desses dispositivos serão descritos e analisados mais profundamente ao longo desta dissertação.

⁸ 1ª época: de 1969 a 1975. 2ª época: de 1975 a 1980. 3ª época: de 1980 em diante. As particularidades de cada época serão retratadas na primeira seção de nossa dissertação.

A segunda seção, “Circundando a tela”, tem a responsabilidade de descrever a tela, situando e mostrando o percurso histórico dos suportes de leitura e escrita desde suas origens até a era eletrônica. Partindo das formas rudimentares que pretendiam atribuir à comunicação uma forma material “arquivável”, passeamos pelas várias formas dos livros, como o rolo e o códice até a utilização da tela. Em seguida, procuramos pensar as diferenças entre o suporte material e o suporte *on-line*, concebidas a partir da aproximação do jornal impresso e sua versão eletrônica. Estudamos também o funcionamento do hipertexto em ambiente virtual, como ele é constituído de nós localizáveis em uma trama – ou rede – imensa. Definimos os conceitos de “real” e “virtual” e partimos em direção a um estudo dos espaços a partir da perspectiva de Foucault, o que nos permitiu traçar similaridades entre o ciberespaço e os demais espaços sociais “reais”.

A terceira seção, denominada “Caixa de ferramentas: quatro dispositivos teóricos e algumas aplicações” possui uma espessura teórica e outra analítica. É nesta seção que empreendemos as análises sobre o *corpus*. Começamos por compreender a tela e seus enunciados a partir do conceito de “gêneros do discurso” de Mikhail Bakhtin, analisando dois blogues da Internet. A seguir, propusemos pensar como se constitui a identidade na tela através da participação de indivíduos em comunidades virtuais e salas de bate-papo. Por fim, voltamo-nos para os conceitos de “formação discursiva” e “arquivo” em Análise do Discurso, traçando o percurso teórico desses conceitos e observando como eles são apreendidos do *site* prestador de serviço de velório virtual.

Na quarta seção, “Um olhar arqueológico: as irrupções discursivas em ambiente virtual”, buscamos demonstrar a análise arqueológica, ainda em *sites* prestadores de serviço – mas agora em *sites* de relacionamentos –, a partir de seus variados níveis, quais sejam: o enunciado, os discursos, as formações discursivas e o arquivo geral de uma época. Essa parte da dissertação tem a função de inserir o presente estudo no quadro dos estudos foucaultianos sobre o discurso, e mais especificamente no interior dos trabalhos em Análise do Discurso de linha francesa, instaurando um “possível” percurso a ser seguido pelo pesquisador em AD, que deve se posicionar no entremeio de uma descrição e de uma interpretação da materialidade da linguagem.

1

A TEORIA E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Um olhar retrospectivo sobre as fundações e uma reflexão epistemológica sobre a disciplina parecem, doravante, necessários a toda nova pesquisa nesse domínio. (PAVEAU; SARFATI, 2006).

Devido às séries de reformulações pelas quais passou a Escola francesa de Análise do Discurso, empreendidas por seu principal fundador – Michel Pêcheux – na França, julgamos sempre bem-vindo um “retorno à história” desse campo do saber, desde os acontecimentos e conjunturas sociais que precederam sua emergência, passando por sua “irrupção” no domínio das ciências humanas e pelo embate que travou com outras disciplinas, até a chegada ao seu último estágio, do qual deriva um número indeterminado de pesquisas que se baseiam em AD. Por isso, não pretendemos apenas realizar uma escavação, mas evitar equívocos muito comuns hoje, no que diz respeito à utilização de conceitos distantes e opostos, como “sujeito assujeitado pela ideologia” e “micropoderes” em um mesmo trabalho. As mudanças vividas pela AD na França não constituem sozinhas o foco de nossa preocupação. Entendemos também que, ao chegar ao Brasil, a AD já não era a mesma que “deixou” a Europa: no momento de sua implantação (início da década de 80), a ordem dos textos de Pêcheux e seu grupo, lidos nestas terras, não correspondeu ao percurso gradual e militante realizado na França entre os anos de 1969 e 1983. Além das diferenças de recepção, outras questões técnicas intervieram no modo como a AD foi aqui estabelecida. Por exemplo, nesse momento inicial dos “estudos brasileiros” em AD, a segunda parte do livro *Analyse automatique du discours*⁹, que trazia algoritmos e cálculos matemático-informacionais, nem foi traduzida para o português. Textos da década de 80 eram lidos antes e paralelamente aos textos do final da década de 60, num gesto de prolongamento/complementação da teoria. Destacamos também a pouca importância dada ao anexo do livro de Pêcheux (1995a) “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”¹⁰, cuja leitura encaminharia o pesquisador para uma outra fase dos estudos do discurso.

⁹ Trad. bras. *Análise automática do discurso (AAD-69)* (PÊCHEUX, 1997a)

¹⁰ Confira Pêcheux (1995b).

Todas essas questões, portanto, motivaram a realização dessa primeira parte de retorno, e, conseqüentemente, de esclarecimento. Mostrou-se arriscado caminhar adiante, mirando os novos objetos, sem compreender de onde parte a estrada. Nesse sentido, damos voz a Bachelard (1996, p. 18): “o espírito científico proíbe que tenhamos uma opinião sobre questões que não compreendemos, sobre questões que não sabemos formular com clareza”.

1.1 A constituição da Análise do Discurso na França

A seguir, descreveremos as condições que propiciaram a emergência desse campo do saber denominado “Análise do Discurso” no contexto francês do final da década de 1960, compreendendo como a política e a teoria eram instâncias que se complementavam e se interpenetravam. Partimos dos eventos de maio de 68, visualizamos sua dupla fundação, acompanhamos suas “três épocas” e, por fim, compreendemos o papel de Michel Foucault na Análise do Discurso.

1.1.1 Maio de 1968: um período convulsivamente engajado

A Análise do Discurso emergiu em uma conjuntura de crise. Em maio de 1968, estudantes manifestavam-se nas universidades francesas de Nanterre e Sorbonne. Reivindicavam contra a rigidez do sistema educacional. Charles De Gaulle, o presidente-general da época, esmagava as greves com ações policiais no Quartier Latin. A França passava por uma convulsão interna, os estudantes lutavam ainda por grandes utopias e a tensão relacionava-se diretamente com a política. O movimento ganhou mais força quando a classe trabalhadora aderiu ao movimento estudantil para colocar em pauta suas reivindicações. Em consequência, houve uma onda de greves operárias por melhores condições de trabalho e maiores salários.

Dentre os intelectuais que reivindicavam naquele momento de grandes tensões, destacavam-se: Jacques Lacan, Roland Barthes, Louis Althusser, Julia Kristeva, Claude Lévi-Strauss, Michel de Certeau e outros. Todos eles eram vinculados ao partido comunista francês¹¹. Não era, portanto, somente nas ruas que se observava essa conjuntura de crise: havia também uma grande crise teórica. Esse momento é marcado por uma superação dos paradigmas do estruturalismo francês que, segundo Paul Henry (1997, p. 27), “fez da

¹¹ Michel Foucault também estava em cena, mas não na militância. Foi vinculado ao PCF até os anos 50 e, depois, desvinculou-se em razão de uma briga com o partido.

linguística a ciência-piloto; os estruturalistas tentaram definir seus métodos tendo como referência a linguística.” Robin (1977), que analisa as mudanças ocorridas no campo da linguagem, afirma que houve uma passagem, no final da década de 60, de uma “linguística da frase” para uma “linguística do discurso”¹², pois, até então, privilegiava-se, no estudo de uma língua, a *langue* saussuriana, isto é, o sistema abstrato, coletivo, do qual se podia extrair um produto lógico de descrição. A superação de tais paradigmas exigiu que os estudos linguísticos começassem a pensar em um diálogo com a *parole*, trazendo à cena o sujeito e os elementos sócio-históricos (isto é, as chamadas **exclusões saussurianas**): não se pretendia pensá-los separadamente, mas em sua inter-relação.

1.1.2 A (dupla) fundação da Análise do Discurso

Refletir sobre os elementos sócio-históricos no desenvolvimento da Análise do Discurso significa deparar-se com uma trajetória de reconsiderações acerca da teoria. O processo de “reconsideração” é intrínseco à evolução das ciências humanas. Em outras palavras, o estágio atual das ciências humanas é um produto – fruto de afirmações, debates, correções, reconsiderações, diálogos e alterações. A linguística, a partir dos anos 60, preocupava-se já com a análise de um objeto “além da frase”, ou seja, começava-se a exigir a abordagem da articulação entre o material linguístico e seu exterior. Não obstante, o momento inicial da AD não é menos importante do que o “último estágio” dessa disciplina, pelo contrário, é o solo sobre o qual nos deteremos para enxergar a construção do edifício teórico. Para Malidier (1997), a primeira época da AD nasce com uma dupla paternidade:

Para Malidier (1997) a história da Análise do Discurso na França pode ser lida através de uma dupla fundação, no final dos anos 60, nas figuras de Jean Dubois e de Michel Pêcheux. Apesar das diferenças, os dois fundadores tinham como pano de fundo o panorama da França da época. Dubois e Pêcheux eram ligados ao marxismo e à política (GREGOLIN, 2003, p. 23).

Em 1969, Jean Dubois publicou o artigo “Lexicologia e análise do enunciado”, e Michel Pêcheux, *Analyse automatique du discours*. As duas obras são consideradas os marcos inaugurais desse campo do saber. Jean Dubois, de um lado, contribuiu com sua formação linguística em lexicologia e lexicografia; por outro lado, Pêcheux, como um “filósofo do marxismo”, trouxe a influência de L. Althusser acerca dos aparelhos ideológicos, bem como

¹² Confira Gregolin (2003), que também trata a questão da passagem de uma “linguística do enunciado” a uma “linguística da enunciação”.

os diálogos que traçou com a epistemologia, a psicanálise, a linguística e a filosofia – saberes incorporados por membros do grupo althusseriano, do qual Pêcheux participava. Embora se reconheça a dupla fundação da Análise do Discurso, seguiremos, de agora em diante, a trabalhar somente com Michel Pêcheux e sua obra.

Mussalim (2004) afirma que a linguística aparece como um horizonte para o projeto althusseriano (cuja característica principal era a releitura das obras marxistas) da seguinte maneira: como a ideologia deve ser estudada em sua materialidade, **a linguagem se manifesta como lugar privilegiado em que se materializa a ideologia**. A linguagem se colocava, para Louis Althusser, como via por meio da qual é possível depreender o funcionamento da ideologia. Partindo do pressuposto de que as ideologias têm existência material, elas passam a ser estudadas não mais como ideias, mas como um conjunto de práticas materiais que reproduzem as relações de produção. Trata-se do **materialismo histórico**: um importante pilar epistemológico sobre o qual se erigirá a Análise do Discurso.

O livro *Analyse automatique du discours*, segundo Gregolin (2003, p. 23), “[...] inaugura uma abordagem transdisciplinar convocando uma teoria linguística, uma teoria da história e uma teoria do sujeito”. A relação estabelecida entre a política e a teoria naquele momento era muito forte. A teoria era enxergada como instrumento por meio do qual se podia intervir socialmente. Com a mudança dos tempos, mudaram-se as práticas. Atualmente, é difícil pensar, no Brasil, a teoria como instrumento político de intervenção social. Alguns fatores que contribuíram para tal alteração foram: a dissolução dos partidos de esquerda, a globalização, o fim das grandes revoluções, entre outros fatores. Assim, no final dos anos 60, notamos que o conceito de materialismo histórico – derivado do marxismo – juntamente com os princípios da Linguística presidiram o nascimento da Análise do Discurso.

O grupo de Michel Pêcheux, portanto, no interior de seu Laboratório de Psicologia Social do *CNRS* – associado à Universidade de Paris VII – dialogou com quatro importantes figuras das ciências humanas daquele período, a saber: Louis Althusser, Michel Foucault, Jacques Lacan e Mikhail Bakhtin.

Quatro nomes, fundamentalmente, estão no horizonte da AD derivada de Pêcheux e vão influenciar suas propostas: Althusser com sua releitura das teses marxistas; Foucault com a noção de *formação discursiva*, da qual derivam vários outros conceitos (interdiscurso; memória discursiva; práticas discursivas); Lacan e sua leitura das teses de Freud sobre o inconsciente, com a formulação de que ele é estruturado por uma linguagem; Bakhtin e o fundamento dialógico da linguagem, que leva a AD a tratar da heterogeneidade constitutiva do discurso (GREGOLIN, 2003, p. 25, grifo do autor).

A Análise do Discurso, que tem por objeto o discurso “[...] no qual confluem a língua, o sujeito e a história” (GREGOLIN, 2003, p. 25), resumidamente, procurava **compreender a produção de sentidos em uma sociedade**. Os sentidos e os efeitos de sentido, por sua vez, são:

- Históricos e sociais (teoria marxista);
- Realizados por sujeitos (teoria freudiana);
- Realizáveis por meio da materialidade da linguagem (teoria saussuriana).

Isso significa que podemos apreender o discurso através dos meios que o materializam, que lhe atribuem uma forma material. Por essas e outras razões a Análise do Discurso se constitui como um lugar de enfrentamentos teóricos¹³, um campo de entremeio e de vizinhanças constitutivas. Afirma Gregolin (2006a, p. 35): “o solo epistemológico da AD foi fertilizado pela interpretação que cada um desses autores [Althusser, Lacan, Bakhtin, Foucault] fez daquilo que Pêcheux chamou de ‘tríplice aliança’, em torno de Saussure, Marx e Freud.”

Assim, o solo da AD solidifica-se cada vez mais, e o termo “discurso” vai adquirindo um sentido próprio. Segundo Gravitz (1990 apud PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 202), “considerar a estruturação de um texto em relação às suas condições de produção, é considerá-lo como discurso.” Essa constatação de Gravitz originou-se da afirmação do próprio Pêcheux (1997a, p. 77, grifo do autor): “um discurso é sempre pronunciado a partir de *condições de produção* dadas”. A Análise do Discurso não considera o sentido como um elemento imanente ao texto, mas sim articulado a um exterior:

Na abordagem que nos interessa aqui e que é representada pelo que se denomina Escola francesa, definiremos a análise do discurso como a disciplina que estuda as produções verbais no interior de suas condições sociais de produção. Essas são consideradas como partes integrantes da significação e do modo de formação dos discursos. A análise do discurso distingue-se da linguística textual, cujo objeto é o funcionamento interno do texto, e da análise literária que, mesmo considerando o contexto, não repousa sobre o postulado da articulação entre o linguageiro e o social (PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 202).

Michel Pêcheux¹⁴, ao final dos anos 60, elaborou uma teoria discursiva e um dispositivo que desse conta da aplicação dessa teoria (a análise automática) em uma grande quantidade de *corpora*. Utilizando-se da obra althusseriana, Pêcheux posiciona-se de acordo com uma certa leitura das teses marxistas. O objetivo de Althusser “[...] era abrir o marxismo

¹³ Cf. GREGOLIN, 2003.

¹⁴ Michel Pêcheux assinou seus primeiros textos sob o pseudônimo de Thomas Herbert. São eles: “*Réflexions sur la situation théorique des sciences sociales, spécialement de la psychologie sociale*”, de 1966; e “*Remarques pour une théorie générale des idéologies*”, de 1968. Confirma Henry (1997, p. 13).

para novas elaborações teóricas sem perder o que Marx havia produzido [...]” (HENRY, 1997, p. 31). Althusser, em conjunto com Lacan e Pêcheux, marcam o lugar da **releitura**, não apenas no sentido de “ler novamente”, mas, também, de trazer o que é lido para a contemporaneidade, provocando adaptações, retificações, deslizamentos.

Pêcheux sempre teve como ambição abrir uma fissura teórica e científica no campo das ciências sociais, e, em particular, na psicologia social. Ele afirmava, no momento da publicação de *Análise automática do discurso*, que ali se encontrava seu objetivo profissional principal. Nessa tentativa, ele queria se apoiar sobre o que lhe parecia já ter estimulado uma reviravolta na problemática dominante das ciências sociais: o materialismo histórico tal como Louis Althusser o havia renovado a partir de sua releitura de Marx; a psicanálise, tal como a reformulou Jacques Lacan, através de seu “retorno a Freud”, bem como certos aspectos do grande movimento chamado, não sem ambiguidades, de estruturalismo (HENRY, 1997, p. 14).

Todos esses fatores constituem, panoramicamente, a conjuntura no interior da qual surgiu a primeira fase da Análise do Discurso de linha francesa, marcada por seu contato com outros campos do saber. Em razão disso, a AD nunca pôde ser chamada de monodisciplinar, e, é bem verdade, Pêcheux nem mesmo a idealizou para ser uma disciplina de instituições de ensino.

1.1.3 As “três épocas” da Análise do Discurso

Michel Pêcheux, Michel Foucault e Mikhail Bakhtin relacionam-se intimamente com os três momentos da Análise do Discurso, que se constituem a partir dos diálogos e duelos que Pêcheux (althusseriano, num primeiro momento) tem com Foucault (no segundo momento) e com Bakhtin (no último estágio).

- **A primeira época**

A primeira época da Análise do Discurso vai de 1969 a 1975, iniciada com a publicação de *Analyse automatique du discours*, de Pêcheux (1997a). É marcadamente centrada na relação que Pêcheux estabelece com Louis Althusser, acerca do conceito de **ideologia**¹⁵. O objeto de análise constituía-se de **grandes textos políticos escritos** e os dispositivos de análise se voltavam unicamente para eles. A principal preocupação desse período pousava na questão do método estruturado, e isso pode ser facilmente observado na segunda parte de *Analyse automatique*, que destaca os cálculos matemáticos e algoritmos que descrevem o dispositivo de análise automatizada do processo discursivo, que se realizava

¹⁵ Cf. ALTHUSSER, 1983.

através da ajuda de recursos informáticos para o processamento de grandes quantidades de *corpora*. Daí deriva a pergunta: Qual é, então, o papel do analista? A ele cabia interpretar os dados obtidos após a automatização, relacionando-os com a) a ideologia; b) com os sujeitos; e c) com as condições histórico-sociais. Dessa interpretação, extraía-se uma formulação do tipo: “naquele momento histórico, naquele lugar, estava em jogo a questão X, para a qual convergiam enunciados do tipo A, B e C; contra o qual se posicionavam outros, do tipo D, E e F.”

A AD-1 trata da maquinaria discursivo-estrutural geradora de discursos. Para Pêcheux (1997b, p. 311), “[...] um processo de produção discursiva é concebido com uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma, de tal modo que um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos”. A maquinaria existente na vida social, produzia sentidos sob a forma de **paráfrase**, e os faziam ser repetidos, de forma que os sujeitos eram assujeitados a essas máquinas. Essa fase se caracteriza por apresentar um método que atua por etapas sobre um *corpus* fechado de sequências discursivas. Utiliza-se aqui uma álgebra discursiva, que permite construir formalmente a estrutura geradora do processo associado ao *corpus*. Mussalim (2004) ilustra essa questão analisando o discurso liberal e o discurso marxista, derivados de diferentes máquinas geradoras, cada uma delas idêntica a si mesma e fechada sobre si mesma.

O sujeito, portanto, é tratado como assujeitado pela maquinaria discursiva. Pêcheux (1997b, p. 311) costumava afirmar: “os sujeitos acreditam que ‘utilizam’ seus discursos quando na verdade são seus ‘servos’ assujeitados, seus ‘suportes’ ”. Isso se deu pelo fato de Pêcheux se pautar nas teses althusserianas sobre os aparelhos ideológicos do Estado (**A. I. E.**) e o **assujeitamento**, que propõem um sujeito atravessado pela ideologia e pelo inconsciente. O sujeito desse período tinha a ilusão de que era a fonte de seus dizeres, mas na verdade era apenas um reprodutor do já-dito, ou seja, “a existência do *outro* está subordinada ao primado do *mesmo*.” (PÊCHEUX, 1997b, p. 313). A observação do atravessamento do “outro” no “mesmo” gerou alguns problemas e críticas ao aparato teórico da AD, o que, segundo Gregolin (2006b, p. 62), “[...] levou a análise à busca das invariâncias, das paráfrases de enunciados sempre repetidos. Essas críticas conduzem à ‘segunda época’, quando se inicia o movimento em direção à heterogeneidade, ao Outro [...]”.

O marco de transição da primeira época para a segunda é o livro *Les vérités de La Palice*¹⁶, publicado em 1975, que constitui uma crítica à semântica formal, reiterando as teses

¹⁶ Trad. Bras. *Semântica e discurso* (PÊCHEUX, 1995a).

althusserianas e a questão do sujeito assujeitado. É como que uma última defesa de Pêcheux ao período de 1969 a 74, e, por isso, *Les vérités de La Palice* representa uma **obra de fechamento**. Foi adicionado à sua edição de língua inglesa, cerca de três anos depois de sua publicação, um anexo denominado “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”, em que Michel Pêcheux (1995b) revê algumas formulações e desconstrói a teoria lá presente.

- **A segunda época**

Vai de 1975 a 1980. Pêcheux publica um anexo a *Les vérités de La Palice* e um artigo em conjunto com Catherine Fuchs¹⁷, de 1975. Esse artigo, denominado “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas”, em conjunto com outros textos, dá início à segunda época da AD. É explícita, nele, a necessidade de refletir e reformular esse campo teórico devido às dúvidas que surgiram a partir dos trabalhos concebidos com base na análise automática do discurso. Consideremos o início do artigo:

Nestes últimos anos, a “análise automática do discurso” (abreviadamente: AAD) produziu um certo número de publicações, tanto no nível teórico quanto no das aplicações experimentais. Parece-nos que as observações, interpretações, críticas ou mesmo deformações que suscitaram nestes dois níveis precisam de uma reformulação de conjunto, visando a eliminar certas ambiguidades, retificar certos erros, constatar certas dificuldades não-resolvidas e, ao mesmo tempo, indicar as bases para uma nova formulação da questão, à luz dos desenvolvimentos mais recentes, frequentemente não-publicados, da reflexão sobre a relação entre a linguística e a teoria do discurso. Daí, a presença indispensável de um linguista no balanço que empreendemos. (PÊCHEUX; FUCHS, 1997c, p. 163).

No sentido de caminhar em direção às reformulações, Pêcheux e Fuchs nos apresentam um “quadro epistemológico geral” daquilo que eles chamam “empreendimento”, referindo-se à AD. Esse quadro epistemológico reside na articulação entre três regiões do conhecimento científico, consagrando como nunca a AD em um campo de **entremeio**. As vizinhanças teóricas, portanto, são:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. A teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica). (PÊCHEUX; FUCHS, 1997c, p. 163-164).

¹⁷ Revista *Langages*, n. 37. Confira Pêcheux e Fuchs (1997c).

Apesar de a Análise do Discurso se encontrar em sua segunda época, a abordagem do sujeito ainda se dá através da **interpelação pela ideologia**. Para Gregolin (2006b, p. 62, grifo do autor), “[...] é nesse artigo, também, que Pêcheux refina a análise das relações entre língua, discurso, ideologia e sujeito, formulando sua teoria dos ‘dois esquecimentos’: sob a ação da interpelação ideológica, o sujeito pensa que é a *fonte do dizer* pois este se apresenta como uma *evidência*”. É nesse momento também que Pêcheux assume a utilização da noção de **formação discursiva**¹⁸, emprestada de Foucault. Inicia-se, então, a explosão do conceito de “máquina estrutural”, cuja causa é a própria noção de formação discursiva. Exemplifica Pêcheux (1997b): “uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais”. Na AD-2, portanto, o objeto de análise passará a ser as **relações entre as máquinas discursivas**. As formações discursivas podem ser uma ou várias, interligadas, que

[...] determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma harena, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes (PÊCHEUX; FUCHS, 1997c, p. 166-167).

A lei de que “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” só se realiza através de um conjunto complexo determinado de formações ideológicas, que é entendida como “um conjunto de atitudes e representações [...] e se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997c, p. 166).

Na esteira dessas reformulações, os autores relembram que o ponto de partida da AAD eram os *corpora* discursivos, e o dispositivo comportava uma fase de análise linguística feita de modo automático e interpretada pelo analista. No entanto, a escolha de determinado método linguístico, para Pêcheux e Fuchs (1997c, p. 171-172), “[...] pressupõe uma definição prévia da natureza e do papel que se atribui à língua”. Essas reflexões se encaminham para a problematização da noção de **efeito de sentido**, muito caro à AD:

¹⁸ Em muitos textos que trazem a história da Análise do Discurso, encontramos o fato de que Michel Pêcheux teria emprestado o sintagma **formação discursiva** de Foucault (2007), reconfigurando-o de acordo com o conceito althusseriano de ideologia. O próprio Pêcheux (1997b) assume o gesto. Cronologicamente, conforme nos afirma Baronas (2003), a utilização do termo formação discursiva por Pêcheux data de 1968, em um texto produzido com C. Fuchs, chamado “*Lexis e metalexis: les problèmes des déterminants*”. Portanto, um ano antes da publicação de *A arqueologia do saber*. Ainda assim, a utilização do termo por Pêcheux se deu em função de tê-lo lido em Foucault. “A reformulação do conceito foucaultiano de formação discursiva no quadro da teoria marxista althusseriana ocorre somente com a publicação de “A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem e discurso”, em 1971” (BARONAS, 2003, p. 100).

[...] a produção de sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia chamar a “matriz do sentido”. Isto equivale a dizer que **é a partir da relação no interior desta família que se constitui o efeito de sentido**, assim como a relação a um referente que implique este efeito. (PÊCHEUX; FUCHS, 1997c, p. 169, grifo nosso).

O efeito de sentido, assim, constitui-se da relação no interior de uma família parafrástica. Não bastasse isso, temos que “a língua constitui o *lugar material* onde se realizam estes efeitos” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997c, p. 172, grifo do autor). No entanto, a questão da análise dos efeitos de sentido esbarra na possibilidade de se efetuar uma leitura subjetiva do *corpus*. A problemática gira em torno do papel da semântica na análise linguística. Por fim, Pêcheux e Fuchs sentem necessidade de esmiuçar mais detalhadamente outros termos – como **superfície linguística, objeto discursivo e processo discursivo** – para que não haja possíveis ambiguidades. Esse período é marcado por **duas incorporações**: a) do conceito de **aparelhos ideológicos de estado**, de Althusser; b) da releitura da noção de **formação discursiva**, de Foucault, no interior da teoria althusseriana das lutas de classe.

- **A terceira época**

Os limites da terceira época ainda não são bem definidos. Alguns estudiosos a consideram entre 1980 e 1983 – quando se dá a morte de Michel Pêcheux. Outros historiadores afirmam que ela se estende até os dias de hoje. Nesse momento, já estão incorporados à teoria discursiva elementos derivados dos trabalhos de Michel Foucault e de Mikhail Bakhtin (sobre a heterogeneidade dos discursos), cuja penetração se deu através de J. Authier-Revuz. É um momento marcado pelo encontro desses outros teóricos e por uma desconstrução de alguns “dogmas” defendidos até então. Nota-se também a desconstrução total da maquinaria discursiva e da noção de formação discursiva. Diz-nos Pêcheux (1997b, p. 315, grifo nosso):

Assim, a insistência da alteridade na identidade discursiva coloca em causa o fechamento desta identidade, e com ela a própria noção de maquinaria discursiva estrutural... **e talvez também a de formação discursiva.**

Na AD-3, os diferentes discursos que atravessam uma FD não se constituem independentemente uns dos outros para serem postos em relação, mas se formam de maneira regulada no interior de um interdiscurso. Gregolin (2006c, p. 23), explica em nota: “praticamente, os analistas franceses passam a operar com a ideia de *memória* e de

interdiscursividade em substituição ao conceito de FD, a partir dos anos oitenta.”¹⁹ Tem-se um sujeito, agora, dividido, clivado e heterogêneo; o **outro**, o desconhecido e o inconsciente passam a fazer parte de sua identidade, através de uma primazia sobre o **mesmo**.

Em 1981, em prefácio ao trabalho de Courtine (1981), Pêcheux (1981) reconhece a necessidade da reformulação dos conceitos teórico-metodológicos no campo da análise do discurso. Dois anos mais tarde, com o livro *O discurso: estrutura ou acontecimento*, Pêcheux (2002) resgata outras materialidades da linguagem e as toma também como objetos passíveis de análise, como as falas do cotidiano e as imagens, por exemplo. Com isso, a Análise do Discurso, que é uma teoria semântica, aproxima-se de uma **semiologia**, cuja finalidade é possibilitar à AD pensar o não verbal.

1.1.4 Michel Foucault e a Análise do Discurso

Michel Foucault foi contemporâneo de Michel Pêcheux e, assim como este, aluno de Louis Althusser, mas não chegou a participar de seu grupo, como fez Pêcheux. Viveu toda a crise pela qual passou a França no final dos anos 60 e se constituiu como um dos maiores pensadores franceses. Pretendemos, nesta parte, compreender qual é a perspectiva foucaultiana para uma “análise de discursos” e sua contribuição para o pensamento de Michel Pêcheux, que, a partir de 1975, inicia a reformulação de algumas posturas herdadas de Althusser, deixadas de lado a partir dos textos de 1980. Com relação às polêmicas entre Pêcheux e Foucault, não podemos dizer que foram adversários, mas estavam em relação de “complementariedade”. Foucault apresenta uma proposta sócio-histórica diferente da de Pêcheux, bem como uma definição distinta de sujeito. Para Gregolin (2006b, p. 119), “a diferença de base diz respeito, fundamentalmente, à maneira de se situarem frente às propostas althusserianas”. Um fato que apontou para o reconhecimento das contribuições foucaultianas para a Análise do Discurso foi a publicação do texto “O estranho espelho da análise do discurso” (PÊCHEUX, 1981), escrito como apresentação ao trabalho de J.-J. Courtine (1981), no qual percebemos um deslocamento das posições althusserianas em direção às propostas foucaultianas.

O trabalho de Courtine, segundo Pêcheux, servirá para mostrar que “é chegado o tempo de começar a partir os espelhos” [...] Para Pêcheux, o trabalho de Courtine

¹⁹ Baronas (2003, p. 46) assinala que “embora denegado pelo grupo de Michel Pêcheux na França, [o conceito de FD] permanece ainda bastante operativo nas pesquisas sobre o discurso, principalmente no Brasil.” Mais adiante, evidencia: “[...] desde que *reconfigurado* a partir do mirante do dialogismo bakhtiniano, por exemplo, esse conceito pode ainda ser bastante produtivo para a teoria do discurso.” (p. 47).

(1981) traz à luz e problematiza esse espelhamento, na medida em que ele interroga a história das práticas comunistas por meio da análise da heterogeneidade constitutiva de sua discursividade. Essa abordagem é possibilitada pela apreensão das ideias de Foucault, principalmente do seu conceito de “formação discursiva” para a análise do interdiscurso e das heterogeneidades. Foi a partir dessa releitura que Courtine faz da *Arqueologia do Saber* que a análise do discurso – que em sua primeira fase tratava de *corpus* como se fossem homogêneos – se encaminhou para os estudos da alteridade, da heterogeneidade. [...] Ele toma, portanto, um caminho que é, política e teoricamente, “desconfortável”, apontando, ao mesmo tempo, falhas teóricas e falhas políticas nos pressupostos de base da análise do discurso, fortemente centrados nas teses althusserianas (GREGOLIN, 2006b, p. 173-174).

Algumas linhas de pesquisa em Análise do Discurso de linha francesa no Brasil não conferem a Michel Foucault um lugar de destaque no interior da teoria discursiva. Não obstante, as palavras do próprio Pêcheux (1981) em função do texto de Courtine (1981) deixam claro esse lugar. Gregolin (2006b) alerta para essa questão, e o Grupo de Estudos em Análise do Discurso de Araraquara (GEADA), coordenado por ela, trabalha há mais de dez anos para operar essa consolidação que alhures se deseja interdita.

Foi por meio do trabalho de J.-J. Courtine que Pêcheux reconheceu as limitações presentes no interior do dispositivo teórico-analítico da AD, naquele momento, e ratificou a importância das ideias presentes em *A arqueologia do saber*. Entre elas, destacava-se a questão de que uma FD era sempre atravessada por outras FDs e que a alteridade sempre afeta o mesmo, eis o motivo de se pensar o fechamento da noção de formação discursiva, como escreveu Pêcheux (1997b). Outro aspecto considerado por Pêcheux e também a ser considerado pelo analista de discursos que adota o método arqueológico é: Foucault não trabalha com a categoria marxista da “ideologia”. A noção de ideologia, conforme resgatada por Althusser (1983), pressupõe que o poder é exercido de um lugar centralizado na sociedade: o Estado. A partir do estado, o poder é disseminado por meio das demais instituições sociais. Althusser (1983) chamava essas instituições de “aparelhos ideológicos de estado” (A. I. E.). Portanto, ao distanciar-se dessa centralização e/ou concentração do poder em uma dada instituição, isto é, ao deslocar-se de um ponto de vista althusseriano sobre o poder, Pêcheux se volta para o conceito de poder foucaultiano, que não está centralizado em instituições. Sobre essa questão, Machado (2008, p. XIV²⁰) nos diz em prefácio que “o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados”. Para adotar esta concepção, é preciso abandonar aquela.

Outra questão que chamou a atenção de Pêcheux também derivou do livro *A arqueologia do saber*: Foucault (2007), ao tratar explicitamente o documento textual como

²⁰ Prefácio de *Microfísica do poder*.

um **monumento** (“vestígio discursivo em uma história, um nó singular em uma rede”), propõe a análise das discursividades e permite a construção teórica do interdiscurso. Pondera Gregolin (2005, p. 107): “Com essa contribuição de Foucault, a análise do discurso foi levada a afastar-se, ainda mais, de uma concepção classificatória que dava privilégio aos discursos oficiais ‘legitimados’”. Há, então, a passagem às formulações do cotidiano, tomadas no “ordinário do sentido”.

1.2 A Análise do Discurso no Brasil

A introdução da Análise do Discurso no Brasil sofreu grande influência do regime militar, que vigorou nestas terras de 1964 até meados da década de 1980. Costumamos dizer que, no final dos anos 70 e início dos anos 80, a AD foi implantada no Brasil – mais especificamente na Unicamp – onde a Professora Eni Orlandi ministrava os primeiros cursos de AD. Isso se deu devido ao enfraquecimento pelo qual passava a ditadura militar nesse período. Pondera Piovezani Filho (2006, p. 244): “sem essa debilidade do regime ditatorial, a implantação de uma teoria linguística (talvez, fosse melhor, ‘uma teoria semântica’, ou ‘discursiva’) baseada em postulados marxistas teria sido praticamente impossível. [...]” Essa é a fotografia *standard* da implantação da AD no Brasil, frequentemente confirmada por diversos pesquisadores. Ilustremos com o texto de Maria Cristina Leandro Ferreira (2007, p. 11-12):

Penso que não é demais considerar que a AD brasileira já tem uma história consistente, que vem sendo construída há cerca de 30 anos e que já se estende por vários quadrantes do território. O marco inicial dessa história se dá em Campinas, em torno da figura de Eni Orlandi, em fins da década de 70, e vai depois ganhando corpo e se institucionalizando através dos docentes e pesquisadores que, formados, retornam a suas origens e iniciam a organizar seus próprios grupos de pesquisa.

A ditadura militar, cujo fim propiciou o florescimento da AD no Brasil, também foi responsável por silenciar um “outro e anterior começo”²¹ da AD, que se deu no Rio de Janeiro, em torno da figura do Professor Carlos Henrique de Escobar e seu grupo, no início dos anos 70, quase que simultaneamente ao que se fazia na França. Os primeiros textos de Pêcheux (ainda sob o pseudônimo de Thomas Herbert) publicados no Brasil foram traduzidos por Escobar e seu grupo na revista *Tempo Brasileiro* nesse período²². Temos, portanto, uma outra voz, silenciada, que emerge da poeira dos textos, e entra para a ordem do discurso das

²¹ São palavras de Piovezani Filho (2006). p. 244.

²² Confira GREGOLIN (2007a) para uma minuciosa e detalhada pesquisa sobre essa questão.

ciências humanas, isto é, torna-se passível de revisitação, de questionamentos, de perguntas que aparecem quando caminhamos junto à teoria.

Entre 1966 e 1974 – e, portanto, durante o período da ditadura militar brasileira – Carlos Henrique de Escobar, junto com um grupo de intelectuais da esquerda militante brasileira, escreveu insistentemente pela instauração dos debates das ideias althusserianas. Essa defesa tinha como objetivo esboçar um programa teórico que, assentado na leitura de Althusser-Herbert-Pêcheux, delineava uma proposta de “análise do discurso” no Brasil (GREGOLIN, 2007a, p. 32).

Escobar e os intelectuais ao seu redor, nesse período, liam os textos de Althusser e de seu grupo, no interior do qual se encontrava Michel Pêcheux. A partir dessas leituras, Escobar propõe a constituição de uma “ciência dos discursos ideológicos”, pois ainda não se havia cunhado, aqui, o título **análise do discurso**. De qualquer forma, essa ciência proposta se pautava no materialismo histórico, na linguística e na psicanálise, o que retoma a trilogia Marx-Saussure-Freud. Afirma Gregolin (2007a, p. 34): “[...] para Escobar, não se trata apenas de divulgar as ideias althusserianas, mas de pensá-las no contexto da proposição de uma ‘ciência do discurso’ ”.

Infelizmente, por conta da conjuntura política da época, esses enunciados e questionamentos foram interditados pelo regime militar, fazendo com que C. H. de Escobar fosse afastado das duas universidades nas quais lecionava: UFF e UFRJ. Seu trajeto foi então “submerso” na História, cujas ressacas fizeram com que, mais tarde, como dissemos, fosse possível um outro “florescimento” da AD, operado na Unicamp, no estado de São Paulo. No entanto, “não se trata de afirmar quem foi o *inaugurador*, mas de questionar: *quais foram as perguntas colocadas em cada um desses momentos?*” (GREGOLIN, 2007a, p. 43, grifo do autor).

1.3 O papel do analista de discursos: entre a descrição e a interpretação

Na primeira época da Análise do Discurso – em que os equipamentos informáticos eram responsáveis pela descrição de uma grande quantidade de *corpora* discursivos – o papel do analista era, a partir dos dados obtidos eletronicamente, relacioná-los com a história e com a ideologia em função de lhes atribuir uma completude analítica. Os equipamentos informáticos disponibilizavam uma descrição dos resultados; o analista interpretava-os, inseria-os em seu contexto. Pêcheux retorna a essa questão em um texto apresentado na conferência “Marxismo e Interpretação da Cultura: limites, fronteiras, restrições” na Universidade de Illinois Urbana-Champaign, realizada entre 8 e 12 de julho de 1983, e

posteriormente publicado sob a forma de livro intitulado *O discurso: estrutura ou acontecimento* (2002)²³.

Orlandi (2002) alerta para o fato de que a Análise do Discurso pode ser considerada como dispositivo de análise ou como instauração de novos gestos de leitura. A autora concorda com Pêcheux ao tratar a materialidade específica do discurso como constituída precisamente no contato do histórico com o linguístico. Por isso, a AD se apresenta como uma forma de conhecimento que se faz em um “entremeio”.

Nas primeiras páginas de seu livro, Pêcheux já delineia o papel do analista:

Um primeiro caminho seria tomar como tema o *enunciado* e trabalhar a partir dele; por exemplo, o enunciado “On a gagné” [“Ganhamos”] tal como ele atravessou a França no dia 10 de maio de 1981, às 20 horas e alguns minutos (o *acontecimento*, no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória). (PÊCHEUX, 2002, p. 17, grifo do autor).

Nesse trecho, além de enxergarmos um primeiro caminho a ser tomado pelo analista, percebemos também como Pêcheux define a noção de “acontecimento”. Ao isolarmos o enunciado “*On a gagné*”, percebemos que a irrupção desse acontecimento na história se inscreve em uma atualidade, ao mesmo tempo em que retoma uma memória proveniente do esporte. O esporte se configurava como “campo primeiro” de existência desse enunciado, antes de seu deslizamento para o campo da política. Um outro trajeto sugerido por Pêcheux encontra-se na questão filosófica; por exemplo, da relação entre Marx e Aristóteles, a propósito da ideia de uma ciência da estrutura. Pêcheux porém se sente ameaçado por uma gama de saberes competentes, derivados da filosofia e das ciências humanas e sociais; lembra-se que, a partir desse enunciado irrompido em 1981, surgiram muitos conjuntos textuais – orais e escritos – os quais Pêcheux (2002, p. 17) chama de “imenso arquivo”, ao qual ele não dispunha de acesso. Como terceiro caminho possível, Pêcheux questiona se não seria melhor ater-se na relação entre a análise como “descrição” e a análise como “interpretação”.

Enxergamos, portanto, três caminhos possíveis que Pêcheux se esforça por entrecruzar: o do acontecimento, o da estrutura e o da tensão entre descrição e interpretação. Focalizando a estrutura do enunciado “*On a gagné*”, Pêcheux aponta o sujeito indeterminado *on* que integra a expressão e o leva a questionar: quem ganhou? Em uma partida de futebol, é evidente quem ganhou, mas a complexidade desse deslizamento para o campo da política está no fato de que esse “*on*” pode se referir a um “*nós*” (militantes do partido de esquerda) ou a

²³ Originalmente, *Discourse: Structure or event?* (1983).

um outro “nós” (povo da França). “O enunciado ‘On a gagné’ [“Ganhamos”] funde ‘aqueles que ainda acreditavam nisso’ com ‘aqueles que já não acreditavam’ ” (PÊCHEUX, 2002, p. 25). Não devemos desconsiderar outra característica desse enunciado que logo nos salta à vista: a ausência de complemento < *On a gagné* \emptyset >, que induz à indagação: “ganhamos o quê?”. No esporte, a resposta é óbvia: o jogo, a partida, o campeonato; mas e na política? O que se ganha quando se elege um presidente, um “terreno sobre o adversário?” É nesse sentido que o enunciado se torna estranho quando deslocado. Tudo isso faz com que o enunciado se coloque como objeto primeiro do analista, porque é por meio dele que se pode descobrir os discursos que o atravessam.

Assim, Pêcheux engaja concretamente maneiras de trabalhar sobre as materialidades discursivas, “[...] implicadas em rituais ideológicos, nos discursos filosóficos, em enunciados políticos, nas formas culturais e estéticas, através de suas relações com o cotidiano, com o ordinário do sentido” (PÊCHEUX, 2002, p. 49). A primeira delas consiste em dar o primado aos **gestos de descrição das materialidades discursivas**, e essa concepção de descrição supõe o reconhecimento de um “real” específico sobre o qual ela se instala – o real da língua. Deve-se, nesse caso, trabalhar sobre a língua, que se mostra para Pêcheux (2002, p. 50) como “[...] aquilo que é colocado pelos linguistas como a condição de existência (de princípio), sob a forma da existência do simbólico, no sentido de Jakobson e de Lacan.” Dessa forma, a pesquisa linguística deixaria a obsessão da ambiguidade e abordaria o “próprio da língua” através do papel do equívoco, da elipse, da falta etc. A segunda maneira de se posicionar frente ao gesto de análise é reconhecer que

Toda descrição [...] está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro [...]. Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. **É nesse espaço que pretende trabalhar a análise do discurso.**” (PÊCHEUX, 2002, p. 53, grifo nosso).

É nesse lugar que a análise discursiva se insere: um entre-lugar diante da descrição e da interpretação. Para Pêcheux, as “coisas-a-saber” são sempre tomadas em redes de memória, dando lugar a “filiações identificadoras”. O problema se coloca, portanto, em determinar o lugar da interpretação em relação ao da descrição: “[...] não se trata de duas fases sucessivas, mas de uma alternância ou de um batimento [...]” (PÊCHEUX, 2002, p. 54). A descrição de um enunciado abre margens interpretativas através de diversos fatores, a saber – a) a detecção de lugares vazios; b) as elipses; c) as negações e interrogações; d) as múltiplas

formas de discurso relatado. No fim de seu texto, Pêcheux conclui que **o discurso é estrutura e também acontecimento**, pois no momento de sua irrupção há uma “desestruturação/reestruturação” das redes de memória das quais provém e dos trajetos sociais dos quais deriva, deixando ao analista, portanto, a tarefa de seguir seus rastros, descrevendo-o e interpretando-o alternadamente.

Nessa seção, em suma, retornamos aos principais fatores que esculpiram a Análise do Discurso e lhe atribuíram a forma que conhecemos hoje. Munidos de todas as suas (re)formulações, propomos na seção seguinte entender e descrever a tela, para, mais adiante, aproximarmos a teoria e o objeto.

2

CIRCUNDANDO A TELA

Metaforizar as transformações do discurso através de um vocabulário temporal conduz necessariamente à utilização do modelo da consciência individual, com sua temporalidade própria. Tentar ao contrário decifrá-lo através de metáforas espaciais, estratégicas, permite perceber exatamente os pontos pelos quais os discursos se transformam em, através de e a partir das relações de poder. (FOUCAULT, 2008, p. 158).

Os discursos, como vimos, são materializados na linguagem sob a forma de enunciados. Essa materialização ocorre em determinados suportes – de escrita ou de leitura – que estão submetidos às alterações dos processos históricos. Pretendendo tomar os enunciados que emergem da tela como objetos de análise, devemos, antes, compreender a trajetória dos suportes de leitura e escrita tradicionais, que antecederam a tela. Os desenvolvimentos tecnológicos do século XXI afetam as práticas de leitura e de produção de textos na sociedade. Operando uma retomada panorâmica dos elementos que se encontraram ao redor dos textos ao longo da história, enxerga-se quais são os efeitos de sentido produzidos pelos discursos a partir do suporte que os veicula. Resgatando a relação entre homem e texto desde os tempos antigos, torna-se mais adequada a compreensão das práticas de leitura virtual, cujo principal suporte é o computador. Em seguida, descrevemos a tela segundo concepções espaciais, derivadas da categoria foucaultiana de “heterotopia”.

2.1 Percursos do escrito: do rolo à tela

Partiremos, aqui, das formas rudimentares de representação das ideias em suportes primários de inscrição. Passaremos pelo rolo, pelo códice e acompanharemos as características da revolução de Gutenberg para, em seguida, compreender que espécies de alterações nas práticas de escrita, leitura, interpretação e armazenamento surgiram em função do aparecimento da tela, popularizando o dispositivo hipertextual. Para Friedrich Kittler (2006), a história dos meios de comunicação divide-se em dois blocos: o primeiro deles lida com a história da escrita e subdivide-se em escritas manuscritas, de um lado; e impressas, de

outro; o segundo bloco, com mídias técnicas, refere-se ao percurso das tecnologias analógicas (como o telégrafo) às tecnologias digitais (como o computador) (KITTLER, 2006). Abordaremos mais detidamente, nesta subseção, os dois elementos do primeiro bloco, quais sejam, as escritas manuscritas e a imprensa, e também o último elemento do segundo bloco – o computador.

- **Livros em forma de rolo, ou *volumen***

Antes da invenção do papel, as sociedades antigas representavam suas ideias em suportes rústicos de escrita. O egípcios utilizavam pedra e papiro; os mesopotâmicos argila; os chineses cascos de tartaruga, ossos e tecido; os indianos, por fim, placas de cobre, madeira, e folhas de palmeira. O papiro era feito com o caule dos juncos cultivados no vale do Nilo e as lâminas da planta eram coladas com a própria água do rio; ele era muito sensível às intempéries do ambiente: caso se molhasse com água ou vinagre, grande parte da escritura era estragada. Mais tarde, o pergaminho ganhou muito destaque; foi desenvolvido pelos habitantes de Pérgamo, na Ásia Menor. Foi mais utilizado no século IV e consistia de um pedaço de pele de cordeiro, bode ou veado jovem. Seu preço era mais elevado em comparação com o papiro, porque uma folha grande de pergaminho consumia um animal inteiro. Uma de suas vantagens era a reciclagem. O pergaminho podia ser raspado e, então, utilizado novamente. Era também mais resistente ao ambiente.

A invenção de formas mais flexíveis, leves, maleáveis e resistentes permitiu o desenvolvimento na forma de inscrição dos textos em seus suportes e contribuiu para que, mais tarde, a técnica da impressão pudesse existir, passando pela invenção e difusão do papel, que possibilitou criar uma nova técnica de reprodução da escrita.

Para refletir sobre as mutações dos suportes de leitura e escrita no Ocidente, podemos esboçar uma divisão didática: num primeiro momento, podemos pensar em uma “cultura do manuscrito”; num segundo momento, em uma “cultura do impresso”; e, por fim, em uma “cultura dos textos eletrônicos”. Sem perder de vista que em todos esses momentos demarcados encontramos diferentes suportes, formas de escrita, técnicas de reprodução, tecnologias de produção e de circulação dos textos; e que por isso esses fatores se inscrevem em mutações tecnológicas, formais e culturais, destacamos que cada um desses momentos é marcado por corporeidades de leitura e escrita, isto é, a relação que o corpo do sujeito leitor/escritor estabelece com o objeto lido ou sobre o qual se escreveria. Assim, o livro em forma de rolo, composto por papiro ou pergaminho, possuía dois bastões em cada extremidade. Os rolos se dividiam em duas espécies: os verticais e os horizontais. Os verticais

possuíam um bastão em cima e outro embaixo, fazendo com que o leitor enrolasse a escritura com o bastão superior, girando ao mesmo tempo o bastão inferior, para ler o texto que surgia diante dele de baixo para cima. O *volumen* horizontal, por seu turno, possuía um bastão de cada lado. Dessa forma, o leitor desenrolava a escritura da direita para a esquerda. Este último formato era mais apropriado para grandes textos, como um romance, por exemplo. A leitura dos livros em forma de rolo exigia a mobilização das duas mãos do leitor. No campo da ciência, por exemplo, a atividade de pesquisa era uma tarefa trabalhosa, pois o pesquisador encontrava dificuldades para ler e anotar/copiar simultaneamente um trecho do que era lido, como fazemos com os livros em forma de códice. O engajamento corporal do leitor com o objeto-livro (ou objeto-lido) sempre foi um grande determinante da cultura escrita em um momento histórico dado.

- **Livros em forma de cadernos (códice ou *codex*)**

A cultura manuscrita perdurou desde a produção dos livros em forma de rolo até a produção dos livros em forma de códice. Os livros antigos em forma de cadernos assemelham-se ao formato dos livros atuais. Em vez de enroladas aos bastões, as folhas de pergaminho foram, nesse período da Idade Média, sobrepostas, amarradas e envoltas por vezes com uma capa dura. Tal mudança trouxe inúmeros benefícios para o ato da leitura: foi possível armazenar uma quantidade maior de texto em um espaço menor, explorando *rectum* (frente) e *versum* (verso) do pergaminho.

As capas protegiam as escrituras e o leitor podia virar as páginas com apenas uma mão e com a outra fazer anotações ou cópias dos trechos lidos, comparar trechos de diferentes livros, etc. Aparentemente banal, a liberdade de uma das mãos no processo da leitura permitiu importantes avanços da ciência, no sentido de que era possível a comparação de várias obras literárias ou científicas simultaneamente, anotações derivadas da leitura, apropriações e citações entre as obras. A agilidade com que se lidava com os textos era muito maior em relação à época dos livros em forma de rolo, na qual se demorava muito para operar uma comparação, uma pesquisa ou uma cópia. A pesquisa nos livros-rolos demandava sempre mais de uma pessoa: uma era responsável por ler, outra por escrever, anotar ou copiar.

No período da Idade Média, em que não existia imprensa e os livros eram escritos, ilustrados, costurados e copiados à mão – pelos copistas – o livro era realmente uma obra de arte, pois era feito com tanto cuidado, técnica e arte que nele confluíam letras, figuras e ornamentos. Esses ornamentos são conhecidos como iluminuras; os responsáveis pela criação ou cópia de iluminuras eram os miniaturistas ou iluminadores.

Nesse período, ocorreu uma importante mudança na relação do leitor com o texto, representada pela passagem da leitura oralizada/performativa para a leitura silenciosa. “Essa revolução diz respeito à longa Idade Média, quando a leitura silenciosa, antes restrita aos *scriptoria* monásticos, entre os séculos VII e IX, ganha o mundo das escolas e das universidades no século XII, e dois séculos mais tarde, as aristocracias leigas.” (CHARTIER, 1999, p.98).

Deve-se esclarecer que a prática comum da leitura em voz alta, para si e para os outros, não significava que o leitor não dominasse a leitura silenciosa, somente com os olhos. A evolução da leitura silenciosa se deu a partir de um conjunto de fatores que envolviam as novas técnicas para a apresentação dos textos. Para Malcolm Parkes (1998), por exemplo, a separação entre as palavras foi fundamental para que o leitor decodificasse o texto de maneira mais rápida, mas não foi a única; posteriormente, refinou-se a utilização da pontuação em função do aumento do número de leitores, e os autores preocupavam-se com o sentido ou o significado de um texto, que é apreendido a partir da interpretação fornecida pelas estruturas sintáticas. O ponto-e-vírgula e o ponto-final ajudavam os leitores a compreender os limites de uma *sententia*. (PARKES, 1998).

Segundo Jesper Svenbro (1998), a sonorização do escrito é programada pela ausência de intervalos, ou seja, comunicamo-nos por um *continuum* sonoro. “Se essa ausência é um valor em si mesma, por que sentir a necessidade de abandonar a *scriptio continua*, obstáculo técnico ao desenvolvimento da leitura silenciosa?” (SVENBRO, 1998, p. 56). A *scriptio continua* caracterizou-se pelo modo de se escrever sem a separação entre as palavras. Muitos escritores latinos adotaram essa prática, já que a gramática se encarregava de definir as partes das orações e suas funções. Uma hipótese comumente divulgada é que o leitor, diante de um texto em *scriptio continua*, conseguia depreender melhor as partes do texto lendo-o em voz alta ou baixa²⁴:

A ausência dos intervalos foi um obstáculo que permaneceu. Mas não foi um obstáculo insuperável, como se poderia acreditar a partir da experiência medieval, na qual, segundo Paul Saenger, a *word division* foi uma condição necessária para que a leitura silenciosa – praticada por monges que copiavam os textos em silêncio – pudesse se propagar. (SVENBRO, 1998, p. 56).

Svenbro (1998) afirma que Saenger tinha a divisão de palavras como causa/condição necessária para a leitura silenciosa, e a seguir esboça uma crítica no sentido de que essa condição não é verificável em todos os casos, pois “os gregos parecem ter aprendido ler em

²⁴ A leitura em voz baixa denominava-se *ruminatio*, uma prática comum nos *scriptoria* monásticos.

silêncio, mesmo conservando sua *scriptio continua*.” (SVENBRO, 1998, p. 56).

Complementa:

Como sugere Knox, o contato com grandes quantidades de textos é que abriu a possibilidade para uma leitura silenciosa na Antiguidade, silenciosa e, portanto, rápida. No século V, um Heródoto precisou abandonar a leitura em voz alta no transcorrer de seu trabalho de historiador e, já durante a segunda metade do século VI, com uma finalidade quase filológica, aqueles que se ocuparam do texto homérico sob os Pisistrátidas em Atenas – como o fez o poeta Simônides – sem dúvida tiveram a oportunidade de desenvolver esta técnica. Técnica reservada a uma minoria, bem entendido, mas uma minoria importante, na qual se encontram certamente os poetas dramáticos. (SVENBRO, 1998, p. 56).

Reiteramos que nenhum desses fatores, isoladamente, foi o responsável absoluto pelo desenvolvimento da leitura silenciosa, mas um conjunto deles. Observa Svendro (1998, p. 56): “a introdução apenas do intervalo não foi suficiente para generalizar a leitura silenciosa na Idade Média. [...] Do mesmo modo, diria eu, o contato frequente com grandes quantidades de textos não é um fator suficiente, por si só, para que a leitura silenciosa ‘pegasse’ durante o século V a.C. em certos meios da Grécia antiga.”

Segundo Parkes (1998, p. 109), “quando os escribas irlandeses copiavam textos latinos, eles abandonaram a *scriptio continua* dos seus exemplares e adotaram como base para sua prática os critérios morfológicos que haviam encontrado nas análises dos gramáticos.” Eles separavam as palavras, introduzindo espaços em branco entre as partes da oração. Essa separação, em algumas regiões da Europa, em que se encontravam diversas vertentes do latim falado, por vezes gerava alguns conflitos, como a separação errônea de palavras com base na acentuação. Os copistas irlandeses foram, de igual maneira, responsáveis por outras modificações na apresentação de textos:

[Eles] desenvolveram também a *littera notabilior*, ou “letra mais visível”, para dar maior ênfase visual ao início do texto ou da seção. Mais tarde, na Europa continental, os copistas retomaram tal princípio ao incorporar letras características de antigos textos com a finalidade de “exibição”, isto é, para serem usadas como *litterae notabiliores* no início de novas *sententiae*, permanecendo o restante do texto escrito em minúsculas. (PARKES, 1998, p. 110).

Em algum momento do século X, por fim, a maior parte dos copistas ocidentais passou a adotar a separação de palavras. Contudo, somente no século XII essa separação se tornou um sistema coerente e consistente (PARKES, 1998).

Nesse período “artesanal” de produção dos livros, a quantidade de exemplares de uma obra era extremamente restrita. Nos mosteiros, por exemplo, cada exemplar à disposição dos

monges era único; o trabalho de copiar era muito difícil e o risco de alterações do texto original era grande.

[...] É nas comunidades cristãs que o códex substitui mais precocemente e mais maciçamente o rolo: desde o século II todos os manuscritos da Bíblia encontrados são códex escritos sobre papiros, e 90% dos textos litúrgicos e hagiográficos dos séculos II a IV que nos chegaram às mãos possuem a forma de códex. Por outro lado, é com uma distância expressiva que os textos gregos, literários e científicos adotam a nova forma do livro: é apenas no período entre os séculos III e IV que o número de códex iguala aquele dos rolos. (CHARTIER, 1999, p. 101).

É clara, segundo o trecho supracitado, a preferência dada pelo cristianismo ao códice. Esse suporte propiciou uma maior portabilidade e capacidade de armazenamento dos textos sagrados, o que estimulava a relação dos religiosos com o escrito.

• Gutenberg, algumas invenções, a tela e a leitura *on-line*

A revolução de Gutenberg representou uma transformação técnica e cultural na sociedade europeia do século XV. Antes de Gutenberg, os livros eram copiados à mão, como dissemos. Depois da aplicação dos caracteres tipográficos²⁵ para a produção e reprodução de livros, o número de exemplares de uma mesma obra cresceu exponencialmente e, por extensão, o acesso aos textos foi facilitado, fruto da crescente popularização da cultura escrita. No entanto, é importante ressaltar que o acesso à leitura na sociedade europeia não se deu de forma abrupta. Anteriormente, a leitura era restrita a poucos indivíduos – como os monges e os nobres. Quando os caracteres móveis foram inventados, a sociedade europeia (sobretudo a grande massa que nunca dispôs de acesso aos livros) precisou passar por um período de “alfabetização”, para, a partir do século XVIII, dar conta de absorver todos os textos impressos. Além disso, essa revolução não representou mudanças na estrutura essencial do livro, ou seja, o livro impresso imita o livro manuscrito em formato de códice.

Por um lado, o livro impresso mantém-se fortemente dependente do manuscrito até por volta de 1530, imitando-lhe a paginação, as escrituras, as aparências e, sobretudo, considerando-se que ele deve ser acabado à mão [...]. Por outro lado [...] o livro é composto por folhas dobradas, reunidas em cadernos colados uns aos outros. Nesse sentido, a revolução da imprensa não consiste absolutamente numa “aparição do livro”. Doze ou treze séculos antes do surgimento da nova técnica, o livro ocidental teria encontrado a forma que lhe permaneceu própria na cultura do impresso. (CHARTIER, 1999, p. 96).

O que torna a revolução de Gutenberg importante é o fato de como ela disseminou a cultura escrita, projetando-a como base para o desenvolvimento das ciências e para o

²⁵ Os tipos móveis e a prensa não foram invenção de Gutenberg. Ele se utilizou de elementos já existentes.

Iluminismo na França. Ideias como a *Enciclopédia* e a Biblioteca do Rei emergiram dessas práticas intelectuais provenientes da cultura escrita impressa, pois com a disseminação e o acesso aos textos impressos, cada vez mais se solidifica o sonho de intelectuais no sentido de reunir em um só lugar a maior quantidade possível de conhecimentos; haja vista a Biblioteca de Alexandria.

Segundo as divisões na história dos meios de comunicação apontadas por Kittler (2006), após o advento da imprensa devem ser estudadas as mídias técnicas, que “[...] não utilizam o código de uma linguagem atual. Elas fazem uso de processos físicos que são mais rápidos do que a percepção humana e são só suscetíveis de formulação no código da matemática moderna.” (KITTLER, 2006, p. 89). As mídias técnicas se “iniciam” com a tecnologia analógica e o surgimento da telegrafia ótica, a partir de 1794, fruto de uma persuasão operada pelo político francês Lukanai junto à assembleia nacional. A partir de 1809, a telegrafia passou a ser elétrica e a utilizar o código Morse. Posteriormente, iniciaram-se as experiências com a mídia analógica da fotografia; Graham Bell inventou o telefone em 1876 (ainda que não tivesse sua função usual, transmitia várias mensagens ao mesmo tempo ao longo de um cabo telegráfico, e foi aperfeiçoado no ano seguinte), seguido da aparição dos discos de gramofone. Por volta de 1895, foram utilizadas fotografias científicas em série juntamente com um projetor de movimento rotatório intermitente e o caminho para o cinema foi preparado. Após a invenção da imprensa, emergiram e se desenvolveram também os chamados recursos “áudio-visuais”, como a tevê, que sucedeu o rádio – porém sem substituí-lo. Todos esses artefatos são muito importantes, pois encontram-se a meio caminho da revolução de Gutenberg e da criação do computador pessoal, tal qual o conhecemos hoje.

A partir dos anos 1990, o PC (*personal computer*) vem marcando presença e instaurando, em alguma medida, uma outra revolução das práticas e dos suportes de leitura e escrita. Esse instrumento suplantou rapidamente a antiga máquina de escrever e hoje é protagonista na sociedade da informação.

A revolução do nosso presente é mais importante do que a de Gutenberg. Ela não somente modifica as técnicas de reprodução do texto, mas também as estruturas e as próprias formas do suporte que o comunica a seus leitores. (CHARTIER, 1999, p. 97).

As práticas de leitura de um texto digital apresentam similaridades e diferenças em relação às práticas do texto impresso. Antes de discorrermos sobre essa questão, é preciso diferenciar os dois níveis do que entendemos por “leitura”: a) enquanto decodificação; b)

enquanto interpretação. Com relação às características de tais suportes, ambos têm suas materialidades específicas e exigem do leitor gestos de leitura distintos. Isso se dá porque, do ponto de vista físico/material, o texto é materializado de modo diferente, ora sob a forma de tinta sobre o papel, ora sob a representação derivada de cálculos binários cujo resultado faz aparecer as letras na tela.

Podemos dizer que um livro, seja ele impresso ou digital, apresenta uma estrutura “linear” no nível de seus significantes. Trata-se da leitura enquanto “decodificação” que exige uma acomodação encadeada de sintagmas – pois essa é uma característica da linguagem verbal. No entanto, não é possível afirmar que a interpretação empreendida é linear. Trata-se, agora, da leitura enquanto “interpretação”. Para que a leitura interpretativa aconteça, são necessários o leitor e o seu mundo, de forma que qualquer leitura (interpretativa) sempre será atravessada por intertextos, por memórias resgatadas e esquecidas de acordo com os estímulos encontrados na escritura. Em alguns gêneros do texto digital, como no jornalismo *on-line* e nos grandes portais de notícias, encontramos janelas por onde deslizar materialmente através do próprio corpo do texto lido para outros textos, imagens e vídeos; essas janelas são os “hipertextos”. Os hipertextos são textos previamente escolhidos (impostos, portanto) que se ligam aos textos anteriores através dos elos, e o produto, ou, em outras palavras, a totalidade do trajeto percorrido pelo ciberleitor é apreendida por meio do somatório do texto inicial e das escolhas feitas por ele – através dos hipertextos clicados – como forma de leituras complementares sobre o assunto.

Essas duas concepções e formas de definir a leitura (decodificação, de um lado; interpretação, de outro) são empregadas em ambos os tipos de textos, impressos e digitais. O que na verdade diferencia as práticas de leitura desses textos é a exploração e a reprodução desse processo cognitivo de remissão a outros textos que acionamos quando da leitura interpretativa. Essa reprodução se dá por meio da proposição de *links* que remetem a hipertextos, garantindo assim um novo modo de leitura, porque a cada hipertexto a leitura interpretativa aciona outros textos que não somente aqueles que acionaria em uma leitura de um texto impresso, podendo torná-la mais rica, criativa, completa, ou mais fragmentada e suscetível a uma apreensão superficial.

Com relação ao arquivamento dos textos, no mundo ocidental, a passagem do texto manuscrito para o impresso significou uma radical mudança cultural com consequências históricas que se estendem até os nossos dias. As implicações culturais foram imensas, pois a “[...] imprensa modificou os métodos de coleta de dados, os sistemas de armazenamento e recuperação da informação, bem como as redes de comunicação utilizadas pelas comunidades

cultas de toda a Europa.” (EISENSTEIN, 1998, p. 12). Expandindo as possibilidades de registro e armazenamento da memória sob a forma escrita, a imprensa levou a cultura ocidental a desenvolver verdadeiras máquinas memoriais (bibliotecas, arquivos etc.) que se tornaram cada vez mais poderosas à medida que se ampliaram as técnicas de registro, como o aperfeiçoamento da imprensa, a criação da fotografia, do filme e da informática. Os desenvolvimentos de novas tecnologias transformaram os suportes de texto e criaram novas maneiras de ler os arquivos. Os dispositivos eletrônicos estabeleceram, portanto, novas legibilidades que se distinguem das formas tradicionais de leitura dos textos impressos.

A tela é tida como sinônimo de “modernidade”, e o que a caracteriza de forma mais substancial é o misto de tradição com inovação. Alguns gestos ainda correspondem às “velhas maneiras” de leitura; outros, no entanto, são inteiramente novos. Segundo Gregolin (2000), o leitor-navegador contemporâneo, diante dos textos eletrônicos, ao mesmo tempo em que repete gestos do leitor de textos impressos²⁶, está sujeito a uma nova corporalidade, já que o texto lhe chega, por processos eletrônicos, através da tela de computador, e ele não tem contato corporal com um **objeto a ser lido**. E marcando esse afastamento, o texto é manuseável indiretamente (pelo clique no *mouse* e/ou acionamento do teclado). Do mesmo modo, o suporte eletrônico determina uma distribuição, uma organização, uma estruturação do texto muito diferente daquela do impresso, organizado em cadernos, folhas e páginas. O fluxo não sequencial do texto na tela, sua descontinuidade, suas fronteiras invisíveis levam o olhar para várias dimensões, instituindo a simultaneidade, o movimento. Assim, ao mesmo tempo em que se cria o distanciamento corporal do leitor, o texto – desprendendo-se da imobilidade do impresso – adquire uma maior dinamicidade.

O desenvolvimento de novas representações para o ato de ler demonstra que as práticas de leitura são determinadas pelo leitor, pelos significados que o ato de ler adquiriu em certa época, para seu grupo social. Além disso, o leitor deve reconhecer estratégias discursivas que estão inscritas no texto, em sua estruturação discursiva e em sua materialização no suporte. Por isso, o ato de leitura é uma atividade relativamente controlada (e portadora de uma contradição, como veremos mais adiante) e a interpretação depende do reconhecimento de dois conjuntos de estratégias: a) que envolvem o texto e sua configuração

²⁶ “Entrar” em um arquivo eletrônico, por exemplo, é um gesto de leitura semelhante ao de entrar nas antigas bibliotecas, assim como a leitura dos textos informatizados mantém as metáforas do “*browse*”, isto é, o folhear das páginas; os *softwares* Internet Explorer e Mozilla Firefox são chamados de *browsers* (do verbo *to browse*; “folhear”, em português), e sugerem a própria prática de navegação, de percursos fragmentados. A barra de rolagem nos remete aos livros em forma de rolo (*volumen*), em que se rodavam os bastões para que os textos surgissem. O ícone da mãozinha também é um elemento remissivo e dêitico: significa apropriação do espaço, inscrição em um espaço e representa uma corporalidade.

formal; e b) que resultam das relações pragmáticas estabelecidas entre o produtor e o leitor. As formas materiais que suportam o texto modelam as expectativas do leitor, além de convidar a participação de outros públicos e incitar outros usos:

A representação eletrônica substitui a materialidade do impresso pela imaterialidade de textos sem lugar específico; às relações de contiguidade estabelecidas no texto impresso ela opõe a livre composição de fragmentos indefinidamente manipuláveis; à captura imediata da totalidade da obra, tornada visível pelo objeto que a contém, ela faz suceder a navegação de longo curso entre arquipélagos textuais sem margens nem limites. (CHARTIER, 1999, p. 100).

Se não há texto fora do suporte que o dá a ler ou a ouvir – e no qual estão inscritas as representações do que seja a leitura e o leitor – **a compreensão acontece sempre através das formas**. No entanto, paralelamente, esse leitor moldado pela materialidade também encontra frestas por onde interpretar novos significados. Essa é a contradição fundamental que envolve texto e leitor: a leitura não é jamais limitada, há sempre uma força criadora no leitor mas, ao mesmo tempo, as estratégias do texto (impostas pelas formas discursivas e pelo suporte de texto) fazem o leitor sujeitar-se a regras lógicas e a modelos. A atividade leitora é, assim, a busca de solução para essa tensão entre limite e descoberta, que faz com que um texto seja **sempre o mesmo e sempre outro** para cada um dos leitores. A leitura é, assim, simultaneamente, controlada, de um lado; e “rebelde e vadia” (CHARTIER, 1999, p. 7), de outro, pois a atividade de leitura sempre inventa, desloca, distorce. Nesse sentido, a vigilância do circuito nunca pôde anular a liberdade do leitor na sua incessante atividade de buscar novos significados, deslocando, criando, descobrindo.

Assim, é evidente que as formas produzem sentido e um mesmo texto investe-se de nova significação quando se modificam os dispositivos de sua legibilidade. Os efeitos de sentido produzidos pelas formas materiais, pela ordem do discurso – que materializa ideias, lhes dá concretude – estão organizados nos dispositivos técnicos, visuais e físicos que organizam a leitura de cada suporte de texto. As obras obedecem a determinações que as impregnam – uma ordem específica, com suas regras, suas convenções, suas hierarquias – e que fazem os sentidos tornarem-se concebíveis, comunicáveis, decifráveis.

2.1.1 Materialidades do jornal impresso e do jornal *on-line*

É essa determinação entre forma (suporte) e conteúdo (efeitos de sentido) que faz, por exemplo, o leitor do jornal ser mais livre do que os leitores de um livro. As matérias

jornalísticas não precisam ser lidas em uma ordem, como acontece no gênero editorial do romance, por exemplo. A descartabilidade do jornal impresso é necessária devido ao seu conteúdo frequentemente datado²⁷, que envelhece de uma edição a outra.

No jornal *on-line*, por outro lado, a instantaneidade é muito maior, porque as notícias não precisam passar pelo impressor e distribuidor. No momento em que são escritas, elas podem ser “postadas” no *site* do jornal, no instante mesmo em que o acontecimento relatado irrompe na atualidade.

A alteração no tempo de publicação da notícia em relação ao seu acontecimento é uma inovação do jornalismo *on-line*, ou seja, o ritmo de abastecimento de informações da mídia eletrônica é muito mais rápido. O jornal impresso traz notícias que **aconteceram**, porque há um intervalo de tempo entre escrever uma reportagem e imprimi-la no jornal, pois o texto deve passar por correções, adaptações, etc. No jornal *on-line*, os fatos são narrados “[...] **no momento em que estão acontecendo.**” (KUCISNSKI, 2005, p. 77, grifo nosso).

Segundo McLuhan (2001), o meio é a mensagem. Para ele, o conteúdo de uma mensagem é determinado pelo meio. As mesmas palavras ditas oralmente, impressas em papel ou apresentadas na televisão fornecem três mensagens diferentes. Não se trata simplesmente de afirmar que o “mesmo”



Figura 1: Página inteira da Folha Online

²⁷ Observa-se que a instantaneidade da informação e a descartabilidade não são características somente do jornal impresso. Alguns gêneros editoriais do livro impresso também apresentam essas características; é o caso dos gêneros literários menos prestigiados pela academia, como os livros de autoajuda, os romances *Júlia*, *Sabrina*, etc.

conteúdo se torna distinto quando veiculado por diferentes meios, mas sim de compreender mais profundamente a ideia de que o “meio é a mensagem” como exigência para se pensar a especificidade dos mecanismos e dos procedimentos que cada meio aciona para a produção e a partilha de sentidos nos processos de comunicação.

A partir disso, observamos que os gestos físicos de leitura na tela do computador são diferentes daqueles que aplicamos às páginas dos livros. São outras práticas, outra posição do leitor, outra forma de passar as páginas. Na tela, pode-se dizer que se encontra uma maior fragmentação “mostrada”. Mas essa questão é complexa, porque nos livros também encontramos fragmentação, nas notas de rodapé e nos índices. Não é possível generalizar as noções de linearidade *vs.* associação em relação ao texto impresso ou ao texto *on-line*, respectivamente. Quando se trata da leitura (entendida aqui como o conjunto das práticas de manuseio e das atividades de interpretação), que se estabelece entre o social e o singular, não é possível estabelecer em que medida em um suporte acontece mais fragmentações ou associações em relação ao outro. Nos textos *on-line*, os hipertextos são mostrados, materializados; nos livros, os intertextos têm de ser recuperados pela memória do leitor e associados por ele.

2.1.2 Hipertextos

As novas tecnologias fizeram com que nos habituássemos a incorporar, cada vez mais em nosso cotidiano, alguns dos elementos constituintes da rede. O fato das relações hipertextuais serem mais difundidas atualmente diante da tela pode gerar a ilusão de que esse modo de relacionar informações é inteiramente novo. Entretanto, essa é uma prática bem mais antiga que a invenção do transistor. O ato de relacionar informações de maneira associativa é uma característica do ser humano, e é sobre isso que vamos nos debruçar neste momento.

Primeiramente, é necessário definir o que se entende por uma relação hipertextual: as relações hipertextuais são relações de associação de significados ou sentidos. É o que une ou aproxima, de alguma forma, sentidos dispersos. Nossa mente pode associar uma palavra a uma imagem, a um som, a um objeto, a um sentimento, a um afeto, a uma dor, previamente arquivados em nossa memória. Pierre Lévy (1993), pesquisador entusiasta das novas tecnologias, caracteriza essas relações como nós ligados por elos. Os nós são essas imagens, memórias, sons, instâncias armazenadas e passíveis de serem evocadas; os elos são as ligações feitas por nossa mente no interior do campo mnemônico.

A ideia de hipertexto foi enunciada pela primeira vez por Vannevar Bush em 1945, em seu artigo “*As we may think*”, o qual defendia que **a mente humana funciona através de associações, e não através de ordenações lineares e sequenciais**. Ela “[...] pula de uma representação a outra ao longo de uma rede intrincada” (LÉVY, 1993, p. 28), interligada por elos. Posteriormente, na década de 1960, Theodore Nelson criou o termo “hipertexto” para expressar a ideia de uma leitura/escrita multidimensional e não sequencial num sistema informático. Nelson, a partir de então, persegue o sonho de uma imensa rede contendo todas as obras literárias e científicas do mundo (LÉVY, 1993). Seria uma espécie de Biblioteca de Alexandria do mundo moderno, em que os textos estariam dispostos virtualmente e suscetíveis de lincagem.

Genette (1982 apud GREGOLIN, 2000, p. 39, tradução do autor), chega a denominar de hipertextual “toda a relação que une um texto B (hipertexto) a um texto anterior A (hipotexto)” e que nele produz novos sentidos. A concepção genettiana foi cunhada no campo da literatura, mas essa designação passou a circular no campo da informática. Percebemos, assim, a relação que pode ser traçada entre **hipertexto** e **intertexto**. Há uma primazia do sistema de pensamento **associativo** derivado dos trabalhos de Bush e Nelson em detrimento do sistema **linear** e lógico canônico que se tinha até então.

O processo hipertextual (de associação) encontra-se também, como mencionamos, nos textos e livros impressos, porém se configura de forma diferente: como intertexto. No livro, as informações estão dispostas/acomodadas de forma lógica e ordenada, através dos títulos, índices, paginações e notas de rodapé: há uma ordem linear de legibilidade. Não obstante, essa ordem também pode ser quebrada. As notas de rodapé para as quais é levado o leitor através de um índice ou um asterisco sugerem a quebra da sequência linear de leitura. A intertextualidade presente no texto impresso leva nossa mente a outros textos.

Com a era da tecnologia, os mecanismos associativos ganham um novo suporte: o computador. Nele, o hipertexto adquire uma materialidade, uma extensão e uma produtividade, ou seja, uma aplicação prática. Todas as informações podem ser interligadas na grande rede, mesmo sem haver algo em comum. A Internet nos deixa enveredar, segundo Chartier (1999, p. 111), por “arquipélagos textuais”, assim como em um labirinto povoado de informações que levam a outras informações. Entretanto, não é possível observá-lo de cima: só é possível percorrer o labirinto por dentro. Ele não nos fornece um mapa que possamos desdobrar, e por isso perder-se é fácil, mais fácil que em um livro, que permanece ali, disponível para o leitor folhear materialmente.

Para Machado, Quartiero e Bianchetti (2000), algumas denominações se alteram no momento em que circulamos de um suporte de leitura a outro: o leitor do livro torna-se **navegador da rede**. “Navegador” no sentido de que não há mais uma rota estabelecida. A quebra da linearidade é o fator determinante do hipertexto.

As paradas no curso de qualquer atividade são consideradas desvios da tarefa, e, se não merecem sempre punição, são quase sempre alvo de censura [...]. Na busca das raízes desta espécie de moral [...], topamos com a tradição cristã e a profunda marca que a herança religiosa deixou nesta instância social. Alguns dados específicos das práticas presentes nos Seminários Jesuítas, por exemplo, são muito eloquentes neste ponto. Uma delas diz respeito ao seguinte: os padres insistiam muito, com os seminaristas, no supremo objetivo de rezar sem se(r) distrair(ido). Por trás da tentação da distração estaria o demônio, trazendo maus pensamentos, fantasias pecaminosas, diante dos quais todo esforço é pequeno e fraco. (MACHADO; QUARTIERO; BIANCHETTI, 2000, p. 50-51).

Com essa forte sacralização ainda vigente, as práticas que exigiam “atenção” eram atravessadas por uma espécie de estrutura linear do pensamento, tida como correta. No âmbito religioso, a distração – em alguma medida, uma “relação hipertextual” – é sinônimo de devaneio, divagação: pressupõe o descontrole de si.

Na esteira dessas reflexões, propomos uma comparação entre as práticas de “viajar”/distrair-se na sala de aula e “viajar”/navegar na Internet: ambas são atravessadas por mecanismos associativos, mas apresentam um descompasso. Enquanto “viajar”/navegar na Internet é sinônimo de pesquisa e engajamento dos jovens estudantes em busca do saber, “viajar”/distrair-se na sala de aula é sinônimo de desvio e necessita de correção ou punição. Esses devaneios são “relações hipertextuais” no sentido que se comportam como janelas que se abrem a partir de um estímulo.

O “sociólogo” italiano Domenico de Masi – que tratou, em alguma medida, da criatividade – em visita ao Brasil, disse que não se pode esperar que profissionais da criação tenham ideias brilhantes sentados diariamente na mesma mesa de trabalho, na mesma sala, com as mesmas cores. Em seus estudos, descobriu que ideias relevantes são tidas fora de hora, fora de lugar. Antigamente, reitera, era comum que escritores e pintores viajassem para criar. Com essa afirmação, observamos aqui o lado positivo da mudança e da distração para as práticas da criação e autoria. (MACHADO; QUARTIERO; BIANCHETTI, 2000).

A distração se coloca como gesto “perdoável”, haja vista o funcionamento associativo da mente. O passado perpassa o presente a todo instante, sobretudo quando somos estimulados a buscá-lo. A atenção é sim importante para os indivíduos, mas isso não os impede de experimentar outras formas de pensar.

2.2 O virtual e o ciberespaço

Não é possível seguir adiante sem considerarmos uma questão basilar para os estudos que tratam da Internet: a “virtualidade” e os sentidos evocados quando nos referirmos a ela. Iniciaremos pelo texto digital. No momento em que está presente na tela, ele se torna virtual, ou seja, perde sua existência física e torna-se uma representação ou projeção; no entanto, ainda mantém uma materialidade. Mas o que significa “tornar-se virtual”? “Virtualizar-se”? Cada vez mais nos deparamos com essas e outras expressões do tipo “realidade virtual”, “comunicação virtual”, “teleconferência” etc. Consideremos a seguinte afirmação:

Um movimento geral de virtualização afeta hoje não apenas a informação e a comunicação mas também os corpos, o funcionamento econômico, os quadros coletivos da sensibilidade ou o exercício da inteligência. (LÉVY, 1996, p. 11).

Remontando às origens do termo “virtual”, deparamo-nos com seu conceito filosófico: diferentemente do que circula no senso comum, **o virtual não é oposto ao real, mas sim ao atual**. Segundo Pierre Lévy (1996), o virtual contém a futura existência do atual, que se atualizará. Para ilustrar essa questão, utilizaremos um exemplo que o próprio autor considera pertinente: “A árvore está virtualmente contida na semente” (LÉVY, 1996, p. 15). Da mesma forma, pensando na prática de leitura eletrônica, um hipertexto está contido virtualmente em um *link*, que se atualizará no momento em que o leitor/navegador clicar sobre ele.

Nos espaços eletrônicos, o corpo também se virtualiza. Como afirma Lévy (1996), o corpo, que nos é visível por sua pele, cabeleira, membros etc pode ser penetrado: a medicina pode enxergar seu interior sem mesmo machucá-lo ou feri-lo. Raios-X e máquinas de ressonância criam, em ambiente virtual, reproduções de como somos interiormente. Da mesma forma que podemos ser penetrados, podemos ser – ou, melhor, como se pudessemos ser – teletransportados, o ciberespaço nos possibilita interagir com indivíduos muito distantes, o que era impossível em sociedades de outrora, nas quais cartas ou mensagens poderiam levar meses para chegarem aos seus destinatários, e eram por vezes extraviadas. Agora, o corpo se virtualiza: seu texto, sua voz e sua imagem chegam a outros lugares através de fibras óticas. Cada vez mais se concretizam as hipóteses de McLuhan (2001), em sua obra *Os meios de comunicação como extensões do homem*.

No entanto, a definição de virtual como “aquilo que não existe como realidade, mas como potência ou faculdade” não é a única a que estamos sujeitos: existem outros sentidos derivados da palavra “virtual”, mobilizados sem distinção, designando, comumente, práticas concebidas a partir da inserção no ciberespaço. Imagens, sons, vídeos e outras coisas podem

ser, hoje, “virtualizados”, isto é, podem deixar a “realidade física” e passar a circular em outra instância: representada, codificada, digitalizada, projetada etc. Quando exposto de forma *online*, o texto ocupa um outro lugar, não mais aquele físico, da tinta sobre a página impressa, mas um lugar não determinado, desterritorializado. Trata-se da existência no interior de “um objeto comum, dinâmico, construído, ou pelo menos alimentado, por todos que o utilizam.” (LÉVY, 1996, p. 128). Todos os internautas conectados compõem a grande rede, pois ela se constitui não a partir de uma única fonte, de onde provêm todas as informações, mas de uma colaboração/cooperação em que muitos indivíduos conectados contribuem para manter a rede funcionando e compartilhando dados indefinidamente.

[...] o virtual, rigorosamente definido, tem somente uma pequena afinidade com o falso, o ilusório ou o imaginário. Trata-se, ao contrário, de um modo de ser fecundo e poderoso, que põe em jogo processos de criação, abre futuros, perfura poços de sentido sob a platitude de presença física imediata. (LÉVY, 1996, p. 12).

Aproximar “real” e “virtual” se tornará cada vez mais comum. Além do mais, existe uma expressão que engloba os dois sentidos, a saber, “realidade virtual”. A realidade virtual é uma tecnologia de interface avançada entre um usuário e um sistema computacional. O objetivo dessa tecnologia é recriar ao máximo a sensação de realidade para um indivíduo.

Quando uma pessoa, uma coletividade, um ato, uma informação se virtualizam, eles se tornam “não presentes”, se desterritorializam. Uma espécie de desengate os separa do espaço [...] e da temporalidade do relógio e do calendário. (LÉVY, 1996, p. 21).

No mundo moderno, tudo se virtualiza: a comunicação, as empresas, as transações bancárias, o comércio, o trabalho etc. O ciberespaço cresce exponencialmente, pois como foi dito, possibilita novas práticas e novas praticidades. A noção de “tempo” também se altera quando estamos conectados: somos envolvidos pelo tempo da máquina, que cada vez mais influencia o dia a dia da sociedade. A velocidade das informações a que somos expostos exige que pessoas passem um determinado período do dia lendo *e-mails*, consultando jornais e comunicando-se. Como viver sem *e-mail*? Como deixar de usar o computador para trabalhar? Quem somos nós, hoje, sem as máquinas?

2.3 A heterotopologia ou o estudo foucaultiano dos espaços

O ciberespaço instaura sentidos e participa do imaginário compartilhado pelos indivíduos de uma determinada cultura. A existência em seu interior implica virtualização, digitalização e meios de acesso. Seu crescimento é diretamente proporcional à sua importância: empresas,

bancos e comércios – por exemplo – utilizam-no como base sobre a qual efetuam, entre muitas outras coisas, suas transações monetárias. As folhas de registros deixaram os desajeitados arquivos e agora se encontram em bancos de dados. Se, por um lado, a digitalização dos acervos promove a proteção contra as intempéries do tempo e a imunidade aos incêndios, por outro, a existência no ciberespaço está sujeita a outras formas de ameaça, entre elas, o vírus de computador. Configurando-se como novo suporte de comunicação e discurso, a tela envolve os objetos que nela se encontram com a teia da interconexão. A alteração na concepção espaço-temporal e as inovações nas práticas culturais marcam a importância das máquinas nos tempos de hoje. Em alguns contextos, tornam-se fundamentais²⁸.

Pretendemos, nesta subseção, compreender como a Internet²⁹ pode ser enxergada através da categoria de espaço, e na próxima seção delinearemos uma reflexão para problematizá-la enquanto gêneros do discurso que pululam nesse espaço.

O lugar de que falamos, portanto, distingue-se dos outros lugares físicos, palpáveis, concretos. Configura-se como lugar de atualizações, conexões, nós. Esse lugar complexo nos confunde se nos empenharmos em localizá-lo geograficamente, porque está presente em vários lugares e, ao mesmo tempo, em lugar algum.

Para entendermos como Internet (limitada pela tela e pertencendo ao ciberespaço), portanto, faz circular os discursos, envolvendo-os em uma espécie de **ambiente**, utilizaremos como ponto de partida o texto “Outros espaços”, de Michel Foucault (2006), que nos ajudará a compreender qual é a dinâmica dos espaços e que sentidos contêm. Com isso, pretendemos colocar em relação a Internet – pensada espacialmente – e os espaços físicos de uma cultura. A seguir, expomos um trecho de “Outros espaços”, em que Foucault esboça a descrição das **heterotopias**³⁰, cujos elementos constitutivos se assemelham às características do ciberespaço. Portanto, as heterotopias são

²⁸ Uma dissertação antes da popularização do computador pessoal e dos práticos editores de texto era uma tarefa árdua, porém não impossível. Por vezes, era necessário ser escrita à mão antes de ser datilografada. A “margem direita”, nas máquinas de escrever, sempre foi um problema; era preciso um profissional em datilografia para enquadrá-la nas normas de apresentação requisitadas.

²⁹ Ao longo desse texto, o leitor encontrará as palavras “Internet”, “tela” e “ciberespaço” empregadas como sinônimos. Referimo-nos, ao empregá-las, ao lugar de onde emergem enunciados sob a materialidade digital.

³⁰ O conceito de “heterotopia” é multifacetado. Em “Outros espaços”, encontramos uma das faces dessa noção. No prefácio de *As palavras e as coisas*, por outro lado, Foucault utiliza esse termo para se referir à linguagem como um “não-lugar” em que podem se justapor elementos muito distintos, inconcebíveis de se avizinham em um outro espaço qualquer a não ser “na voz imaterial que pronuncia sua enumeração”. Define Foucault (1992, p. 7-8), “As *utopias* consolam: é que, se elas não têm lugar real, desabrocham, contudo, num espaço maravilhoso e liso; abrem cidades com vastas avenidas, jardins bem plantados, regiões fáceis, ainda que o acesso a elas seja quimérico. As *heterotopias* inquietam, sem dúvida porque solapam secretamente a linguagem, porque impedem de nomear isto e aquilo, porque fracionam os nomes comuns ou os emaranham, porque arruinam de antemão a

[...] espécies de contraposicionamentos, espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis. Esses lugares, por serem absolutamente diferentes de todos os posicionamentos que eles refletem e dos quais eles falam, eu os chamarei, em oposição às utopias, de heterotopias; e acredito que entre as utopias e esses posicionamentos absolutamente outros, as heterotopias, haveria, sem dúvida, uma espécie de experiência mista, mediana, que seria o espelho. (FOUCAULT, 2006, p. 415).

Toda sociedade possuiu suas heterotopias, pois sempre haverá lugares que se posicionarão de maneira a inverter e contrapor outros. O estudo histórico do espaço (ou as diferentes maneiras de percepção do espaço em várias épocas) ajuda-nos a enxergar o que os ambientes virtuais trazem do ambiente físico. Não é à toa que o próprio nome o designa: **ambiente** virtual, **ciberespaço**. Partindo desse ponto de vista, iniciaremos nossa descrição dos “espaços normais”, relacionando-os, em seguida, com o espaço virtual. Percebemos, num primeiro momento, que o ciberespaço se constitui diferentemente de quaisquer outros lugares porque não é um espaço físico, mas existe no interior de uma projeção. Materializa-se em uma tela. Vejamos o que Michel Foucault nos diz a respeito da tela do cinema, usada como exemplo na definição das heterotopias:

A heterotopia tem o poder de justapor em um só lugar real vários espaços, vários posicionamentos que são em si próprios incompatíveis. É assim que o teatro fez alternar no retângulo da cena uma série de lugares que são estranhos uns aos outros; **é assim que o cinema é uma sala retangular muito curiosa, no fundo da qual, sobre uma tela em duas dimensões, vê-se projetar um espaço em três dimensões** [...]. (FOUCAULT, 2006, p. 418, grifo nosso).

O cinema, em alguns aspectos estruturais, assemelha-se ao ciberespaço, porque se configura como um espaço bidimensional que representa espaços tridimensionais. Não obstante, o filme que vemos no cinema é proveniente de luz refletida, enquanto a tela produz sua própria luz. A imagem da tela do cinema provém da frente da projeção, enquanto em um monitor de tubo a imagem parte de trás; nos monitores de LCD (*Liquid Crystal Displays*), a imagem se forma em sua própria superfície.

‘sintaxe’, e não somente aquela que constrói as frases – aquela, menos manifesta, que autoriza ‘manter juntos’ (ao lado e em frente umas das outras) as palavras e as coisas. Eis porque as utopias permitem as fábulas e os discursos: situam-se na linha reta da linguagem, na dimensão fundamental da fábula; as heterotopias (encontradas tão frequentemente em Borges) dissecam o propósito, estancam as palavras nelas próprias, contestam, desde a raiz, toda possibilidade de gramática; desfazem os mitos e imprimem esterilidade ao lirismo das frases.” Em “Sobre a geografia”, reitera-se a importância da utilização dos termos espaciais no estudo dos saberes. Confessa Foucault (2008, p. 165): “a geografia deve estar bem no centro das coisas de que me ocupo.” O autor revisita as noções de “território”, “campo”, “deslocamento”, “domínio”, “solo”, “região”, “horizonte”, “arquipélago”, “paisagem” para refletir de que forma as questões da geografia atravessam sua obra. “Desde o momento em que se pode analisar o saber em termos de região, de domínio, de implantação, de deslocamento, de transferência, pode-se apreender o processo pelo qual o saber funciona como um poder e reproduz os seus efeitos.” (FOUCAULT, 2008, p. 158).

A natureza da heterotopia de armazenar vários espaços sobrepostos, constituindo-se como espaço-outro, estende-se para o ambiente virtual. Nele, não só confluem textos, sons, imagens fixas ou em movimento, mas também espaços de comunicação que utilizam todos esses elementos, espaços de relacionamentos, de resgate de afetividades, de arquivamento de memórias, de representações icônicas, de encontros, de trocas, de viagens, de conhecimento, de ausência de regras, de coisas inúteis; é um espaço da informação, sobretudo, em suas diversas formas. Não é somente a sobreposição desses elementos que o caracteriza, mas também a interconexão de todos eles, seus *links*, suas redes, seus labirintos.

A instrumentalidade dos conceitos presentes em “Outros espaços” – versão escrita fruto de uma conferência proferida por Michel Foucault no *Cercle d'Études Architecturales*, em 14 de março de 1967 – consiste em **escavar os sentidos que se encontram no interior dos espaços a que estamos acostumados** (o quarto, o café, o teatro), fazendo desaparecer a evidência das razões pelas quais devemos nos portar desta ou de outra maneira quando nos encontramos em alguns deles. Ao analisar o ambiente virtual, pretendemos contribuir para pensar a sociedade hoje que o tem como fator constitutivo. Como bem afirma Certeau (2000), a análise de uma sociedade depende de forma integral das situações criadas ou existentes em conjunturas determinadas:

Também a consideração deste lugar, no qual se produz, é a única que permite ao saber historiográfico escapar da inconsciência de uma classe que se desconheceria a si própria, como classe, nas relações de produção e, que, por isso, desconheceria a sociedade onde está inserida. **A articulação da história com um lugar é a condição de uma análise da sociedade.** (CERTEAU, 2000, p. 77, grifo nosso).

Dessa forma, as práticas históricas estão sempre relacionadas ao local em que ocorrem e à conjuntura que as envolvem. Os acontecimentos se enraízam em um lugar, e esse é o elemento que destacamos na prática historiográfica. Ao unir discurso, história e memória, esta subseção parte da reflexão sobre determinados espaços criados e existentes no interior de uma sociedade para, posteriormente, poder traçar relações entre esses lugares e os acontecimentos que fazem circular os discursos, apreensíveis por meio de enunciados, que por vezes estão dispostos eletronicamente, **produzindo efeitos de sentido**, na medida em que se encontram em uma outra materialidade. No final da década de 60, Foucault já insinuava algumas considerações acerca do espaço como fator fundamental de nossa modernidade. Diz ele:

A época atual seria talvez de preferência a época do espaço. Estamos na época do simultâneo, estamos na época da justaposição, do próximo e do longínquo, do lado a lado, do disperso. Estamos em um momento em que o mundo se experimenta, acredito, menos como uma grande via que se desenvolveria através dos tempos do

que como uma rede que religa pontos e entrecruza sua trama. (FOUCAULT, 2006, p. 411).

A simultaneidade de que fala Foucault nunca esteve tão evidente quanto está atualmente. Essa evidência foi causada, em sua maior parte, pelos novos meios de comunicação e pelas novas tecnologias que têm a função de aproximar cada vez mais as pessoas, mesmo que de forma virtual. A noção de “rede que religa pontos”, presente em Foucault (2006) sobre a situação social dos anos 1960, não descreveria melhor (em uma comparação) as relações de hipertextualidade presentes na Internet. É o mesmo processo: blocos de informações (nós) que se unem a partir de conexões (redes).

O ciberespaço, para André Lemos (2002, p. 111), “[...] não é uma utopia [...], mas uma *topia*, ou seja, uma realidade que se desenrola diante de nossos olhos”. Essa afirmação de Lemos nos lembra que há dois discursos acerca da Internet ou do ciberespaço em sua condição de espaço, isto é, duas maneiras de sua abordagem – são elas: a) a abordagem da Internet enquanto um lugar outro, onde o sujeito pode manifestar sua fragmentação assumindo avatares, onde se confunde o público e o privado, portanto, enquanto heterotopia (que desenvolvemos aqui, a partir dos trabalhos de Foucault); e b) a abordagem – como a de Lemos (2002) e de Araujo (2006) – que defende que não se trata de uma inversão ou de uma contraposição ao espaço real, mas se trata de uma extensão / de uma otimização dos espaços que já conhecemos, em que nos posicionamos (por exemplo, *sites* de serviços bancários, bibliotecas, lojas virtuais etc.).

Os ambientes em que vivemos estão, em alguma medida, impregnados de imaginários e de memórias que os preencheram ao longo da história. Ousamos chamá-los, esses “imaginários” contidos em um espaço, de “pré-construídos” – relacionando-os com o conceito de Pêcheux (1995a, p. 155-156), acerca de como se constata a discrepância pela qual um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado “[...] antes, em outro lugar, independentemente”. Ilustremos: em função dos “pré-construídos” que habitam o espaço da igreja, é impossível que uma expressão do tipo “sou ateu” seja enunciada em seu interior. A história do espaço no Ocidente fez com que fosse impossível “[...] desconhecer este entrecruzamento fatal do tempo com o espaço.” (FOUCAULT, 2006, p. 412). Para entendermos melhor o conceito de heterotopia, precisamos recuar no tempo e compreender como ocorreram as mudanças graduais nas percepções sobre o espaço. Para tanto, seguiremos o trajeto percorrido por Foucault (2006) e observaremos, num primeiro momento, os espaços da Idade Média. São eles:

[...] um conjunto hierarquizado de lugares: lugares sagrados e lugares profanos, lugares protegidos e lugares, pelo contrário, abertos e sem defesa, lugares urbanos e lugares rurais [...]. Toda essa hierarquia, essa oposição, esse entrecruzamento de lugares era o que se poderia chamar bem grosseiramente de espaço medieval: espaço de localização. (FOUCAULT, 2006, p. 412).

Essa forma de enxergar os espaços, assim como sua mutação ao longo da história, liga-se estritamente com a história dos sistemas de pensamento, já que uma é dependente da outra. O fato de cada coisa ter seu local específico e o pensamento ser estruturado por meio de dicotomias demonstra o grau de pensamento de uma sociedade em um certo momento histórico. Mais tarde, Galileu (re)descobre o movimento de translação da Terra em relação ao sol, fazendo com que esse espaço de localização se tornasse extremamente relativo. “[...] De tal forma que o lugar da Idade Média se encontrava aí de uma certa maneira dissolvido, o lugar de uma coisa não era mais do que um ponto em seu movimento [...]. A partir do século XVII, a extensão toma o lugar da localização.” (FOUCAULT, 2006, p. 412). Em nosso século, que é atravessado pela pressa e pelo estresse, os lugares não se definem mais por conceber cada um uma prática determinada; eles, em sua maioria, constituem-se pela possibilidade de coexistência de diversas práticas em seu interior. Como defende Foucault (2006), estamos em uma época em que o espaço é já uma relação de posicionamentos. A cozinha, antigamente, era o local onde a família se alimentava, e a sala de estar configurava-se como o local de receber visitas. Hoje, após a invasão da televisão nos lares, é comum a prática de almoçar em frente à tevê e receber visitas na cozinha, onde, geralmente, prepara-se um prato ao passo que se conversa. O ato de almoçar na sala, portanto, traça relações com o espaço da cozinha, e é nesse sentido que um espaço é composto por outros.

Com o decorrer da história, o tempo foi se dessacralizando, mas o espaço (a não ser por Galileu) ainda carrega muito em si de sagrado, herança da Idade Média:

E talvez a nossa vida ainda seja comandada por um certo número de oposições nas quais não se pode tocar, as quais a instituição e a prática ainda não ousaram atacar: oposições que admitimos como inteiramente dadas: por exemplo, entre o espaço privado e o espaço público, entre o espaço da família e o espaço social, entre o espaço cultural e o espaço útil, entre o espaço de lazer e o espaço de trabalho; todos são ainda movidos por uma secreta sacralização. (FOUCAULT, 2006, p. 413).

Essa disposição dicotômica dos espaços tem origem no maniqueísmo da instituição religiosa, isto é, na Igreja da Idade Média. Alguns lugares são bons, ortodoxos; outros, ruins, heterodoxos, como os bordéis. Por meio da oposição igreja vs. bordel, é possível enxergar como os lugares são habitados por sentidos diferentes (nesse caso, opostos). Isso está presente, também, no imaginário das coisas certas e erradas, lugares certos, lugares errados.

Para Foucault, o espaço exterior (que se constitui tão heterogeneamente quanto o espaço interior – dos sonhos, devaneios, lembranças) é composto de alguns lugares cujas qualidades práticas mantêm uma constância:

Seria possível descrever, pelo conjunto das relações que permitem defini-los, esses posicionamentos de parada provisória que são os cafés, os cinemas, as praias. Seria igualmente possível definir, por sua rede de relações, o posicionamento de repouso, fechado ou semifechado, que constituem a casa, o quarto, o leito etc. (FOUCAULT, 2006, p. 414).

Por outro lado, existe uma outra espécie de lugares, mais complexos, menos “constantes”, construídos e constituídos ao longo do desenvolvimento das sociedades, de suas novas técnicas e novas práticas. Esses lugares, segundo Foucault (2006), são de dois tipos: **as utopias e as heterotopias**. As utopias, segundo ele, são espaços fundamentalmente irrealis (por exemplo, outras formas de sociedade, ou espécies melhoradas dela, como o Comunismo), enquanto as heterotopias, mesmo que sejam irrealis, possuem uma localização geográfica na realidade. Entre as utopias e as heterotopias existe uma experiência mista: o espelho, que se configura como utopia, ao passo que reflete algo e a imagem refletida não é real; mas é também uma heterotopia, porque tem uma existência no real, é localizável geograficamente. A imagem criada em seu interior inverte o objeto refletido, contestando-o e colocando-o fora de todos os outros lugares (FOUCAULT, 2006). A tentativa de classificação e descrição das heterotopias foi chamada por Foucault de heterotopologia, ou seja, um estudo desses espaços-outros. O espaço da imagem formada no espelho, o lugar de uma conversa telefônica e o lugar da tela do cinema constituem esses espaços-outros a serem estudados e, na esteira dessa reflexão, poderíamos incluir **o espaço no interior de um ambiente virtual: o ciberespaço**.

As heterotopias dividem-se em dois grupos: a) as de crise e b) as de desvio. As heterotopias de crise, segundo Foucault (2006, p. 416), são lugares “[...] reservados aos indivíduos que se encontram, em relação à sociedade e ao meio humano no interior do qual eles vivem, em estado de crise. Os adolescentes, as mulheres na época da menstruação, as mulheres de resguardo, os velhos etc.” Nas sociedades ditas “primitivas” (FOUCAULT, 2006, p. 416), as primeiras manifestações da sexualidade dos rapazes deveriam ocorrer no período em que estivessem no serviço militar. Para as garotas, esse período era vivenciado quando se encontravam no colégio interno (em sua forma do século XIX). Portanto, concluímos que essa fase do desenvolvimento dos adolescentes deveria ocorrer “algures” que não em sua própria casa, na qual se encontrava a instituição familiar. A prática de deslocar os adolescentes no momento da irrupção de sua sexualidade traz consigo a forte influência da Igreja, pois remete ao que é ortodoxo e afasta, dessa forma, o “pecado” dos lares.

A defloração da moça não poderia ocorrer em “nenhum lugar” e, naquele momento, o trem, o hotel da viagem de núpcias eram bem esse lugar de nenhum lugar, essa heterotopia sem referências geográficas. (FOUCAULT, 2006, p. 416).

Como a noite de núpcias implica prática sexual, mais uma vez devia acontecer em outros lugares e não dentro do lar. Uma viagem era muito pertinente nesse momento, pois a consumação do casamento ocorria em “nenhures”, ou seja, num lugar “sem lugar”: uma heterotopia que não se deixava dominar pelo sagrado.

Além das heterotopias de crise, Foucault apresenta-nos as de desvio. Hospitais psiquiátricos e casas de repouso, assim como a prisão, representam-nas, porque abrigam indivíduos cujos comportamentos são tidos pelos padrões sociais **como desvios**. Foucault localiza as casas de repouso (o que conhecemos por “asilos”) no limite da heterotopia de crise e da heterotopia de desvio, pois “a velhice é uma crise, mas igualmente um desvio” (FOUCAULT, 2006, p. 416). Com o decorrer da história, as sociedades podem atribuir às heterotopias outras funções, diferentes daquelas que originalmente possuem. Um desses exemplos é o **cemitério**. Num primeiro momento, localizado no centro da cidade; num segundo momento, levado para suas margens.

Até o fim do século XVIII, o cemitério estava situado no próprio centro da cidade, ao lado da igreja. Ali existia toda uma hierarquia de sepulturas possíveis. [...] Era bem natural que na época em que se acreditava efetivamente na ressurreição dos corpos e na imortalidade da alma não se tenha dado ao despojo mortal uma importância capital. [...] Foi somente a partir do século XIX que se começou a colocar os cemitérios no limite exterior das cidades. Correlativamente a essa individualização da morte e à apropriação burguesa do cemitério nasceu uma obsessão da morte como “doença” [...]. Esse grande tema da doença disseminada pelo contágio dos cemitérios persistiu no fim do século XVIII; e foi simplesmente ao longo do século XIX que se começou a processar a remoção dos cemitérios para a periferia. Os cemitérios constituem, então, não mais o vento sagrado e imortal da cidade, mas a “outra cidade”, onde cada família possui sua morada sombria. (FOUCAULT, 2006, p. 417-418).

Quando as heterotopias estão ligadas a recortes de tempo (o que ocorre mais frequentemente), elas podem ser chamadas, por pura simetria, de **heterocronias**. Quando o homem se encontra diante de uma espécie de ruptura com a sua temporalidade tradicional, esse tipo de heterotopia se põe a funcionar. O cemitério compõe uma dessas espécies, mas há outras:

Há, inicialmente, as heterotopias do tempo que se acumula infinitamente, por exemplo, os museus, as bibliotecas; museus e bibliotecas são heterotopias nas quais o tempo não cessa de se acumular e de se encarapitar no cume de si mesmo, enquanto no século XVII, até o fim do século XVIII ainda, os museus e as bibliotecas eram a expressão de uma escolha individual. Em compensação, a ideia de tudo acumular, a ideia de constituir uma espécie de arquivo geral, a vontade de

encerrar em um lugar todos os tempos, todas as épocas, todas as formas, todos os gostos, a ideia de construir um lugar de todos os tempos que esteja ele próprio fora do tempo, e inacessível à sua agressão, o projeto de organizar assim uma espécie de acumulação perpétua e infinita do tempo em um lugar que não mudaria, pois bem, tudo isso pertence à nossa modernidade. O museu e a biblioteca são heterotopias próprias à cultura ocidental do século XIX. (FOUCAULT, 2006, p. 419).

As bibliotecas e os museus ilustram o sonho do homem em reunir em um só lugar todas as memórias e saberes acumulados, constituindo uma espécie de arquivo geral. Como já afirmava Chartier (1999), o sonho de uma biblioteca reunindo todos os livros jamais escritos atravessa a história da civilização ocidental. Em 1785, Etienne-Louis Boullée propõe um plano para a reconstrução da Biblioteca do Rei. Nesse momento emergiam as luzes na França e os iluministas faziam apologia do saber e do conhecimento. Sábios como Diderot, Montesquieu, Rousseau, D’Alembert, Voltaire, entre outros, dedicaram-se à tarefa de reunir em uma só obra todo o conhecimento humano: era a *Enciclopédia*, símbolo da crença no poder transformador da ciência. Enquanto Diderot e os outros planejavam compactar todos os saberes e conhecimentos em um único livro, Boullée mostrou-se mais prático: resolveu reunir tudo isso em um mesmo lugar, a Biblioteca do Rei.

Atualmente, também é possível encontrar na Internet essa persistência do homem em construir um lugar de reunião de todos saberes. A *Wikipedia*³¹ representa essa necessidade de armazenamento de informações. Para Jenkins (2008), os ambientes eletrônicos de sobreposição de informações compõem o que ele chama de “inteligência coletiva”. Desde sempre, é impossível que um só ser humano armazene todos os saberes acumulados. O acesso à totalidade dos saberes só é possível através da cooperação de muitos indivíduos, cada um deles contribuindo com sua parcela de conhecimento. A reunião de diversos saberes não pode ser encontrada em um único sujeito, mas sim em um conjunto deles – é na coletividade coordenada que se estabelece a inteligência. Não obstante, os riscos são muito frequentes. Na *Wikipedia*, os próprios usuários são os responsáveis pelo desenvolvimento e pela manutenção dessa espécie de “enciclopédia colaborativa”.

Bem-vindo(a) à **Wikipédia**, uma enciclopédia escrita em colaboração pelos seus leitores. Este site utiliza a ferramenta Wiki, que permite a qualquer pessoa, inclusive a você, melhorar de imediato qualquer artigo clicando em editar no menu superior de cada página [...]. Qualquer pessoa pode editar qualquer página da Wikipédia! Clique no separador *editar* no topo da página que quer melhorar. Não é preciso credenciais especiais, nem registro prévio [...]. A edição é livre, mas com a liberdade vem a responsabilidade, por isso lhe pedimos que use este recurso de maneira responsável.³²

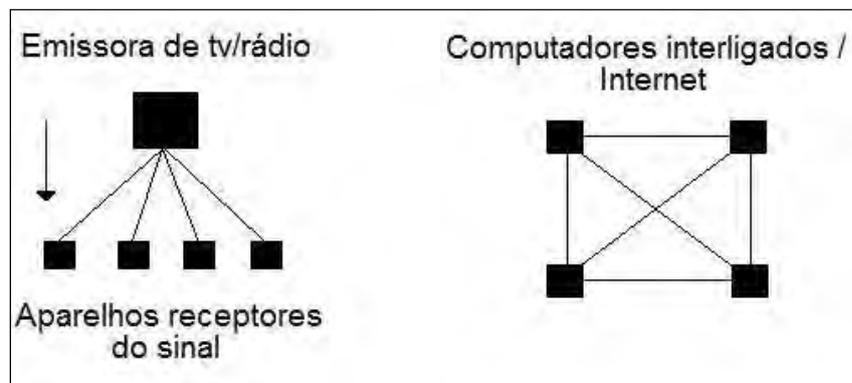
³¹ Confira <http://www.wikipedia.org>.

³² <http://www.wikipedia.org>, *link* “Boas Vindas”.

Não há como saber se o autor do artigo tem domínio daquilo que trata. Como alerta o trecho acima, “qualquer pessoa pode editar qualquer página da Wikipédia!”. É possível que os artigos sejam melhorados por especialistas em cada temática, no entanto, é possível de igual maneira que sejam lançadas informações falsas ou incoerentes na rede, suscetíveis de apropriação e circulação em outros meios. A *Wikipedia* não constitui uma fonte de pesquisa seguramente confiável em sua totalidade: é um portal para a busca imediata de informações, as quais devem ser confirmadas por outras fontes. O ambiente virtual – cuja Biblioteca do Rei é a *Wikipedia* – constitui-se como uma heterotopia de nossa atualidade.

2.4 Dois exemplos de heterotopia na cibercultura: *net-arte* e educação

Primeiramente, é necessário esboçar um breve histórico da Internet antes de abordarmos a *net-arte*. Em setembro de 1969, uma rede é criada pela *Advanced Research Projects Agency (Arpa)* para troca de dados militares; ela ganha o nome de Arpanet. A partir dos anos 1980 há a disseminação do computador pessoal. Em fins dos anos 90 cria-se o *browser* e a maioria dos computadores dos EUA adquire a capacidade de entrar em rede; já em 1992, a rede toma o formato de WWW, popularizando a Internet e a cibercultura, que ganha consistência e passa a fazer parte das práticas culturais contemporâneas. Vivemos na era do compartilhamento de informações, sejam elas visuais, textuais, sonoras etc. A rede existente no ciberespaço é multidirecional. Diferentemente da tevê, em que uma fonte lança o sinal que penetra na casa de milhares de pessoas, cada computador pode se comunicar entre si, destacando a interação/interatividade como uma de suas principais características. Observemos o seguinte esquema.



Esquema 1: A direção das informações

Como observamos acima, a direção das informações na tevê e no rádio é unidirecional. Os computadores interligados, por sua vez, podem compartilhar qualquer tipo de informação entre si, de modo que cada máquina atua como uma nova fonte de informações. Segundo Lemos (2002, p. 114), “o ciberespaço fez com que qualquer um possa não só ser consumidor, mas também produtor de informação, emissor”.

Assim, o ciberespaço configura-se como um espaço aberto de trocas. Em seu interior, invertem-se alguns valores referentes ao que entendemos por espaço privado e espaço público. Ao nos comunicarmos através dele, podemos utilizar não somente a voz (como mais frequentemente acontece), mas também imagens e sons. As *web cams*, ou câmeras da rede, utilizadas para aperfeiçoar a comunicação de indivíduos na Internet, são determinantes para a inversão dos espaços: o espaço privado (geralmente o quarto), no qual o internauta se encontra, é tornado público através dessas câmeras.

A popularização das web-câmeras merece destaque como um dos fenômenos emergentes mais interessantes da Internet [...]. O fenômeno faz parte da crescente publicização do espaço privado, acirrado pelo surgimento das novas tecnologias de informação e comunicação. (LEMOS, 2002, p. 114).

Não só o espaço privado se torna público no ciberespaço, mas também o espaço público se torna privado. A Internet tem como prática, desde que foi adaptada para o uso civil, a livre troca de dados e informações. No entanto, como parte da “sociedade de controle” – no sentido atribuído por Deleuze (1992) – a rede permite que alguns espaços públicos se tornem privados.

Trata-se aqui do controle de informações por vigilância (policial, política, comercial), que monitora o espaço eletrônico, sem que saibamos, invadindo a vida privada. Estamos nos limites cognitivo, social e político da cibercultura e questões como acesso a informação, censura, criptografia, sistemas abertos, *hacking*, direito de autor e privacidade estão na ordem do dia. (LEMOS, 2002, p. 117).

As câmeras dos estacionamentos, dos estabelecimentos públicos, dos bancos, do trânsito, ilustram como as imagens do espaço público são tornadas privadas, pelas empresas responsáveis pela manutenção ou segurança desses lugares.

A Internet porém não lida só com a troca de informações, mas também com as expressões artísticas. Manovich define cibercultura como “[...] o estudo de vários fenômenos sociais associados à Internet e outras novas formas de comunicação em rede” (MANOVICH, 2006, p. 26). Assim como a cibercultura tomou para si várias práticas sociais, como comunicação, a escrita, a pesquisa, o entretenimento etc; a arte tampouco podia escapar. Antes da ascensão das novas tecnologias, a exposição de arte tinha seu próprio lugar. O pintor

tinha seu *vernissage*; o escritor, as livrarias; e o ator possuía o palco do teatro, a tela do cinema e a tela da tevê.

Atualmente, a Internet também é utilizada como espaço de exposição artística. O artista não precisa mais do espaço “concreto” de exposição, no qual expunha algo por um determinado período de tempo, como, por exemplo, em um festival. Ao contrário, as obras de um artista podem permanecer *on-line* pelo tempo que o artista (ou proprietário do *site*) achar necessário: uma exposição sem tempo definido para encerrar. Foucault (2006) não nos fala do espaço da exposição, no entanto, seguindo seus princípios, é possível delinear algumas características desse lugar: uma “heterotopia da exposição”, que agora permite a veiculação de seus objetos artísticos expostos em outro meio – o virtual – fazendo com que eles sejam agora representados, isto é, a representação de um texto na tela, a representação de um quadro (pintura) sob a forma de uma imagem, a representação de um vídeo sob a forma de arquivo etc.

Pensem na escrita de roteiros digitais [como uma maneira de encarar a convergência da prática da rede e da prática (anti)estética] – isto é, escrever para a rede, como uma espécie de escritura cinemática pós-filme, como uma chance de brincar com uma máquina de remixagem inventiva que é também um dispositivo de registro de memória, uma plataforma multimídia de publicação na rede, um espaço de exposição, uma zona de trabalho colaborativo, etc. (AMERIKA, 2006, p. 143).

A alteração na materialidade da obra de arte – antes “concreta”, agora “projetada” – gera questões profundas na própria definição de “como fazer arte virtual”, pois a Internet possibilita a qualquer indivíduo produzir arte e expô-la.

Como exemplo de *net-arte*, podemos citar a “poesia digital”, que se utiliza dos recursos da animação e da sonoridade como elementos constitutivos do poema. Ilustremos com a poesia digital de Agnus Valente:



Figura 2: Exemplo de poesia digital.

Fonte: http://www.textodigital.ufsc.br/num05/avng/avng_poesiadigitalpoetry.htm

A poesia digital acima é animada. O símbolo “=” atua como um pêndulo, oscilando da esquerda para a direita, como o de um relógio. Ao bater nas palavras “tempo”, estas se movimentam, e as letras reagem como se estivessem sendo empurradas pelo pêndulo.

Capturamos o momento em que a palavra da direita é atingida pelo pêndulo “=” . Essa movimentação permanece silenciosa na tela negra diante de nós, e somente se destacam as letras prateadas e o movimento ininterrupto³³.

As telas são também responsáveis por mudanças nas práticas de acesso ao conhecimento e suas relações de aprendizagem referentes a **uma sociedade disciplinar**, que permanecia estável desde o século XVIII. Atualmente, elas são parte integrante da **sociedade de controle**, descrita por Foucault. Para entendermos melhor a transição pela qual passaram as sociedades, vamos nos deter na descrição de seus dois tipos:

Foucault situou as *sociedades disciplinares* nos séculos XVIII e XIX; atingem seu apogeu no início do século XX. Elas procedem à organização dos grandes meios de confinamento. O indivíduo não cessa de passar de um espaço fechado a outro, cada um com suas leis: primeiro a família [...], depois a escola [...], depois a caserna [...], depois a fábrica, de vez em quando o hospital, eventualmente a prisão, que é o meio de confinamento por excelência. (DELEUZE, 1992, p. 219, grifo do autor).

Como sabemos, as sociedades disciplinares dispunham de espaços definidos para cada prática, por exemplo, a escola era o único lugar para se aprender; a igreja, o único lugar para conversar com Deus. Por isso, o processo de formação e de aprendizado de uma criança, segundo Capparelli (2002, p. 132), vinha “acontecendo em dois ambientes, ambos sob o controle dos pais: a própria família e a escola, essa última quase uma extensão da primeira”. A instituição familiar, circunscrita ao espaço da casa da família, era a responsável por transmitir os primeiros aprendizados a uma criança, e, depois, a escola dava continuidade a esse processo. Os pais e os professores eram os agentes responsáveis pelo controle do conhecimento a que essa criança teria acesso.

Com o desenrolar da história, emergiu a sociedade do controle: “numa sociedade do controle, a empresa substitui a fábrica.” (DELEUZE, 1992, p. 221). A qualidade de alguns espaços foi alterada. O trabalhador, que antes era circunscrito ao seu espaço de trabalho (a fábrica, por exemplo) com seu salário definido, tem a possibilidade, na empresa, de brigar por maiores salários, maior poder, maior *status*; essa estrutura social lhe permite, em alguns empregos, a possibilidade de trabalhar em casa. O aprendizado, por seu turno, deixa o espaço e o tempo da escola e se estende para a vida inteira, pelo fato de apresentar-se como um meio de ascensão social.

Nas sociedades disciplinares, os pais, e depois e os professores, eram tidos como as maiores autoridades sobre uma criança e, no imaginário da época, eles sempre sabiam mais do

³³ Confira também <http://www.consumehastamorrir.com> para visualizar as reapropriações e sátiras que se fazem das obras de arte clássicas.

que ela. Nas sociedades de controle, no entanto, “a importância da família e da escola como mediadoras do conhecimento foi diminuindo com o aparecimento dos meios massivos de Comunicação.” (CAPPARELLI, 2002, p. 133). Primeiro a tevê e depois a Internet possibilitaram o acesso a um amplo leque de informações absorvidos pela criança, alterando práticas culturais e participando, cada vez mais, do processo de constituição de sua subjetividade. Portanto, o ciberespaço consolida-se, para as pessoas que o utilizam, como um outro território de acesso aos saberes e à informação de todos os tipos. Como as demais heterotopias, também possui suas próprias regras de funcionamento e mecanismos de controle.

As crianças-internautas, especialmente, buscam no ciberespaço uma ilusão de liberdade. Com o crescimento das grandes metrópoles, as crianças de classe média ou alta não costumam mais frequentar determinados espaços que antes era comum a elas frequentar, por exemplo, a praça pública ou mesmo as redondezas de seu bairro. Os pais das crianças, conscientes da violência presente no exterior de sua casa, não permitem que seus filhos permaneçam nesses lugares, levando-as a buscar na rede o que perderam na rua.

Percebe-se aqui um movimento inverso. Em vez da criança se retirar dos espaços públicos devido à violência, às dificuldades de transportes nas grandes cidades ou aos perigos que cada família enxerga além da porta de casa ou dos portões do condomínio residencial, agora essa criança de dentro de casa participa do espaço exterior à esfera doméstica. (CAPPARELLI, 2002, p. 137).

Isso faz com que o ciberespaço contradiga e inverta essas esferas estabilizadas de diversão. Dentro da casa, a Internet espelha lugares exteriores a ela, lugares que se estendem além dos muros, lugares abertos, compartilhados, sociais. A criança enxerga na Internet uma janela para o exterior das paredes seguras.

Nesta seção, procuramos compreender a evolução e o desenvolvimento dos suportes de leitura e escrita, desde a utilização do papiro para inscrição e materialização das ideias até a introdução da tela e as alterações provocadas por ela nas maneiras de ler os textos. Problematizando a sistemática dos hipertextos, que se assemelha ao processo de raciocínio humano, pretendemos compreender o mecanismo de dispersão dos textos impressos e dos textos *on-line*. Acreditamos que os questionamentos sobre a diferença entre o “real” e o “virtual” foram também importantes, porque esclareceram sua utilização no campo filosófico e no senso comum, que não concebe o virtual como “não atual”, mas como “não real”. Esse é um sentido que vem sendo construído em função da popularização de novas tecnologias. Por fim, detemo-nos na concepção foucaultiana dos espaços sociais com o objetivo de relacioná-la

com o ciberespaço, já que ele contém muito de suas características e de seus mecanismos. Esses fatores apontam, agora, para a reflexão mais aprofundada de alguns elementos teóricos presentes no campo da Análise do Discurso e para a análise do *corpus*.

3

CAIXA DE FERRAMENTAS: QUATRO DISPOSITIVOS TEÓRICOS E ALGUMAS APLICAÇÕES

Trata-se, para além da leitura dos Grandes Textos (da Ciência, do Direito, do Estado), de se pôr na escuta das circulações cotidianas, tomadas no ordinário do sentido. (PÉCHEUX, 2002, p. 48).

Nesta seção, isolamos quatro conceitos muito utilizados nos estudos do discurso e trabalhamos a partir deles, a saber: gêneros do discurso, identidade, formação discursiva e arquivo. Esses dispositivos teóricos nos ajudarão a compreender o enunciado digital derivado de dois blogues, da escrita de salas de bate-papo e de *sites* prestadores de serviços. A partir desses quatro conceitos – alguns deles mais produtivos na vertente brasileira de AD – será possível observar melhor a relação que os enunciados estabelecem com o ambiente do qual emergem. O conceito de gêneros do discurso é extraído dos trabalhos de Bakhtin, cuja leitura realizada pelo grupo pêcheutiano se deu em um momento posterior. O conceito de identidade (e sua operacionalização nos estudos do discurso) mostrou-se delicado: embora muito produtivo dentre os trabalhos atuais baseados em Análise do Discurso, ele não é frequentemente problematizado no interior da estrutura discursiva, mas ancorado somente em estudos de sociologia ou antropologia, nos quais percebemos um maior volume de textos que versam sobre essa questão. Por fim, resgatamos a origem e as problemáticas dos últimos dois conceitos (FD e arquivo), que serão aplicados a *sites* prestadores de serviços.

3.1 Os gêneros do discurso

Após aproximarmos o conceito de heterotopia, de Foucault, ao ambiente virtual, trataremos do ciberespaço sob o ponto de vista bakhtiniano. Como já mencionamos, a absorção dos conceitos de Bakhtin no interior da teoria discursiva de Pêcheux se deu através de J. Authier-Revuz, acerca da heterogeneidade dos discursos. Partindo do pensamento de Mikhail Bakhtin acerca dos gêneros do discurso, discutiremos as novas configurações de textos digitais e as novas formas de escrita eletrônica, selecionando, em função disso, o

gênero “blogue” para ilustrar a relação que o enunciado estabelece com seu ambiente de formulação e circulação. Essa escolha se deu pelo fato de que, baseando-se em Bakhtin, é possível descrever quais são os **enunciados típicos** desse (ciber)espaço discursivo. Para tanto, recorreremos ao capítulo “Os gêneros do discurso”, encontrado em *Estética da criação verbal*, de Bakhtin (2000).

Na primeira parte de seu capítulo, intitulada “Problemática e definição”, Bakhtin (2000) salienta que todas as esferas da atividade humana, em sua rica variedade, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Desse ponto em diante, Bakhtin esclarece gradativamente a noção de “enunciado” e como ele se constitui no interior de sua teoria.

As pessoas não trocam orações, assim como não trocam palavras (numa acepção rigorosamente linguística), ou combinações de palavras, trocam enunciados constituídos com a ajuda de unidades da língua – palavras, combinações de palavras, orações [...] (BAKHTIN, 2000, p. 297).

Assim, enxergamos uma divisão no estudo da língua e da comunicação: de um lado, temos as unidades abstratas e neutras pertencentes ao “sistema da língua”, como palavras e orações; de outro, temos a utilização da língua que se efetua sob a forma de enunciados orais e/ou escritos, concretos e únicos, que são exteriorizados por indivíduos que se encontram em diferentes esferas de comunicação e atividade humanas. Segundo Bakhtin (2000, p. 279), “não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana, o que não contradiz a unidade nacional de uma língua”. Ora, se essas esferas de que trata Bakhtin no âmbito das atuações do indivíduo na sociedade são inúmeras, com a Internet elas se multiplicam de forma categórica. Bakhtin trata de alguns gêneros orais e escritos objetivando esboçar uma classificação dos gêneros do discurso. Direcionando nosso olhar para a atualidade, é necessário questionar: como se constituem os enunciados digitais? Eles fazem parte de quais gêneros? Isto é, que características possuem os gêneros do discurso derivados eletronicamente da Modernidade Líquida (BAUMAN, 2001)³⁴? Essas questões serão discutidas nas páginas que se seguem.

³⁴ Num primeiro momento, pensamos em utilizar aqui o termo “pós-modernidade”. No entanto, esse conceito é motivo de variadas discordâncias entre os teóricos desde sua origem até efeitos posteriores à sua cristalização, como nos explica Anderson (1999). Devido à complexidade conceitual do “pós-modernismo”, preferimos utilizar a expressão cunhada por Bauman (2001) – “modernidade líquida” – referindo-se à “fluidez” como principal metáfora para o estágio presente da era moderna. Entendemos por “modernidade líquida”, em suma, o período que se inicia na segunda metade do século XX e se estende até os dias atuais.

3.1.1 Os gêneros do discurso e suas superfícies de contato: compondo diários

Para classificarmos um determinado gênero é necessário, antes, focalizar o “enunciado” para atingir esse objetivo. De acordo com Bakhtin (2000, p. 279), ele

[...] reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas [de comunicação], não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua [...] mas também, e sobretudo, por sua construção composicional.

Cada esfera exteriorizará, portanto, séries de enunciados típicos. Esses enunciados típicos são de duas ordens: os de gênero primário e os de gênero secundário. Alguns dos gêneros primários são, segundo Bakhtin (2000):

- *Réplica do diálogo cotidiano;*
- *Carta;*
- *Narrativas de costumes;*
- *Diários íntimos;*
- *Documentos;*
- *Relato familiar.*

Por outro lado, temos os gêneros secundários. Alguns deles:

- *Romance;*
- *Teatro;*
- *Discurso científico;*
- *Discurso ideológico.*

Os gêneros primários são aqueles que expressam de forma mais explícita a **relação dialógica simples constitutiva do processo de comunicação**. Os gêneros secundários do discurso, por sua vez, durante seu processo de formação, **absorvem e transmutam os gêneros primários de todas as espécies**, que se constituíram em circunstâncias de uma comunicação verbal espontânea. Os gêneros secundários aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural, mais complexa e mais evoluída, principalmente sob a forma escrita: ocorrem na instância artística, científica, sociopolítica etc. No entanto,

Os gêneros primários, ao se tornarem componentes dos gêneros secundários, transformam-se dentro destes e adquirem uma característica particular: perdem sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios – por exemplo, inseridas no romance, a réplica do diálogo cotidiano ou a carta, conservando sua forma e seu significado cotidiano apenas no plano do conteúdo do romance, só se integram à realidade existente através do romance considerado como um todo, ou seja, do romance concebido como fenômeno da vida literário-artística e não cotidiana (BAKHTIN, 2000, p. 281).

A carta, inicialmente pertencente ao gênero primário, torna-se pertencente ao gênero secundário ao estar inserida no romance. Portanto, um gênero só se constitui em relação a um outro gênero qualquer com o qual traça relações ou no interior do qual está inserido. Um gênero nunca é cristalizado ou imutável, pois é suscetível de ser incorporado por outros gêneros – sobretudo no âmbito artístico – em que a criatividade é um fator importante.

Segundo Mikhail Bakhtin (2000, p. 282), “o enunciado situa-se no cruzamento excepcionalmente importante de uma problemática”. É a questão do estilo, que está intimamente ligada à questão do enunciado e de suas formas típicas. Para Bakhtin (2000), o enunciado é individual e pode refletir a subjetividade de quem fala (ou escreve)³⁵. Entretanto, não são todos os gêneros que permitem que a criatividade ganhe expressão dentro do enunciado. Os gêneros mais propícios a refletir a subjetividade são os artístico-literários, e os menos propícios são aqueles que requerem uma forma padronizada: a formulação do documento oficial, a ordem militar, a nota de serviço etc. Bakhtin destaca ainda que, “[...] de fato, o estilo linguístico ou funcional nada mais é senão o estilo de um gênero peculiar a uma dada esfera da atividade e da comunicação humana” (BAKHTIN, 2000, p. 283).

O estudo do enunciado ganha importância na obra de Bakhtin porque, em sua qualidade de “unidade real da comunicação verbal”, permite compreender a natureza das “unidades da língua” (como “sistema”), ou seja, das palavras e das orações. Do ponto de vista da história da linguística do século XIX, W. Humboldt e outros linguistas privilegiavam a relação da função formadora da língua sobre o pensamento em detrimento da função comunicativa da linguagem, tida como questão marginal nesses outros estudos. Bakhtin, por sua vez, posiciona-se contrariamente a essa visão, afirmando que “a língua se deduz da necessidade do homem de expressar-se, de exteriorizar-se” (BAKHTIN, 2000, p. 289).

Considerando, portanto, a “exteriorização” de que tem necessidade o ser humano, observaremos agora a escrita dos blogues, que leva muito a sério a prática de “expressar-se”. Inicialmente, a palavra “blogue” é adaptada da unidade-amálgama inglesa *blog* (*web* + *log*, diário da rede) e refere-se a uma página da Internet na qual o indivíduo (blogueiro) “posta” mensagens de si ou de fatos que considera importantes. Esse veiculador de informações demanda velocidade de postagem e por isso utilizar-se-á um certo tipo de linguagem que comporte essas características. Atualmente, a relativa popularização da Internet como meio de

³⁵ A Análise do Discurso não trabalha com a concepção de que o enunciado é “individual”, pois a teoria discursiva é pautada em uma teoria marxista. É problemático atribuir ao sujeito “suas próprias palavras”. As palavras de que se utiliza já foram ditas, da forma inclusive como o sujeito as encadeia – o enunciado, para a AD, é anterior e social. No entanto, compreendemos que existem determinados gêneros do discurso nos quais é possível expressar em maior grau a subjetividade daquele que fala ou escreve.

comunicação fez com que emergissem variados tipos de blogues. Entre eles, não apenas os que contêm informações e mensagens pessoais, mas também blogues jornalísticos, mercadológicos etc. O blogue é, na sua origem, uma espécie de diário “na” rede.

Recuando no tempo, lembramos que o diário era um caderno pertencente majoritariamente às meninas, o qual armazenava os pensamentos, as sensações e os segredos mais recônditos de suas experiências juvenis e adolescentes. O diário permanecia escondido e por vezes possuía um cadeado, símbolo máximo do aprisionamento das memórias no papel. A leitura do diário por alguém que não fosse o próprio sujeito-escritor do artefato era terminantemente proibida e esse ato continha um teor de desrespeito. A escrita do diário é de si para si, uma **narrativa do eu**.

O suporte de leitura e escrita do diário “antigo” era a folha de papel, as letras eram manuscritas e cursivas. Atualmente, as narrativas de si ganharam letras do “impresso” e digitalizaram-se. Ganharam existência eletrônica, mas não só: tornaram-se públicas, disseminaram-se por entre as teias e os arquipélagos textuais da rede. As considerações sobre o suporte de escrita que veiculava os enunciados em sua fase anterior e as características do suporte hoje são necessárias pelo fato de que podemos nos perguntar se houve alterações ou adaptações no gênero discursivo de cada fase.

Vimos mais acima, na enumeração dos gêneros primários, que o diário íntimo está incluído entre eles. Num primeiro momento, por extensão, é possível dizer portanto que o blogue também pertence ao gênero primário. Retomando o princípio dialógico – mais visível nos gêneros primários – percebemos que, no diário íntimo, não deixa de haver um diálogo daquele que escreve consigo mesmo. No caso do blogue, por outro lado, o princípio dialógico retoma sua fundamentação no sentido de que o autor do blogue escreve para um público. Percebemos que a escrita deixa de ser de si para si e passa a ter um “outro” pressuposto: o(s) internauta(s) ou ciberleitor(es). Vejamos o exemplo seguinte:



Figura 3: Blogue de Luana Piovani

Sentados em frente à tela, o *site* da atriz brasileira Luana Piovani se nos apresenta diante dos olhos. Entre fotos e histórias de sua vida pessoal e artística, há o seu blogue. O último texto que a atriz escreveu alcança o topo da página, lugar dos enunciados mais recentes. Ela sugere duas coisas: um livro e um filme, bem como retrata suas impressões acerca de ambos. A data destaca-se em vermelho: 12/12/2008. A foto da atriz acompanha solidariamente suas palavras:

Duas coisas

Primeira: Um livro.

Chama-se “O homem dos sonhos” (Editora Agir) e é delicioso e imaginativo. Não tem nada a ver com esse chato homem dos sonhos que insiste em habitar nossas mentes só causando confusão, esse é o verdadeiro homem dos sonhos. Aquele que faz quorum pros nossos sonhos acontecerem. Faz das nossas noites verdadeiras telas de cinema. Todos os figurantes de todos os nossos sonhos. Pensem quantos... E um deles “escreve” esse livro... Como é ser coadjuvante no sonho dos outros?? Se nem o conhecemos... Olha... um convite a um profundo e divertido ponto de vista...

Segunda: Um filme

Queime depois de ler é imperdível!

Um tipo de humor inteligente e cotidiano, um novelo de lã pra qualquer gatinho se esbaldar.
 Eu ria tanto que lágrimas escorriam...
 My partner was kind of shocked. He he...
 Finalmente admiti que o G. Clooney é mesmo bom ator e o Brad Pitt... bem o Brad Pitt não dá nem pra falar. (PIOVANI, 2008).

Antes de comentarmos o texto acima, é preciso abordar a questão do diálogo, com o objetivo de evitar complicações terminológicas. Segundo Marchezan (2006, p. 118, grifo do autor), “[...] por meio do conceito de gênero, apreende-se a relativa estabilidade dos diálogos sociais, ou seja, assimilam-se as formas *pregnantes* que manifestam as razoabilidades (e também a constituição) do contexto sócio-histórico e cultural.” Ao observar um tipo determinado de diálogo, devemos também direcionar nosso olhar para o gênero no qual se inscreve e cujas regras comandam sua existência. Assim, percebemos que o princípio do diálogo subdivide-se em duas categorias:

A distinção entre gênero primário e gênero secundário – que, emprestada de outros domínios, pode ser considerada pouco específica ou operacional – retoma, respectivamente, as duas maneiras de se considerar o diálogo [...]: em *stricto sensu*, o diálogo cotidiano, espontâneo, e, com base nele, o diálogo mais extenso e complexo que constitui todo e qualquer enunciado (MARCHEZAN, 2006, p. 119).

A consideração supracitada refere-se à problemática do diálogo, que tem gerado polêmicas. No momento de análise, é necessário especificar de que diálogo falamos, que conceito utilizar: se o primeiro, referente à prática primária do diálogo face a face; se o segundo, concebido a partir do diálogo como elemento intrínseco da natureza da linguagem.

Retornando ao blogue apresentado na figura 3, notamos que o enunciado de Luana Piovani não se constitui como um diálogo em sentido estrito, de uma conversa entre duas pessoas num mesmo tempo e espaço. O contexto da enunciação cujo produto é o *post* que lemos, caracteriza-se pelo sujeito-escritor (a atriz) que se encontra sozinho em frente ao ecrã simulando um diálogo com um ou mais leitores indeterminados, que podem receber a mensagem – e, portanto, tornarem-se parceiros do diálogo – no mesmo instante ou em um momento posterior à postagem da mensagem. No entanto, é explícita a natureza dialógica do texto, inclusive marcada na materialidade do enunciado: “pensem quantos...” e “Olha, um convite a um profundo e divertido ponto de vista...”. Os verbos “pensem” e “olha”, apesar de apresentarem uma contradição no nível da coerência se considerarmos o todo do texto, no sentido de que “pensem” dirige-se a **vocês** e “olha”, a um **tu**, eles estabelecem uma relação direta com o leitor.

No que se refere às condições e leis que regem o gênero “blogue”, visitamos rapidamente outros blogues disponíveis na rede e confirmamos um padrão de escrita que pode ser exemplificado sem maiores complicações pelo blogue de Luana Piovani. A linguagem utilizada é informal e breve, em função da velocidade de atualização (inserção de novos textos, imagens, vídeos etc) desses ambientes. O fio textual se aproxima de um fluxo de consciência, de pensamentos soltos, cada um em uma linha: “Todos os figurantes de todos os nossos sonhos... / Pensem quantos... / E um deles ‘escreve’ esse livro...”. Costuma-se falar de si, de sua vida, de seu trabalho, de seus pensamentos, impressões, pontos de vista etc. A gama de temas é ampla³⁶.

Observando a questão estilística do texto, segundo Bakhtin (2000, p. 282-283), “o estilo está indissoluvelmente ligado ao enunciado e a formas típicas de enunciados, isto é, aos gêneros do discurso”. Com isso, pensar o gênero é pensar, de igual maneira, o estilo do enunciado dentro de um gênero. “O enunciado – oral e escrito, primário e secundário, em qualquer esfera da comunicação verbal – é individual, e por isso pode refletir a individualidade de quem fala (ou escreve)” (BAKHTIN, 2000, p. 283). O blogue não possui restrições quanto às formas dos enunciados. Por isso, mostra-se um grande dispositivo através do qual é possível observar o efeito de singularidade de quem escreve, posto que, na maioria das vezes, fala-se de si. Dessa forma, ainda no texto de Luana Piovani, é possível entrever alguns aspectos de sua identidade (passível de interpretação) perceptíveis na superfície do estilo, entre eles: a atriz é uma pessoa que gosta de ler e de assistir filmes; é uma pessoa que tem opinião e impressões sobre aquilo que sugere; gosta de sugerir materiais culturais que acha interessante a seu público de fãs; comenta aquilo que vê etc.

A teoria bakhtiniana amalgamou “estilo” e “gênero”. Em alguma medida, o estilo, discursivamente, é uma configuração enunciativa que articula dois fatores: uma certa disposição ou acomodação no nível do significante, e um certo grau de subjetividade expresso em níveis variados de pressuposição do interlocutor (do outro), no processo da enunciação.

Devido à complexidade que contorna a definição de enunciado, buscaremos em Foucault (2007) as várias formas incorporadas por ela: “um quadro classificatório das espécies botânicas é constituído de enunciados [...] uma árvore genealógica, um livro contábil, as estimativas de um balanço comercial, são enunciados.” (FOUCAULT, 2007, p. 93). Um quadro classificatório ou as estimativas de balanço contábil constituem, para Bakhtin (2000), gêneros diversos do discurso, nos quais se poderiam medir o grau de subjetividade e a

³⁶ Conferir <<http://bloglog.globo.com/>>, espaço do portal Globo.com destinado aos blogues de artistas brasileiros famosos. Eles seguem um padrão.

estrutura do dialogismo. Foucault (2007), no entanto, considera-os como modalidades diferentes de enunciados³⁷.

3.1.2 A compreensão responsiva e o comentário no blogue

Bakhtin inicia a segunda parte do capítulo sobre os gêneros (intitulado “O enunciado, unidade da comunicação verbal”) com uma crítica, segundo a qual os estudos sobre a linguagem vinham adotando uma estimativa errada de suas funções; “a linguagem é considerada do ponto de vista do locutor como se ele estivesse *sozinho*, sem uma forçosa relação com os outros parceiros da comunicação verbal” (BAKHTIN, 2000, p. 289, grifo do autor). Assim, na instância dos enunciados constantemente alternados, percebemos, a partir de Bakhtin, que o ouvinte não é apenas um indivíduo que recebe a mensagem do locutor passivamente, absorvendo-a sem quaisquer restrições.

De fato, o ouvinte que recebe e compreende a significação (linguística) de um discurso adota, simultaneamente, para com este discurso, uma atitude *responsiva ativa*: ele concorda ou discorda, (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar, etc. [...]

A compreensão responsiva nada mais é senão a fase inicial e preparatória para uma resposta (seja qual for a forma de sua realização). (BAKHTIN, 2000, p. 290-291, grifo do autor).

Com isso, depreendemos que o processo da comunicação, para Bakhtin, baseia-se no princípio do diálogo, segundo o qual o ouvinte (ou receptor) adota uma postura ativa (mesmo que não enunciada) perante o locutor. É possível concluir, portanto, que o ouvinte ganha um outro *status*, não mais passivo, mas influenciador dos enunciados do locutor. O processo de enunciação do locutor passa a ser constantemente reformulado a partir de sua relação (diálogo) com o comportamento ativo do receptor.

A concordância, discordância, complementações, adaptações e ações são elementos internalizados pelo ouvinte e constituem todo diálogo. No entanto, como vimos, essas reações nem sempre são **exteriorizadas** sob a forma de enunciados no momento de contato com o locutor, mesmo que estejam lá, estabelecendo-se como uma espécie de “compreensão responsiva muda”, ou “de ação retardada” (BAKHTIN, 2000).

Existem alguns gêneros do discurso que forçosamente materializam essa resposta derivada de uma compreensão responsiva do ouvinte. Entre eles, na Internet, destacam-se os

³⁷ Cabe lembrar que o termo “enunciado” possui significações diferentes para ambos os autores.

blogues, em função da interatividade que atravessa todas as práticas da rede. Vejamos o segundo exemplo:



Figura 4: Blogue de Marcelo Tas

A figura acima representa o blogue de Marcelo Tas: apresentador, colunista e diretor. Abaixo do título há um vídeo sobre o Lego, brinquedo de montar peças. Embora Bakhtin trate, em “Gêneros do discurso”, apenas da comunicação verbal, os recursos não verbais de gêneros mistos podem ser abordados a partir de sua teoria. A presença do vídeo, nesse blogue, é fundamental para a caracterização de seu gênero. Após os créditos do vídeo, lê-se:

Passei boa parte do feriado de Natal e Ano Novo ajudando meu filho a montar o Lego do Indiana Jones. Foram momentos de prazer mas também de muita angústia. Uma pecinha errada e pronto: horas de trabalho jogado no lixo. Um desânimo e descrença total para recomeçar do zero.

Dias e horas de muito suor depois, finalmente, terminamos! Deu uma alegria, uma certa confiança na civilização, aos poucos abalada pelas notícias de Gaza e este filminho genial [...]. (TAS, 2009).

Após esse trecho, seguem os créditos do filme, o *link*, os créditos do *post* e, finalmente, o objeto de nossa preocupação: o espaço para os **comentários**, apontado pela seta vermelha, que registra dezoito deles. Ao clicar neles, abre-se uma nova janela cuja função principal é materializar as respostas derivadas da compreensão responsiva do leitor-navegador. Após a pausa do texto sobre “A história da civilização em 3 minutos”, o leitor é convidado a escrever suas impressões sobre o *post*, no sentido de que, enquanto no diálogo em sua forma estrita, a pausa subentende uma opção do ouvinte em proferir enunciados ou permanecer calado, no blogue, por sua vez, há um enunciado materializado,

ligado a um *link das vozes dos ouvintes*. Nas palavras de Bakhtin (2000, p. 294): “o enunciado [...] termina por uma transferência da palavra ao outro, por algo como um mudo ‘dixi’ percebido pelo ouvinte, como sinal de que o locutor terminou”. O silêncio, no texto de Marcelo Tas, marcado pelo ponto final, é seguido de uma defrontação do ouvinte com o espaço em que suas respostas podem ser enunciadas graficamente.

Concluimos disso, portanto, que o enunciado, para Bakhtin, se relaciona com os anteriores e dá margem aos posteriores, fazendo com que o enunciado não seja de todo livre, pertencente somente à vontade do enunciador, mas deve enquadrar-se em sistemas reguladores e sociais.

Uma pergunta, agora, se coloca: como o sujeito se constitui nesses gêneros, ou nesses espaços? Partindo da constante de que a interatividade encontrada na rede é de tal ordem que fornece um “sentimento de grupo”, refletiremos, na subseção a seguir, sobre essa questão.

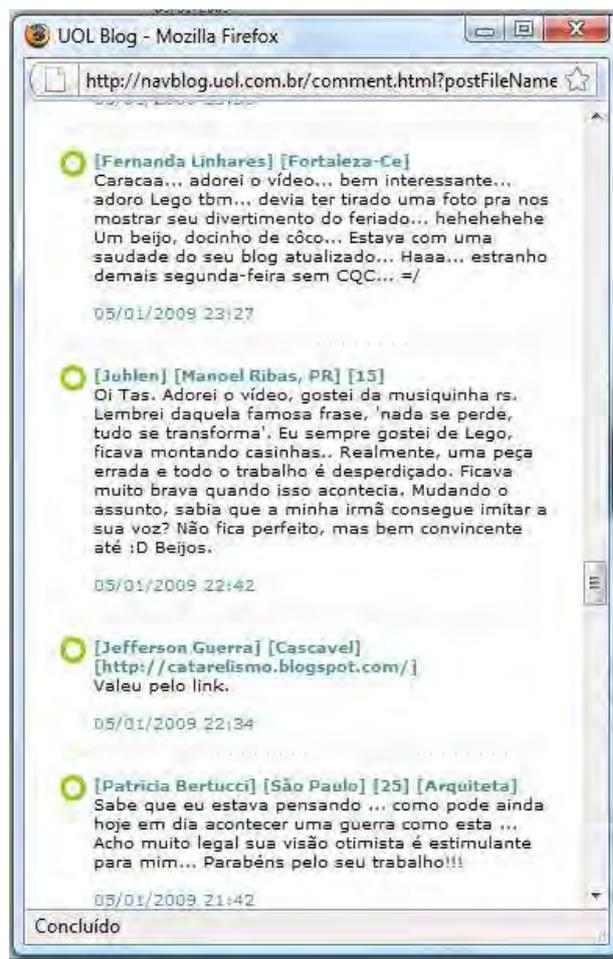


Figura 5: Janela de comentários

3.2 O sujeito no ciberespaço: um mosaico identitário?

Como os indivíduos se constituem como homens ou mulheres, isto é, como se constituem como sujeitos diante do ecrã? Para respondermos a essa pergunta, é necessário, de imediato, abordar as concepções de “identidade” presentes em alguns teóricos para que delas possamos extrair um caminho para pensá-la como “efeito de sentido” no interior do campo da Análise do Discurso. Em seguida, dirigiremos nosso olhar para a materialidade dos enunciados que emergem da tela, de forma a tentar extrair deles as palavras sob as palavras, os mecanismos discursivos que regem as escolhas do **falar de si**, sem perder de vista os contextos de enunciação desses dizeres, isto é, o ambiente em que se atualizam, as cores de que se utilizam, o tempo em que ocorrem etc. Todos esses elementos assentam-se no discurso e possibilitam aos sujeitos falarem de si mesmo quando falam de outra coisa. A identidade é um processo que se desenvolve e se transforma com a história, de acordo com as concepções de sujeito.

A reflexão sobre identidades de gênero em qualquer contexto traz consigo a questão da discriminação pelo fato de que, em nossa atualidade, esse assunto foi exaustivamente trabalhado pela mídia e encontra-se muito vivo em nossa memória discursiva. Enaltecer em qualquer texto somente o gênero masculino provocaria uma reação cujos enunciados se inscreveriam em uma suposta formação discursiva³⁸ que não permite, hoje em dia, a primazia do gênero masculino sobre o gênero feminino. É no interior dessa FD que podemos encontrar, por exemplo, o discurso feminista. O olhar do analista/pesquisador, ao tratar dessa questão, deve distanciar-se do objeto e não se revestir com posições favoráveis a esse ou aquele ponto de vista, mas sim mostrar as configurações e as estruturas que fazem os discursos serem o que são.

A discriminação – que se nos apresenta como elemento constitutivo do “pré-construído”, do “já-la” não só do tema gênero sexual mas também de vários outros – pressupõe um sujeito excluído de um contexto. Vários sujeitos excluídos tendem a formar um conjunto de sujeitos excluídos. Esse conjunto rapidamente se torna uma comunidade, um grupo de pessoas fortalecidas no qual vários indivíduos partilham sentimentos comuns. Esse princípio se estende às comunidades virtuais, que criam alianças identitárias e oferecem segurança e compartilhamento de interesses de determinados grupos sociais. Elas são, por

³⁸ Referimo-nos aqui a uma certa concepção de FD, não aquela “tradicional” definida por Pêcheux (1995a, p. 160), mas aquela que se aproxima da noção de “interdiscurso” e “memória discursiva”, devido ao alto grau de heterogeneidade encontrado no interior de uma FD.

definição, espaços de construções identitárias partilhadas, típicos da cibersociedade contemporânea, nos quais os discursos produzem sensações comunitárias nos seus integrantes.

3.2.1 As identidades líquidas

O conceito de “identidade” é complexo e multifacetado. É objeto de reflexões em vários campos do saber: Antropologia, Sociologia, Psicologia Social, Filosofia, Psicanálise etc. No entanto, a questão que se coloca aqui foi estimulada pelo artigo de Maria do Rosário V. Gregolin (2008, p. 1): “como pensar a identidade como efeito de sentido produzido pela e na linguagem? Em outros termos, como tratar a identidade enquanto objeto da Análise do Discurso?”. Para tanto, é importante retomar alguns autores que já trataram da identidade sob outros pontos de vista, como é o caso de Bauman (2005), que, sob um olhar sociológico, pode nortear uma proposta discursiva dos efeitos identitários.

Zygmunt Bauman, em seu livro *Identidade* – uma entrevista dada ao jornalista italiano Benedetto Vecchi –, ajuda-nos a problematizar as construções identitárias na “modernidade líquida”³⁹, na qual os indivíduos fragmentam-se cada vez mais em seus cotidianos, numa primazia da superfície em detrimento da profundidade.

A modernidade líquida, a que se refere Bauman, coloca a identidade em um processo de transformação que provoca fenômenos como a crise do multiculturalismo, o fundamentalismo islâmico e **as comunidades virtuais na Internet**. Os debates que se assentam sobre a questão da identidade só foram possíveis porque a modernidade tardia possibilitou-os. O homem, na Modernidade, ainda possuía um centro interior, segundo S. Hall (2000), mesmo que esse fosse modificado no diálogo contínuo com os mundos culturais exteriores. Com isso,

A fragilidade e a condição eternamente provisória da identidade não podem ser mais ocultadas. O segredo foi revelado. Mas esse é um fato novo, muito recente. De modo que eu fico imaginando se é justo pedir aos pais espirituais da sociologia, sejam eles Weber ou Durkheim, ou mesmo Simmel, que foi mais sagaz e mais à frente do seu tempo do que todos os demais, que nos instrua sobre o que é e como refletir sobre um tema que irrompeu em nossa consciência compartilhada e lá se estabeleceu muito depois de eles terem morrido. (BAUMAN, 2005, p. 22).

³⁹ Termo criado por ele para designar a pós-modernidade, época em que todos os ideais da modernidade foram superados, como as revoluções, as grandes invenções, a racionalidade etc. Hall (2002) e outros autores, por outro lado, utilizam o termo “pós-modernidade” ou “modernidade tardia”, cujo limiar é a segunda metade do século XX.

Max Weber e Émile Durkheim, fundadores da sociologia moderna, não se depararam com a problemática da identidade no momento em que viviam, pois ela não constituía o âmago das preocupações de então. No entanto, ela se faria perceber ao perder suas “âncoras sociais”, anos mais tarde, responsáveis por fazê-la parecer “natural”, predeterminada e inegociável. A identificação, portanto, torna-se cada vez mais importante para aqueles que buscam um **nós** (BAUMAN, 2005). A partir da experiência escandinava, Lars Dencik trata das definições que compõem a identidade de um indivíduo e seu crescente enfraquecimento nos países desenvolvidos.

As afiliações sociais – mais ou menos herdadas – que são tradicionalmente atribuídas aos indivíduos como definição de identidade: raça... gênero, país ou local de nascimento, família e classe social agora estão... se tornando menos importantes, diluídas e alteradas *nos países mais avançados do ponto de vista tecnológico e econômico*. Ao mesmo tempo, há a ânsia e as tentativas de encontrar ou criar novos grupos com os quais se vivencie o pertencimento e que possam facilitar a *construção da identidade*. Segue-se a isso um crescente sentimento de insegurança. (DENCİK, 2001 apud BAUMAN, 2005, p. 30, grifo nosso).



Figura 6: “Lixeiro no mundo real, comerciante no mundo virtual” (Veja Tecnologia, ago/2007).

Essas definições – as afiliações sociais – podem ser estendidas para a maioria dos países ocidentais e esse processo só foi possível em função da globalização. Ao lado, vemos Antonio Paulino à esquerda: “Na vida real, sou lixeiro [...] No *Second Life*, recepciono grupos de novos participantes e tenho a função de ensinar os primeiros passos dentro do jogo.” (CHAVES; LUZ, 2007, p. 21).

A possibilidade de moldar um outro “eu” em ambiente virtual em prol de se aproximar de pessoas com as quais, normalmente (na vida real), não se aproximaria, diminui o sentimento de exclusão social (seja ela de classe social, etnia, gênero etc). A figura 6 demonstra essa questão por meio de dois fatores: a) na vida real, Antonio é lixeiro; e b) no *Second Life*, Antonio/seu avatar “é” comerciante e ensina os primeiros passos dentro do jogo. O indivíduo “real” e o “virtual” circulam em classes sociais distintas; o ambiente virtual proporciona uma “segunda vida”, realizando um desengate – mesmo que momentâneo – da vida real.

Antigamente, falar sozinho era sinal de loucura. Hoje, é sinal de *status*. Cada vez mais equipamentos eletrônicos fazem parte do cotidiano do homem pós-moderno (pelo menos daqueles que têm condições de tê-los) e esses artefatos se apresentam de modo a facilitar a comunicação e a conexão entre pessoas. Por conta disso, as informações não se cansam de ser (re)criadas. Voltando no tempo dos *flâneurs* de Baudelaire, que perambulavam pelas ruas da cidade observando os dramas urbanos sem participar deles, percebemos um distanciamento daquilo que viam e observavam; eles não procuravam as pessoas para partilhar interesses, e praticavam a desatenção civil. Bem diferentes são os *flâneurs* de hoje, que vivem em uma rotina do “checar”: checar as chamadas perdidas, as mensagens do celular, do correio de voz e do correio eletrônico.

Em aeroportos e outros espaços públicos, pessoas com telefones celulares equipados com fones de ouvido ficam andando para lá e para cá, falando sozinhas e em voz alta, como esquizofrênicos paranoicos, cegas ao ambiente ao seu redor. A introspecção é uma atitude em extinção. Defrontadas com momentos de solidão em seus carros, na rua ou nos caixas de supermercados, mais e mais pessoas deixam de se entregar a seus pensamentos para, em vez disso, verificarem as mensagens deixadas no celular em busca de algum fiapo de evidência de que alguém, em algum lugar, possa desejá-las ou precisar delas. (HARGREAVES, 2003 apud BAUMAN, 2005, p. 31).

Não é preciso mais retomar Baudelaire para descrever as pessoas que estão em proximidade física porém em distância espiritual. Teoricamente, um telefone celular pode fazer um indivíduo se desligar do mundo que o rodeia. Segundo Foucault (2006, p. 411): “Estamos na época do simultâneo, estamos na época da justaposição, do próximo e do longínquo, do lado a lado, do disperso.”

É comum pensar que a Internet possibilitou, entre muitas outras coisas, a brincadeira inocente com as identidades. O que transparece, no entanto, por meio da tela é, em parte, o reflexo da sociedade em que vivemos, de quem somos nós hoje. Se recorrermos ao senso comum, deparamo-nos com a afirmação de que, na Internet, muda-se tanto de identidade que algumas práticas discursivas virtuais são um mero passatempo e não de um objeto de estudo.

As identidades são para usar e exibir, não para armazenar e manter. [...] Seria insensato culpar os recursos eletrônicos, como os grupos de bate-papo da Internet ou as “redes” de telefones celulares, pelo estado das coisas. **É justamente o contrário: é porque somos incessantemente forçados a torcer e moldar as nossas identidades, sem ser permitido que nos fixemos a uma delas, mesmo querendo, que instrumentos eletrônicos para fazer exatamente isso nos são acessíveis e tendem a ser entusiasticamente adotados por milhões.** (BAUMAN, 2005, p. 96-97, grifo nosso).

A citação acima vem esclarecer a questão das alternâncias entre as identidades. O sujeito da modernidade líquida já é dotado de inúmeras identidades, pois ele as consome. Os

ambientes virtuais funcionam tão-somente como uma extensão da vida “real” do sujeito, refletindo e contribuindo para a fragmentação desse sujeito. Na comunicação e no diálogo mediados por equipamentos eletrônicos tentamos incessantemente resgatar as afetividades perdidas no momento da comunicação “oral/real”, isto é, criamos mecanismos para fazer transparecer nossas emoções na materialidade dos enunciados, haja vista os *emoticons*⁴⁰; o ato de “eScReVeR aXiM”, que imita a forma de expressão de uma criança; a repetição de enunciados cristalizados em toda e qualquer mensagem (eletrônica) como “bj”, “bjo”, “abraço”, “rs”, “kk”, que representam carinho e alegria / risadas; “[...] é porque sentimos dolorosamente a falta das redes seguras que as verdadeiras redes de parentesco, amizade e irmandade de destino costumavam oferecer de maneira trivial, com ou sem os nossos esforços.” (BAUMAN, 2005, p. 100-101).

3.2.2 As comunidades em ambiente virtual

Como se realiza a apresentação de si em variados espaços virtuais? A análise da construção discursiva de identidades de gênero nos revela que os sujeitos, ocupando diversas posições no ciberespaço, esforçam-se para reconstituir modelos identitários baseados em estereótipos de um imaginado mundo real.

Permita-me assinalar já nesse estágio [...] que os “grupos” que os indivíduos destituídos pelas estruturas de referência ortodoxa “tentam encontrar ou estabelecer” hoje em dia tendem a ser eletronicamente mediados, frágeis “totalidades virtuais”, em que é fácil entrar e ser abandonados. Dificilmente poderiam ser um substituto válido das formas sólidas – com a pretensão de ser ainda mais sólidas – de convívio que, graças à solidez genuína ou suposta, podiam prometer aquele reconfortante (ainda que ilusório ou fraudulento) “sentimento de nós” – que não é oferecido quando se está “surfando na rede”. (BAUMAN, 2005, p. 31).

A figura 7, logo abaixo, representa a capa da Folhateen de julho de 2008, e tem por tema as confissões virtuais⁴¹. A prática da confissão, segundo Foucault (1977, p. 61), “é um ritual do discurso onde o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado”. Aquele que confessa o faz na presença ao menos virtual de um parceiro, de quem se espera uma resposta: seja de apoio, seja de reprovação, mas uma resposta. Os adolescentes sempre tiveram receio e

⁴⁰ Ícones animados que representam e imitam emoções humanas como surpresa, alegria, tristeza, susto, carinho etc.

⁴¹ Esta figura não faz parte de nosso *corpus*, pois ela é derivada de uma revista impressa, e esta dissertação pretende trabalhar somente sobre ambientes virtuais. A presença dela se justifica unicamente para ilustrar a prática da confissão, cujo ritual composto por um sujeito confessor e um sujeito ouvinte traça relações intericônicas com a prática da confissão virtual.

temor da não aceitação em um grupo “real”. A menor possibilidade de os parceiros reprovarem-no gera um sentimento de insegurança e exclusão. Essa é a vantagem da Internet: não há necessidade da temida aceitação social, do olhar reprovador; se alguém se propõe a escutar confissões realizadas por meio do ambiente virtual é porque de fato tem esse interesse, e a confissão acontece. “O homem, no Ocidente, tornou-se um animal confidente.” (FOUCAULT, 1977, p. 59). Na rede, é possível obter o **sentimento de nós** sem grandes esforços.

Segundo Charles Handy, um teórico da administração, as comunidades virtuais podem ser engraçadas, “[...] mas elas criam apenas uma ilusão de intimidade e um simulacro de comunidade” (HANDY, 2001 apud BAUMAN, 2005, p. 31). Elas não são tão perenes quanto as do mundo “real”. Bauman complementa que esse “simulacro” jamais é capaz de substituir o encontro real, a prática de sentar-se à mesa e conversar olhando nos olhos, percebendo as expressões; tampouco as comunidades *on-line* podem dar substância à identidade pessoal, ao contrário, elas tornam mais difícil para a pessoa entrar em acordo com o próprio eu. Isso decorre do fato de que o contato e a interação no interior das comunidades virtuais se dá de forma mediada, indireta. Através das teclas (que substituem a voz) e da tela, que nos apresenta uma representação do texto/“voz” dos interlocutores, fica mais difícil expressar e perceber as emoções do timbre de voz, expressões faciais, corporais e todos os demais elementos que compõem um diálogo cara a cara. Além do mais, esse instante de comunicação é envolvido por nada mais que um sujeito e uma máquina em conjunção.

Sabe-se que na Internet é possível passar-se por outra pessoa, utilizando-se das famosas identidades *fakes*. Criar codinomes e inventar pseudônimos é rotina no cotidiano da rede. No entanto, para Bauman, não há falsas identidades, visto que não há uma única e verdadeira. Somos consumidores de identidades. Como sentimos falta das relações seguras (parentesco, amizade), somos levados a buscar comunidades virtuais a fim de escapar das interações complexas, já que essas comunidades promovem a descartabilidade (deleta-se facilmente um “contato” em qualquer rede social, caso não haja a comunhão de interesses desejada).



Figura 7: “Confissões Virtuais” - Folhateen, jul/2008

É possível tão-somente se passar não só por mulher (sendo homem), por homem (sendo mulher), por homossexual, bissexual etc, como também por outros gêneros. Denominamos “pós-gêneros” essas outras identidades derivadas eletronicamente da modernidade líquida. É válido lembrar que, no *Second Life* (MUD)⁴², não há apenas homens e mulheres, mantendo a tradição do dualismo masculino/feminino, mas também se encontram animais, seres míticos e místicos (dragões, felinos trovadores, etc).

Como [Turkle] alerta, esta cultura permite-nos pensar na nossa própria identidade como sendo fluida, múltipla e complexa. Para tal, usa como exemplo a possibilidade de adoptar um género diferente ou ambíguo on-line, e a necessidade que muitos utilizadores sentem de o fazer, seja por forma a ampliar as suas possibilidades de actuação, seja possibilitando a realização de fantasias que aceitamos que se concretizem apenas num mundo virtual, entendido como uma suspensão da realidade [...]. Trata-se assim de, através da(s) identidade(s) que usamos na vida on-line, podermos pensar na(s) identidade(s) da vida off-line. (RALEIRAS, 2007, p. 114).⁴³

A participação nesses mundos virtuais é apresentada na obra de Turkle (1997) como uma simulação de algo. Essa simulação, para Baudrillard (1991 apud RALEIRAS, 2007, p. 113), “inunda há muito nossas vidas”. O ambiente virtual possibilita experimentar, jogar e testar as identidades **assim como no teatro, que nos permite ser aquilo que gostaríamos ou não podemos ser.**



Figura 8: “A tela do computador é minha janela para o mundo. On-line, não importa a aparência.” Jason Rowe – Veja Tecnologia, ago/2007.

⁴² *Multi-users domains* (ou domínio de múltiplos usuários). São simulações da vida real em que os participantes criam personagens (em 3D, chamados “avatares”) e interagem entre si.

⁴³ Mónica Raleiras faz aqui uma interessante revisão do livro de Sherry Turkle, *A vida no ecrã: identidade na era da Internet*. Sherry Turkle é uma pioneira nos trabalhos sobre identidade na tela.

Nas redes sociais – como Orkut, Facebook, Twitter, MySpace etc – há um convite para a **apresentação de si** através de textos, imagens fixas e em movimento, cores escolhidas e, por outro lado, outros tantos elementos silenciados e apagados, que operam efeitos de sentido na apreensão dos internautas em relação a essas páginas de apresentação. O conjunto de fotos dispostas nos álbuns digitais dos internautas, facilmente encontrado em qualquer *fotolog*⁴⁴, ou mesmo na seção de fotos que integra os *sites* de relacionamento, compõem uma **narrativa do eu**, isto é, constituem um dispositivo identitário que retrata um estágio da biografia de vida (*off-line*) do sujeito. Nesses ambientes, sempre há alguém interessado em interagir, e esse fator opera uma **sedução**. Esta sedução, esta “não-inscrição” é a mesma, afirma Raleiras (2007, p. 115), “[...] que tem conduzido à expansão dos universos fantásticos (Tolkien, Harry Potter, New Age)”. Hoje em dia, incitam-se esses outros **eus** que podem manifestar-se em outros espaços e que, em síntese, compõem o sujeito pós-moderno múltiplo e fragmentado que habita o ciberespaço e lhe atribui o aspecto de um **mosaico identitário**.

É difícil esboçar uma interpretação consistente acerca de todas as peças que compõem esse mosaico. O que se mostra primeiro? Um ambiente virtual⁴⁵ de representações, inversões, neutralizações, atualizações, espaço-outro, porém localizável geograficamente. Em relação às tramas de seu espaço, a categoria de heterotopia nos foi bastante útil. Em seu interior desdobram-se outros variados tipos de espaços em que circulam os discursos – são alguns deles: o da informação (webjornalismo, portais de notícias), de relacionamento (*sites* de namoro virtual, salas de bate-papo), de interação (fóruns, jogos de simulação da vida real), de comunicação (*e-mail*) etc.

Nesse sentido, para melhor compreender o espaço virtual, é preciso problematizar o sujeito que nele habita; é preciso deixar de lado, por hora, essa miríade de lugares indeterminados – ocupados por arquipélagos textuais – e operar um recorte. Focalizaremos, a partir desse momento, o espaço e o gênero⁴⁶ da **sala de bate-papo** a fim de abordar o nível dos enunciados nos quais são materializados os discursos e através dos quais transparecem a história e a memória discursiva. As salas de bate-papo⁴⁷ dirigem nosso olhar para **os modos de apresentação dos sujeitos** e essa apresentação é realizada, na maioria das vezes, graficamente. É sobre a própria materialidade do apelido que devemos nos debruçar. A escolha das cores, o tamanho da fonte da letra, o uso de *emoticons*, tudo isso constitui

⁴⁴ A palavra *fotolog* (diário de fotos) é derivada da unidade-amálgama *blog* (*web+log*, diário da rede).

⁴⁵ Conferir LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?* Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 1996.

⁴⁶ Leia-se: *gênero do discurso*. BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 261-269.

⁴⁷ Essa reflexão foi motivada pela leitura do artigo de Jean Segata (2005), a respeito do comportamento dos integrantes da sala de bate-papo Lésbicas e Afins do portal UOL.

graficamente os aspectos identitários construídos pelo sujeito que se encontra nesse lugar. **Na sala de bate-papo, o apelido funciona como um corpo**, é um primeiro componente da identidade *on-line*. Cabe aos participantes da sala escolher um “corpo bonito” ou um “corpo feio”. Outra opção é considerar que os apelidos são construídos em função da reação que espero do outro em relação a mim na sala (SEGATA, 2005). Eis os exemplos:

[1]	(02:16:36) JAPA H SP sai da sala...
[2]	(02:20:30) gatão solitario fala para Todos: oi pessoal
[3]	(02:20:46) Solterisimo Trist fala para cheli: add ai gatas
[4]	(02:21:02) policia df entra na sala...
[5]	(02:29:33) Renato-sp sai da sala...
[6]	(02:31:46) GARoTA CAriOCA fala para amante-carinhoso: OIE CLARO
[7]	(02:38:33) karla gordinha sp fala para Todos: tem alguem de sp que esta afim de papo serio sem sacanagem
[8]	(02:16:20) ÍNDIA_DENGOS@_32_ fala para Todos: BOA TARDE!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!
[9]	(02:53:35) negro romantico43 entra na sala...
[10]	(02:54:23) Meusorrisoelindo fala para Marcella21: oi?

Esquema 2: Seleção de alguns apelidos retirados de salas de bate-papo

No quadro acima, reconhecemos facilmente a rotina de uma sala de bate-papo. Os apelidos foram selecionados aleatoriamente de mais de uma sala. É muito comum “corpos” entrando e saindo em um curto espaço de tempo, muito embora outros permaneçam dialogando. Nessa dispersão de nomes que pululam nas salas, contudo, podemos identificar regularidades, isto é, se fôssemos descrever os elementos recorrentes que compõem os apelidos, identificaríamos:

(a) que alguns deles optam por trazer o lugar de origem, como em “JAPA H SP”, “policia df”, “Renato-sp” e “GARoTA CAriOCA”;

(b) outros preferem explicitar a idade, como em “ÍNDIA_DENGOS@_32_” e “negro romantico43”;

(c) há aqueles que registram no enunciado referências ao próprio corpo, como em “karla gordinha sp”, “negro romantico43” e “Meusorrisoelindo”;

(d) por fim, os que deixam claro seu estado civil ou de espírito, como em “gatão solitario”, “Solteirisimo Trist” e “ÍNDIA_DENGOS@_32_”.

A referência ao local de origem – os apelidos em (a) – pode ser interpretada como um interesse do sujeito em atrair pessoas do mesmo lugar em que mora, seja para haver mais assunto em comum, seja para engendrar possíveis encontros *off-line*. A explicitação da idade – apelidos em (b) – também demonstra o interesse por pessoas semelhantes, com certas características compartilhadas, dado o enorme grau de heterogeneidade de indivíduos que

frequentam salas de bate-papo. A referência ao corpo – apelidos em (c) – tem como pressuposto torná-lo objeto de observação e interesse de pessoas cujos perfis foram moldados previamente na mente do sujeito criador do apelido, ou seja, no caso de “karla gordinha sp”, estão sob a mira de interesse desse apelido os sujeitos que consideram o atributo “gordinha” atraente. Nos apelidos em (d), fica claro o interesse dos sujeitos em se relacionarem com quem esteja “livre” ou também com quem considere atraentes os atributos exibidos, por exemplo, em “índia” + “dengosa”. Ao observarmos as cores utilizadas, percebemos o predomínio da cor rosa para o gênero feminino (usuários 6, 7 e 8) e todas as outras para o gênero masculino. Essas escolhas que se materializam na palavra escrita estão interiorizadas pelos sujeitos enunciativos da sala pelo fator do “pré-construído” (PÊCHEUX, 1995a), e por serem produtos de diversos discursos cristalizados, como o da cor azul para o homem e rosa para a mulher.

Ademais, é possível selecionar a forma comunicativa através da qual dialogam os interlocutores. Nas salas, existem as seguintes possibilidades: “fala para”, “pergunta para”, “grita com”, “suspira por”, “flerta com”, “ri de”, “entusiasma-se com”, entre outras opções. A escolha aparece depois do apelido (“policial df **grita com** Todos: ...”) e provoca efeitos de sentido. Outro fato similar ocorre no exemplo 8 (“ÍNDIA_DENGOS@_32_ fala para **Todos: BOA TARDE!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!**”) em que se observa a utilização de letras maiúsculas para representar o ato do grito. A entonação e o volume com os quais esse participante gritaria (de fato) com alguém foram transportados e representados no nível do texto, do enunciado, num grito silencioso, de letras e palavras. O uso de letras maiúsculas não é bem visto entre as “boas maneiras” de diálogo na rede, ou ao se enviar um *e-mail*. As regras para se portar em uma conversa virtual já se encontram disseminadas sob a denominação de “Netiqueta”, isto é, a etiqueta que se deve ter ao estar *on-line*.

A questão que transpassa toda essa reflexão é **por que tratar a identidade via Análise do Discurso?, ou ainda: A AD oferece recursos para pensar a identidade dessa forma?** A resposta é positiva, pelo fato de que na constituição dessa disciplina, operada por Pêcheux e Dubois em 1969, havia já um diálogo entre Pêcheux e três autores cujas obras pertenciam a diferentes campos do saber: a) Marx (relido por Althusser); b) Saussure (relido por Pêcheux) e c) Freud (relido por Lacan). A obra desses três autores e suas releituras operam um **descentramento do sujeito**.

1) **a re-leitura de Marx:** reinterpretando os escritos de Marx, autores como Althusser propõem que os indivíduos não podem ser os “autores” ou os agentes da

história. O anti-humanismo teórico de Althusser deslocou o centro do homem para as estruturas [...];

2) **a re-leitura de Freud:** a descoberta do inconsciente, a revelação de que nossas identidades, nossa sexualidade e a estrutura de nossos desejos são formadas com base em processos psíquicos e simbólicos, com base muito diferente daquela da Razão, destronou a ideia de um sujeito racional, provido de uma identidade fixa e unificada [...];

3) **a re-leitura de Saussure:** ao propor que a “língua é um sistema social”, “há arbitrariedade entre os signos e seus referentes”, “há polissemia nos sentidos”, etc – a Linguística saussureana despossuiu o sujeito de sua língua, ele deixou de ser “dono” de suas palavras [...] (GREGOLIN, 2008, p. 8, grifo da autora).

Assim, pensar a identidade hoje é retornar às questões que propiciaram Pêcheux, no interior de seu laboratório de Psicologia Social, a apropriar-se de outros saberes a fim de fazer emergir a Análise do Discurso. A mídia e o ciberespaço constituem atualmente, entre outras coisas, dispositivos nos quais se (re)criam e onde circulam discursos identitários. Michel Foucault revela-se um grande expoente no tocante à identidade, pois o objetivo central de seus estudos foi, ainda de acordo com Gregolin (2008, p. 9), “[...] produzir uma história dos diferentes modos de objetivação/subjetivação do ser humano em nossa cultura”. A definição de identidade requer considerar que tal noção é um processo de produção e um efeito de discurso. Assim, alerta Navarro-Barbosa (2007, p. 101) que

[...] sendo as identidades construídas no e pelo discurso, é preciso compreendê-las como produtos de lugares históricos e de instituições. É no interior de práticas discursivas e pelo emprego de estratégias específicas que as identidades emergem.

Acreditamos ter apontado uma possibilidade para os estudos identitários em Análise do Discurso e contribuído para uma reflexão sobre a construção identitária *on-line*, cujos dispositivos espelham e constituem a fragmentação do indivíduo enquanto sujeito consumidor de identidades. A seguir, passaremos a tratar da noção de formação discursiva.

3.3 Formação discursiva em Análise do Discurso

A história da Análise do Discurso e de suas transformações, ao longo do tempo, confundem-se com a criação, aplicação e reformulação constantes pelas quais passou o conceito de “formação discursiva” (doravante FD). Nessa história, dois autores cruciais, de diferentes perspectivas, definiram esse conceito que desde o início da AD foi revisitado por tantos outros estudiosos da área, os quais estabeleceram diálogos – polêmicos por vezes – mas frutuosos no que concerne aos avanços desse campo do saber. Os dois autores dos quais falamos são Michel Pêcheux e Michel Foucault.

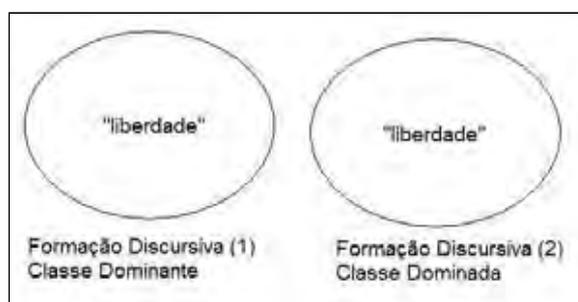
Em detrimento da questão de que Pêcheux teria se apropriado ou não do conceito que Foucault desenvolveu em *A arqueologia do saber* (2007), conforme comentado brevemente na nota 18, pretendemos mostrar como ambos os autores o conceberam e como tal conceito pode ser aplicado aos enunciados derivados do ambiente virtual.

De acordo com o que dissemos anteriormente, *Semântica e discurso* foi o segundo grande livro de Michel Pêcheux (1995a). Seu terceiro capítulo, denominado “Discurso e ideologia(s)”, é o mais lido quando se trata de entender os principais conceitos teórico-metodológicos em voga na “segunda época” da Análise do Discurso. Para Pêcheux (1995a), a identidade, a família, as lembranças, as palavras se apresentam para o indivíduo sob a forma de uma evidência. Ao puxarmos as cortinas dessa evidência, deparamo-nos com a interpelação ideológica, que produz o sujeito no lugar deixado vazio. Reiteramos que, nessa época, Pêcheux ainda era muito influenciado pelas teses althusserianas, e, mesmo expandindo os limites dos dogmas antes defendidos, o sujeito ainda é assujeitado e interpelado ideologicamente, não havendo possibilidade para pensar em si a não ser através das lentes da ideologia. Complementa: “é a ideologia que fornece evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc.” (PÊCHEUX, 1995a, p. 160). A ideologia é de tal forma pré-existente, que Pêcheux ilustra a única possibilidade de afastamento da ideologia por meio da figura do Barão de Münchhausen, que “se elevava nos ares puxando-se pelos próprios cabelos” (PÊCHEUX, 1995a, p. 157). Como é improvável para um indivíduo “erguer-se da ideologia” por força própria, ele permanece sempre-sujeito a ela. É em função desse assujeitamento ideológico que os indivíduos interpretam como interpretam. Assim, o sentido, para Pêcheux, tem um caráter material que integra as palavras e os enunciados. Em razão de explicar esse caráter material do sentido, que consiste em uma dependência de “o todo complexo das formações ideológicas”, a tese de que as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, emerge – e Pêcheux parte em direção à reelaboração do conceito de FD:

Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.). Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas [...] Diremos que os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes.” (PÊCHEUX, 1995a, p. 160-161, grifo do autor).

Chamamos de “reelaboração” porque **a definição canônica de formação discursiva foi desenvolvida em 1971** (HAROCHE, HENRY, PÊCHEUX) para, segundo Gregolin (2007b), demarcar zonas de regularidades discursivas, na medida em que se estabelecem relações entre as formações ideológicas e sua existência material nas formações discursivas. A reformulação desse conceito em *Semântica e discurso* (1995a) insere-se em um momento de proposição de uma **teoria materialista do discurso**.

Enxergamos, então, uma correlação entre as formações ideológicas e as formações discursivas. A formação discursiva representa “no discurso” a posição na luta de classes. É nesse sentido que o discurso é político, engajado e militante, e não menos sem razão os textos políticos escritos eram objeto da AD-1. Representamos tal estrutura a seguir:



Esquema 3: Os sentidos das palavras

Segundo as afirmações de Pêcheux, a palavra “liberdade” tem sentidos diferentes dependendo de sua utilização pelo patrão ou pelo empregado, por exemplo. Os sentidos das palavras são dependentes da posição social de que emergem, e não têm um sentido em si. Da mesma maneira, é admitido como possível duas palavras diferentes terem o mesmo sentido no interior de uma FD dada. Daí deriva a ideia de que “a formação discursiva é o lugar da constituição do sentido (sua ‘matriz’, por assim dizer)” (PÊCHEUX, 1995, p. 162).

Sabemos que na AD-3 o conceito de “máquina estrutural” explodiu assim como o de “formação discursiva”. Como se explica, então, a alta produtividade e a grande presença desse conceito em pesquisas? Chegamos à conclusão de que hoje esse termo pode ser usado sem maiores problemas nos estudos em Análise do Discurso no Brasil, desde que reconfigurado. Para se falar em FD, é preciso referir-se ao interdiscurso e à memória, visto que uma FD ficou tão heterogênea que não pode ser mais enxergada de maneira fechada e impenetrável. Ela perdeu suas bordas e passou a ser tão atravessada que suas margens se dissolveram e se perderam no campo de contato de discursos diversos. É improdutivo pensar todo e qualquer discurso, hoje, utilizando a definição de FD de Pêcheux (1995a), visto que nem todos eles se

inserem em lutas de classe. Alguns podem pertencer a outras espécies de lutas: étnicas, de gênero etc.

Pêcheux afirma que o próprio de toda formação discursiva “é dissimular [...] a objetividade material contraditória do interdiscurso [...] que reside no fato de que ‘algo fala’ (*ça parle*) sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’ ” (PÊCHEUX, 1995a, p. 162). “Algo fala”, no entanto, sempre sob a dominação de uma formação ideológica. Essas condições determinam o efeito de “pré-construído”. Os processos discursivos, nessa ótica, nunca são desvinculados de qualquer espécie de modalidade ideológica: pelo contrário, somente através dela os sujeitos ganham existência – por meio da interpelação – e se veem como tal. Mas como fazer se, a partir de Marx, tomamos consciência de imersão no pântano ideológico? Para responder a essa pergunta, Pêcheux formula a teoria dos dois esquecimentos, inerentes a todo indivíduo. Apoiando-se em Freud, define Pêcheux (1995a, p. 173):

Apelamos para a noção de “sistema inconsciente” para caracterizar um outro “esquecimento”, o *esquecimento nº 1*, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina.

Nesse sentido, o esquecimento nº 1 é o da “evidência” das coisas. Não há como fugir dele, pois o sujeito se insere no interior de uma FD de forma autônoma, isto é, portando a ilusão de sua autonomia. No entanto, há uma outra forma de esquecimento, que permite ao sujeito selecionar o que diz em razão de manipular a visão que os outros têm dele. Ora, se todos os sujeitos estivessem imersos somente no primeiro esquecimento, todos enunciariam a partir da / e somente da formação discursiva em que se inserem. Pensando contemporaneamente, operando uma leve desvinculação em relação às lutas de classe, seria possível ilustrar essa situação hipotética da seguinte forma: uma formação discursiva racista induziria os sujeitos que falam a partir dela a enunciarem sempre de maneira racista; uma formação discursiva anárquica não permitiria aos sujeitos que nela se inscrevem a falar de outra coisa senão de anarquia – ou pelo menos de uma determinada visão de hierarquia, mesmo na presença de sujeitos inscritos na formação discursiva capitalista, por exemplo. Todos diriam o que viesse em suas mentes, sem filtros. Seria possível a com-vivência? Justamente desse problema trata o segundo esquecimento.

Concordamos em chamar *esquecimento nº 2* ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – *um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada* (PÊCHEUX, 1995a, p. 173, grifo do autor).

Os sujeitos têm barreiras como o recalque e a censura, e Pêcheux, utilizando-se do pensamento freudiano, problematiza essa luta de um império dentro de um império, da luta entre “o império da razão e da consciência contra o império do inconsciente”. A inserção de Freud nos estudos do discurso ajuda-nos a compreender que o sujeito não é senhor de si e daquilo sobre o que fala. Ele é atravessado pelo inconsciente, pela falha, pelo equívoco, e não consegue controlar seus pensamentos, que se processam de maneira inconsciente. (PÊCHEUX, 1995a).

A estreita ligação que as formações discursivas estabelecem com a ideologia sofre um “afrouxamento” em *A arqueologia do saber*, de Foucault (2007). Isso ocorre devido ao fato de Foucault não trabalhar, na fase dita “arqueológica”, com a categoria de **ideologia**, por considerá-la carregada de sentido. Não negamos o fato de que, ao utilizar-se do conceito de FD derivado de *A arqueologia*, Pêcheux inflexiona-o em direção à luta de classes; no entanto, na obra foucaultiana, a noção ideológica perde lugar para a **escavação dos saberes de uma época**, considerando-os como sustentados por discursos. Tomando o discurso como objeto para compreender a constituição de saberes de uma época, *A arqueologia do saber* é uma obra que muito contribui para os estudos do discurso, pois nos mostra uma teoria discursiva proposta por Michel Foucault. Mais desvinculados da categoria de ideologia (mas sem negar que ela exista), podemos analisar um leque mais variado de objetos, como aqueles derivados do cotidiano ou os pequenos – porém importantes – acontecimentos históricos, conforme preconizado pelos historiadores dos *Annales*, escola da qual participavam os pesquisadores Pierre Nora, Jacques Le Goff e Phillipe Ariés, da Nova História. Vejamos qual é o conceito de FD proposta por Foucault (2007, p. 43):

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”.

O que Foucault intenciona ao definir FD é compreender as relações que podem ser legitimamente descritas entre enunciados, deixados em seu grupamento provisório e visível. “O que é, então, *a medicina, a gramática, a economia política?* [...] E que espécies de laços reconhecer validamente entre todos esses enunciados que formam, de um modo ao mesmo tempo familiar e insistente, uma massa enigmática?” (FOUCAULT, 2007, p. 36). Essa massa enigmática consiste no regime de dispersão dos enunciados, que são tão diferentes, que

pertencem a variados gêneros, que emergiram em diferentes momentos históricos e de diferentes maneiras, e que mesmo assim se referem a um mesmo objeto do saber, como a “psicopatologia”, por exemplo. “A doença mental foi constituída pelo conjunto do que foi dito no grupo de todos os enunciados que a nomeavam, recortavam, descreviam, explicavam, contavam seus desenvolvimentos.” (FOUCAULT, 2007, p. 36).

Jean-Jacques Courtine é uma figura importante para refletir sobre o diálogo entre a obra de Michel Pêcheux e de Michel Foucault. Para Gregolin (2007b, p. 4), “Courtine [1981] propõe pensar a FD como ‘fronteiras que se deslocam’ cujo movimento é impulsionado pela memória discursiva”. J.-J. Courtine elabora o conceito de “memória discursiva” a partir das leituras que fez de *A arqueologia* (2007), mais especificamente da parte em que Foucault trata dos “domínios associados”. “Trata-se, portanto, de inserir no coração da noção de FD a problemática da *memória* cujo trabalho produz lembrança ou esquecimento, a reiteração ou o silenciamento de enunciados.” (GREGOLIN, 2007b, p. 4, grifo do autor).

Como dissemos na primeira seção, os analistas franceses deixaram de lado a noção de formação discursiva em função da heterogeneidade que passou a constituir o “mesmo” na “terceira época” da AD, nos trabalhos francófonos. Partindo dessa conjuntura, considera Baronas (2004, p. 46): “Contudo, embora denegado pelo grupo de Michel Pêcheux na França e, apesar do estatuto desse conceito se apresentar muitas vezes de maneira indefinida, ele permanece ainda bastante operativo nas pesquisas sobre o discurso, principalmente no Brasil.” Com vistas a ilustrar o funcionamento das FDs em ambiente virtual, consideraremos a seguinte figura:



Figura 9: Velório Virtual

Fonte: http://www.urbam.com.br/php/velorio_virtual.php

A Urbam⁴⁸ – Urbanizadora Municipal S/A – é uma empresa que gerencia e executa uma variada gama de serviços de infraestrutura em São José dos Campos, SP, cuja prefeitura é sua principal acionista. Fundada em 1973 e com cerca de 2000 funcionários, ela é responsável, entre outras coisas, pela limpeza urbana, coleta de lixo, serviço funerário e pela administração de cemitérios, terminais rodoviários, estádios etc. Entre os serviços funerários que empreende, a saber: orientações à família, funerária, cemitérios, notas de falecimento – há um outro serviço que chama a atenção. É o serviço de **velório virtual**, cuja página exibimos acima. O título do serviço já apresenta uma incongruência semântica, pois “velório” possui o traço “presencial”, e “velório virtual” pressupõe um velório mediado por computador. O adjetivo “virtual”, ligado ao substantivo “velório” – e determinando-o – causa desde o início um estranhamento, um desconforto. Apesar de essas duas palavras, juntas, parecerem incongruentes, elas emergem como enunciado e como **acontecimento discursivo**⁴⁹ desse momento histórico, em que as práticas informáticas e a popularização do ciberespaço não são mais coisa de outro mundo. Pondera Foucault (2007, p. 100): “um enunciado existe fora de

⁴⁸ Confira o *site* da empresa: <www.urbam.com.br>.

⁴⁹ Cf. FOUCAULT, 2007.

qualquer possibilidade de reaparecimento; e a relação que mantém com o que enuncia não é idêntica a um conjunto de regras de utilização.”

Ainda focalizando o sintagma “velório virtual”, percebemos que ele é atravessado por “duas” formações discursivas: uma religiosa e outra tecnológica, produzindo sua heterogeneidade. Por que isso ocorre?

Uma delas – a FD religiosa – é mobilizada no momento em que o termo “velório” é enunciado. Não se trata, de imediato, da mobilização de uma “FD católica”, pois protestantes, judeus, muçulmanos etc também velam seus mortos. Isso se dá posteriormente, por meio da percepção do conjunto dos elementos (verbais e não verbais) presentes na página da Internet. Para Benveniste (2006), é possível estabelecer uma correlação entre as partes de dois sistemas semióticos através do que ele denomina de “relação de homologia”. Segundo o autor, “esta relação não está constatada, mas instaurada em virtude de conexões que se descobrem ou que se estabelecem entre dois sistemas distintos.” (BENVENISTE, 2006, p. 62). A homologia instaurada entre o sistema semiótico verbal (“velório virtual”) e o não verbal (a imagem do símbolo da cruz ao lado do texto) permite servir de princípio unificador entre os dois domínios. No caso particular da figura 9, é o sistema semiótico figurativo (a cruz católica) que inscreve o sistema semiótico linguístico (o sintagma “velório virtual” em conjunto com o texto que o descreve) na FD católica, pois não há menção a qualquer religião no corpo do texto.

O adjetivo “virtual”, nesse enunciado, também mobiliza uma espécie de FD, ou, em outras palavras, retoma um domínio de memória que se liga, na atualidade, aos discursos sobre a tecnologia e mais especificamente sobre a existência ou representação de algo no interior da tela. A “sensação” de incongruência se dá quando os dois elementos (substantivo + adjetivo) emergem juntos sob a forma de enunciado, pois ligam e fazem fundir-se “duas” formações discursivas ou dois domínios de memória que atravessam esse sintagma. O verbo “velar” provém do infinitivo latino “*velare*” e “*vigilare*”, cujos significados são “vigiar”, “guardar”, “proteger” – todas essas ações realizadas **em presença**. “Velar”, portanto, pressupõe “estar perto de” ou “próximo a” aquilo que está sendo velado. “Velório Virtual” opera uma ruptura espacial entre aquele que vela com aquele que está sendo velado. Essa ruptura, no entanto é “costurada” por meio da tecnologia (computador, *webcam*), que desempenha o papel de “canal” na aproximação entre aquele que vela (e que está distante, em ausência) e aquele que é velado.

Tendo em vista que na análise discursiva é preciso explorar as relações interenunciados, de modo a caracterizá-los como pertencentes a uma FD dada, ou

compartilhando um interdiscurso ou um domínio de memória específicos, propomos apontar para uma rede parafrástica ou para enunciados associados com vistas a estabelecer com “Velório Virtual” uma relação de sinonímia, antonímia, hiperonímia etc., que atuem na produção e delimitação dos efeitos de sentido desse sintagma. Por exemplo, considerando o traço semântico “em presença” uma característica do sentido de “velório”, o sintagma “velório presencial” se estabeleceria de forma redundante; os sintagmas “velório eletrônico”, “velório digital”, “velório midiático” e “velório *on-line*”, por sua vez, contribuem com o traço semântico “tecnologia”, diferentemente de como interpretaríamos “velório à distância”, que não necessariamente se dá por meio de aparatos tecnológicos, somente explicitando a ruptura espacial da qual falamos. O conjunto de enunciados associados que se ligam a “velório virtual” também não se restringem a essas expressões mencionadas por nós, mas se ligam a todos as demais que compõem o todo do texto (disponível na página da Internet) e que orientam e reforçam os efeitos de sentido.

A figura 9, que compõe nosso *corpus*, apresenta em sua constituição aquilo que propusemos chamar **enunciados típicos que emergem em função da popularização do ciberespaço**, e a partir dele gera efeitos de sentido determinados. Obviamente, o enunciado “velório virtual” pode circular sob a forma impressa ou em outros gêneros, como em uma reportagem jornalística⁵⁰, por exemplo. O que viemos afirmando é que esse enunciado só pôde ser formulado a partir de um acontecimento – a popularização do ciberespaço –, que possibilitou a emergência de acontecimentos discursivos relacionados.

Para Foucault (2007), “descrever um enunciado não significa isolar e caracterizar um segmento horizontal, mas definir as condições nas quais se realizou a função que deu a uma série de signos [...] uma existência, e uma existência específica.” E nesse ponto, a unidade enunciativa que analisamos (figura 9) e as FDs que a atravessam se articulam com o arquivo de que são parte e do qual trataremos de forma mais aprofundada na subseção a seguir. O arquivo – definido por Foucault (2007) como a lei que rege o aparecimento e as transformações de enunciados enquanto acontecimentos – é também

[...] o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas [...] (FOUCAULT, 2007, p. 147).

⁵⁰ Cf. PEDROSO, 2007.

O discurso religioso católico presente na figura 9 não corresponde à “massa amorfa” de acumulação dos dizeres / dos princípios católicos desde a emergência dessa religião. O discurso, aqui, irrompe de maneira distinta, em uma materialidade distinta, propondo uma prática (seja ela discursiva ou empírica) nova.

É assim que podemos observar os signos/símbolos religiosos presentes na figura; eles são parte de um arquivo que engloba enunciados dessa natureza e permite sua formulação de acordo com uma regularidade histórica de aparição e transformação. Mobilizou-se uma FD religiosa e uma FD tecnológica, componentes do arquivo incontornável desta época, para a elaboração de um efeito de sentido de aprimoramento da comunicação entre indivíduos distantes no momento de um velório.

A seguir, abordaremos a maneira pela qual o conceito de “arquivo” se insere na teoria discursiva, como ele ocupa o pensamento de Pêcheux, Guilhaumou, Maldidier e, posteriormente, voltaremos a Foucault.

3.4 Arquivo em Análise do Discurso

Após a problematização do conceito de FD, trabalharemos com a estrutura e o funcionamento do conceito de “arquivo” derivado de Pêcheux, Guilhaumou, Maldidier e Foucault. Em Foucault, o arquivo é o “topo” do método arqueológico, cuja unidade molecular é o enunciado. No entanto, buscaremos uma visão mais ampla da aplicação desse conceito no interior dos estudos do discurso, por isso faz-se necessário retomar seu trajeto teórico. Abordaremos, primeiramente, os trechos nos quais Michel Pêcheux esboça sua concepção de arquivo; a seguir, pesquisaremos como Guilhaumou e Maldidier encaram essa questão; por fim, retornaremos à *Arqueologia do saber*.

3.4.1 Pêcheux, Guilhaumou e Maldidier

“Ler o arquivo hoje” é um texto de Pêcheux (1994) publicado em 1980, e tem como propósito examinar, a partir do momento histórico em que foi escrito, os desenvolvimentos das questões que envolviam **a análise de discursos, textos e arquivos, problematizando as relações entre a História e a Psicologia**. Ele prevê dois modos para tal empreendimento: a) através do aspecto informático ligado ao tratamento dos documentos textuais; b) através do avanço das pesquisas em linguística formal. Por inscrever-se no início da década de oitenta,

esse texto se localiza na “terceira época” da AD, em que se inicia a “desconstrução dirigida” descrita por Malidier (1990).

Pêcheux (1994), então, aponta para duas culturas separadas desde a Era Clássica, designadas como a “literária” e a “científica”. Os historiadores, os filósofos e as pessoas de letras são, por tradição, os profissionais da leitura de arquivos, porque cada um deles pratica sua própria leitura. Pertencem à cultura “literária”. Mas o que Michel Pêcheux entende por arquivo? Segundo ele, o arquivo é “entendido no sentido amplo de ‘campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão’ ”. (PÊCHEUX, 1994, p. 57). Assim, o autor francês sugere pensar sobre as maneiras de ler o arquivo, e propõe a constituição de um espaço polêmico nas maneiras de ler, questionando o arquivo segundo ele mesmo, tratando a memória histórica em relação a ela mesma.

Para que a memória coletiva seja gerada – e isso desde a Idade Média – é necessário um enorme trabalho anônimo, que pode ser visualizado com clareza se observarmos como era realizada a reprodução de livros no interior dos mosteiros naquela época. Como relembra Pêcheux (1994), somente a alguns clérigos era dado o direito de escrever e de ler, permitindo-lhes interpretar as coisas segundo seu ponto de vista. Resta-nos o conjunto de todos os outros, cujo trabalho era marcado pela repetição – os copistas, os iluminadores, os miniaturistas, os indexadores etc –, cuja leitura (na maioria das vezes sem intenção) que também imprimiam em tais práticas eram “apagadas” em prol da objetividade, no sentido de que as cópias não saíam todas iguais, portavam a diferença característica da interpretação e da subjetividade dos profissionais que as realizavam. As formas de tratamento dos textos, ou seja, uma dada maneira de ler os arquivos interfere diretamente na relação entre uma sociedade e sua memória histórica. Vejamos melhor as características de ambas as culturas:

– A cultura “literária” transporta consigo evidências de leitura que atravessam a materialidade do texto, sempre tido como linguisticamente transparente, sobretudo no caso dos historiadores e filósofos. O caso dos poetas, romancistas, escritores etc. é profissionalmente diferente, na medida em que, não tendo necessidade da pura narração de um pensamento, estes últimos são forçados a “habitar” sua língua sem se contentarem em marcar e reconhecer nela aparições/desaparecimentos de palavras [...]. Além disso, a difusão das concepções psicanalíticas, (em particular lacanianas), favorecem, pelo menos em certos casos, este reconhecimento da materialidade da língua como constituindo o incontornável do pensamento.

– Quanto à cultura científica, ela finge por precaução “metodológica” ignorar tudo do *fato* mesmo da língua, e destina-se a tratá-la como uma materialidade qualquer. Isto não significa entretanto que esta cultura não transporte, ela também suas próprias evidências de leitura, mas ela as inscreve em outro lugar: no espaço lógico-matemático onde, outra vez, a materialidade da língua é denegada, através das ilusões da metalinguagem universal. (PÊCHEUX, 1994, p. 61-62).

Podemos relacionar esse trabalho de leitura do arquivo, de um lado, “literário”; de outro, “científico”, como semelhante ao dispositivo de Análise Automática, proposto pelo próprio Pêcheux no sentido de que, na AD-1, as máquinas recolhiam as evidências da língua, e cabia ao analista relacionar os resultados com a sociedade, a história, as conjunturas, os sujeitos etc. Resume-nos Pêcheux (1994, p. 63): “é esta relação entre *língua* [...] e a *discursividade* como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo.”

Jacques Guilhaumou e Denise Maldidier, por seu turno, localizam seu trabalho na relação entre a história e a linguística. Eles elaboraram o que tradicionalmente se denominou a “análise do discurso ao lado da História”⁵¹ – fizeram parte do grupo de Michel Pêcheux – e presenciaram, desde o início, a emergência desse novo campo do saber na França. A questão do *corpus* sempre se colocou como um problema, e, segundo eles, foi o conceito de arquivo que possibilitou o surgimento de respostas. Para os autores, o arquivo é entendido na esteira de como Pêcheux o definiu, isto é, também como **um conjunto de documentos acerca de uma questão**. No entanto, a complexidade do fato arquivista é considerada.

O arquivo nunca é dado *a priori*, e em uma primeira leitura, seu funcionamento é opaco. Todo arquivo, principalmente manuscrito, é identificado pela presença de uma data, de um nome próprio, de uma chancela institucional etc. (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 1994, p. 163-164).

Percebemos aqui que a data e a legitimação da autoria é que fazem dos textos **documentos de um arquivo**. Mesmo estabelecendo, dessa maneira, como se configuram os documentos, reconhece-se que somente esses elementos dizem pouco do funcionamento do arquivo. Completam Guilhaumou e Maldidier (1994, p. 164): “o arquivo não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes.” Com vistas a justificar essa problemática e complexidade, eles escolhem trabalhar com a maior questão social da França do século XVIII: a subsistência. “Esse problema mobiliza um vasto leque de arquivos” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 1994, p. 164), relatam eles, e ilustram esses tipos de arquivos, a saber: a) o grito do povo; b) a justiça; c) o tratado de economia política; d) a correspondência dos intendentés; e) a obra literária; f) o debate na assembleia etc. A partir dessas questões, seu texto trata de como o termo “pão” entra no campo político e se inscreve em um trajeto temático no momento em que um sujeito coletivo – o povo – utiliza-o no ato de pedir. Em um dado instante, portanto, cristaliza-se a relação entre “pão” e “liberdade”,

⁵¹ Originalmente, *Analyse du Discours à côté de l’Histoire*.

constituída por meio de manifestos em frente às padarias francesas. Guilhaumou e Maldidier (1994, p. 168) afirmam que “as ocorrências em que aparece a relação pão-liberdade constituem, podemos dizer, a matriz de nosso objeto de análise.”

Em pesquisa conduzida sobre o período de 1789 a 1793, os autores perceberam a ocorrência da coordenação do tipo “**pão e X**”, o que abriu, no *corpus*, uma possibilidade de análise. A análise do *corpus*, segundo Guilhaumou e Maldidier (1994, p. 169), é “um momento privilegiado: o da relação com a materialidade da língua, com a história, com o real.” Resumindo, é na questão gramatical da coordenação “pão e X” que se esboça um lugar privilegiado no qual confluem a língua e a história. Em 1789, temos a recorrência de “pão e liberdade”; em 1793, emerge o enunciado “pão e ferro”. Ambas são configurações discursivas, constituindo-se como produtos das alterações do elemento “X”, que representa o eixo das possibilidades, dos paradigmas.

3.4.2 Foucault e o trajeto teórico em direção ao arquivo

Dando continuidade à compreensão do arquivo por meio do trajeto histórico desse conceito, é preciso situar *A arqueologia do saber* (2007) em relação a seus livros anteriores. Em 1962, Foucault publica *História da loucura*, inaugurando a fase chamada “arqueológica” ou da “arqueologia do saber”. O termo “arqueologia” aparece nos títulos de seus livros seguintes, caracterizando o método de pesquisa do filósofo: *O nascimento da clínica. Uma arqueologia do olhar médico*, de 1963; *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*, de 1966 e o próprio *A arqueologia do saber*, de 1969. Segundo Gregolin (2006b, p. 85),

Ele [*A arqueologia do Saber*] nasce dos questionamentos feitos às suas posições teóricas e políticas, principalmente dos althusserianos integrantes do *Círculo de Epistemologia*, em 1968, entre os quais figurava Michel Pêcheux (sob a persona de Thomas Herbert): a grande questão de base, tanto para Foucault, quanto para os althusserianos era a relação entre a estrutura e a história, ou, mais amplamente, as articulações entre o estruturalismo e o marxismo.

Dessa forma, *A arqueologia do saber* é concebida para ser um livro de respostas a seus críticos e a si mesmo. Um livro de balanço do que foi feito, um livro de retificações necessárias, um livro de explicação de seus termos, bem como de suas palavras e de seu pensamento. Enfim, um livro singular. Michel Foucault se estabelece como um arqueólogo que escava as camadas sociais em busca de revelar como os saberes influenciam certas práticas, tanto discursivas como as da instância da *práxis*.

No terceiro capítulo de *A arqueologia do saber*, denominado “O enunciado e o arquivo”, Foucault propõe um trajeto de discussões que parte do enunciado e alcança o conceito de arquivo. O enunciado revela-se, na teoria de Foucault, um elemento atômico e passível de ser isolado, enquanto o arquivo se constitui como a instância mais ampla que engloba os discursos. O enunciado e o arquivo estão em posições diametralmente opostas, mesmo que o primeiro seja o acontecimento “raro” do segundo. O enunciado, de acordo com Foucault (2007, p. 31-32):

Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo sua modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem.

O enunciado possui um caráter variado: pode ser texto, aforismo, fotografia, gráfico etc. É a unidade elementar do discurso. Daí refletir sobre o enunciado como uma “**função**”. Diz-nos Gregolin (2006b, p. 88, grifo do autor): “pensando-o como uma *função*, Foucault descreve o enunciado a partir de oposições com outras unidades – frase, proposição, atos de fala – para marcar diferenças e para acentuar que os estudos linguísticos [...] sempre deixaram o enunciado como um resto, um elemento residual.” O enunciado é mais que isso: comporta uma **posição-sujeito**. Segundo Foucault (2007), não devemos analisar o enunciado a partir da intenção que teve o locutor ao fazê-lo vir à tona, mas sim do ponto de vista de que posição ocupa esse sujeito a fim de que possa enunciá-lo. Em outras palavras, a frase (bem como a proposição e o ato de fala) pode ser transformada em enunciado se lhe for conferida a **função enunciativa**, isto é, a possibilidade de ser produzida por um sujeito que fala de um lugar institucional e determinada por regras sócio-históricas que possibilitem que ela seja enunciada (GREGOLIN, 2006b). São características do enunciado: a raridade, a exterioridade e o acúmulo.

Definido rapidamente o enunciado (voltaremos a ele mais adiante), deparamo-nos com um segundo patamar do método arqueológico: o discurso. Os enunciados que se relacionam por se referirem a um mesmo objeto agrupam-se em estado de **discurso**. O terceiro patamar é a noção já bem conhecida de **formação discursiva**: é ela que se encontra entre o discurso e o arquivo, porém, como sabemos, elas não são estanques, impermeáveis, estáveis. São heterogêneas e se interpenetram, não param de se movimentar à medida que se relacionam

com os vários discursos que circulam em uma sociedade. Tomamos como base a tríade enunciado/formação discursiva/arquivo, que parte, como vimos, do elemento mais molecular ao mais amplo. Ainda assim é preciso concentrar-se no enunciado, de forma a enxergar na dispersão daquilo de que falamos, uma regularidade que permite organizá-los no interior de uma dada FD. O conjunto de conceituações feitas por Foucault em *A arqueologia do saber* tem caráter teórico-metodológico, e, por isso, de acordo com Gregolin (2004, p. 29), “[...] constituiu-se numa importante baliza para a construção da Análise do Discurso francesa, na medida em que instituiu o território da História como o campo das formações discursivas.”

Aproximamo-nos cada vez mais da definição de arquivo operada por Foucault, alcançável através da compreensão de mais outros dois elementos: a positividade e o *a priori* histórico. Para Foucault (2007), a positividade de um discurso qualquer (medicina clínica, economia política etc) lhe confere a unidade através do tempo, muito além das obras individuais, dos livros e dos textos. Ela faz aparecer “a razão pela qual não se pode dizer que Darwin fala da mesma coisa que Diderot, que Laennec dá continuidade a Van Swieten [...]. Ela define um espaço limitado de comunicação.” (FOUCAULT, 2007, p. 143). Um conjunto de enunciados pertencente a uma dada formação discursiva comunica pela forma de positividade de seus discursos. Essa positividade desempenha o papel, como ele o chama, de um *a priori* histórico.

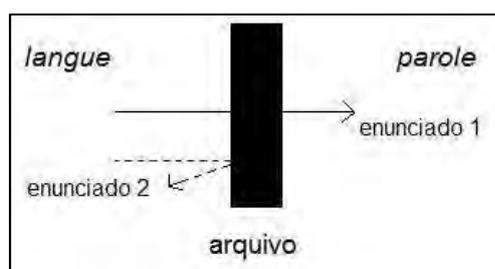
A razão para se usar esse termo um pouco impróprio é que esse *a priori* deve dar conta dos enunciados em sua dispersão [...]; em suma, tem de dar conta do fato de que o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história [...]. Além disso, o *a priori* não escapa à historicidade: não constitui, acima dos acontecimentos, e em um universo inalterável, uma estrutura intemporal; define-se como o conjunto das regras que caracterizam uma prática discursiva. (FOUCAULT, 2007, p. 144-145).

Encontrar a regularidade de acontecimentos discursivos na dispersão de enunciados é se deparar com a positividade dos discursos, que não faz com que seja possível enxergar qual deles é “verdadeiro”, qual é “falso”, mas eles se encontram, segundo Foucault (2007), no mesmo “campo de batalha”. Assim, chegamos ao fator englobante dos enunciados, das formações discursivas e das práticas discursivas: **o arquivo**.

O domínio dos enunciados assim articulado por *a priori* históricos, assim caracterizado por diferentes tipos de positividade e escandido por formações discursivas distintas [...] é um volume complexo em que se diferenciam regiões heterogêneas e em que se desenrolam, segundo regras específicas, práticas que não se podem superpor. [...] as práticas discursivas são sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos [...]. São todos esses sistemas de enunciados que proponho chamar de arquivo. [...] Trata-se do que faz com que tantas coisas ditas por tantos homens, há tantos milênios [...] tenham aparecido graças a um jogo de

relações que caracterizam particularmente o nível discursivo. [...] O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. [...] é o que define o sistema da enunciabilidade do enunciado-acontecimento. [...] é o sistema de seu funcionamento. [...] entre a tradição e o esquecimento, ele faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente. (FOUCAULT, 2007 apud GREGOLIN, 2006b, p. 91-92).

Considerando o arquivo como “a lei do que pode ser dito”, percebe-se que, de um lado, existem as possibilidades da língua, isto é, o conjunto de coisas que podem ser formuladas a partir de combinações; de outro, o que pode e deve realmente ser dito. O arquivo, dessa forma, age como um filtro (sistema de regras) que permite a determinados enunciados “acontecerem”, e que interdita outros tantos. Ele, então, constitui uma instância colocada entre a *langue* e a *parole*. Observe-se o esquema:



Esquema 4: Uma das faces do arquivo, o filtro

O enunciado 1 é dotado de uma existência “singular”, enquanto o enunciado 2 “não acontece”, pois é barrado pelo sistema de funcionamento do arquivo, mesmo que esse enunciado esteja dentro das possibilidades de formulação do sistema da língua, virtualmente. Voltemos ao *site* do serviço de velório virtual. Operamos um recorte para melhor visualizarmos o texto e a imagem que compõem a figura 9:



Figura 10: Close da página do serviço de Velório Virtual

A cruz negra ergue-se altiva, ladeada por quatro ciriais prateados. Em sua frente, repousa o ataúde de mesma cor, paciente. A sala está vazia, talvez à espera de que alguém a observe. Da janela aberta percebemos a claridade que entra e recai sobre o féretro negro. Dentro dele, algum despojo mortal? Essa imagem – tradicionalmente resgatada de uma iconografia do ritual de enterramento – permanece ao lado do texto.

Ainda assim, os dois discursos (religioso e tecnológico) continuam a se atravessar: “[...] as famílias podem fazer uso da tecnologia para romper a barreira da distância física, permitindo àqueles que estão longe compartilhar o momento de despedida do ente querido”, diz o texto. É nesse sentido que o arquivo é, de início, a “lei do que pode ser dito”: ele possibilita, nesse momento histórico, que enunciados desse tipo **possam e sejam formulados**, inserindo-se em um sistema de enunciabilidade. Um efeito cômico (ou trágico) se estabelece na última linha do texto: “Não existem velórios virtuais no momento, obrigado.”, informando àqueles que por algum motivo se encontram na página. Dizemos “por algum motivo” porque esse *site* já foi muito difundido na Internet, nessas listas de *e-mail* cujo título se assemelhava a “curiosidades da Internet”. Foi também objeto de reportagens sérias, como a que escreveu Marcelo Pedroso (2007). Não só os entes entram na página, mas também ciberleitores

interessados em conferir o que há de novo na rede. O *site* em questão, os *e-mails* que circularam a respeito desse fato e as reportagens criadas a partir dessa outra possibilidade de utilização da tecnologia, juntamente com outros textos, outras imagens e outros discursos, contribuem para compor uma fatia do arquivo geral de uma época, no qual é possível enunciar isto a partir desse lugar da contemporaneidade.

A noção de arquivo, em *A arqueologia do saber*, comporta duas faces importantes⁵²: a) o sistema de enunciabilidade (portanto, os enunciados efetivamente produzidos, respondendo a um sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares) e b) o sistema que permite aos enunciados subsistirem e ao mesmo tempo se modificarem. A aparição desses enunciados e o seu retorno responde ao sistema geral de formação e transformação dos enunciados. A preocupação voltava-se, nesse momento da arqueologia, para como os historiadores tinham até então trabalhado com os enunciados. Em *A ordem do discurso* (2003), Foucault não se detém somente nos sistemas de aparição, e vai além ao pensar o sistema de seleção, controle e distribuição dos enunciados. Dessa forma, em *A ordem do discurso*, a preocupação é mais ampla, e a noção de arquivo de fato parece ter contribuído para a reflexão seguinte. A discussão se volta, aqui, para a relação do dizer na sociedade. Nos dois livros, Foucault trabalha com os enunciados efetivamente ditos (e isso faz com que se delineie e se delimite o que não foi dito), contudo não podemos dizer que o conceito de “arquivo” recobre completamente o de “ordem do discurso”, em seu livro homônimo. O que existe é uma continuidade de pensamento e alguns aspectos do que se entende por “arquivo” podem ter sido o embrião para o que veio a se desenvolver em 1970.

Trabalhamos, nesta seção, com quatro conceitos da Análise do Discurso, foram eles: gêneros do discurso, identidade, formação discursiva e arquivo. Em alguma medida, eles não se encontram de todo isolados, mas interpenetram-se. Acreditamos ter podido demonstrar que o aparato teórico selecionado para esta seção aplica-se aos enunciados derivados do ciberespaço, bem como a outras modalidades do discurso.

⁵² Essa reflexão foi fruto de correspondências trocadas com a profa. Dra. Vanice Maria de Oliveira Sargentini (UFSCar/SP), a respeito da relação entre o conceito de “arquivo” e o conceito de “ordem do discurso”.

4

UM OLHAR ARQUEOLÓGICO: AS IRRUPÇÕES DISCURSIVAS EM AMBIENTE VIRTUAL

Nem utopia nem distopia, a Internet é a expressão de nós mesmos através de um código de comunicação específico, que devemos compreender se quisermos mudar nossa realidade. (CASTELLS, 2003, p. 11).

Como viemos afirmando ao longo desta dissertação, o ciberespaço é dotado de grande heterogeneidade. Tomá-lo em sua totalidade mostra-se tão improvável quanto tentar “contornar o arquivo em sua atualidade”. Assim, dentre os vários espaços possíveis que o constituem, trabalharemos, ainda, com *sites* prestadores de serviço – mas agora, serviços de uma outra natureza. Elegemos, nesta seção, os *sites* de relacionamento, cuja função é aproximar sujeitos: são espaços em que o internauta vislumbra a possibilidade de encontrar sua alma gêmea. Destacamos três: a) Parperfeito; b) Match.com; e c) Namoro Online. A partir desse recorte do *corpus*, enxergá-los-emos por meio do percurso estabelecido por Michel Foucault (2007) no capítulo III de *A arqueologia do saber*, denominado “O enunciado e o arquivo”. Realizaremos, dessa maneira, uma análise arqueológica sobre esses três espaços oferecidos pelo ambiente virtual, desde os enunciados que neles circulam até o arquivo do qual fazem parte.

Primeiramente, definiremos o enunciado e observaremos seu comportamento nos *sites* em questão. Como sabemos, o enunciado é o elemento atômico do discurso e o mais passível de análise quando se trata de atingir as instâncias mais amplas, como as formações discursivas ou o arquivo.

[...] o enunciado aparece como um elemento último, indecomponível, suscetível de ser isolado em si mesmo e capaz de entrar em um jogo de relações com elementos semelhantes a ele; [...] como um átomo do discurso. [...] É a unidade elementar do discurso. (FOUCAULT, 2007, p. 90).

Um problema se coloca para Foucault, que intenciona questionar quais são os traços distintivos do enunciado, ou seja, que lugar ele ocupa dentre todas as unidades já descobertas pela investigação da linguagem, a saber: a proposição, a frase, o *speech act*. Um enunciado

pode irromper sob várias materialidades, e isso decorre do fato de que toda frase pode ser um enunciado, porém nem todo enunciado pode ser uma frase. O enunciado pode ser um gráfico, uma pirâmide de idade, uma curva de crescimento, um esboço de repartição, uma pintura etc.

Figura 11: Parperfeito
Fonte: <http://www.parperfeito.com.br>

O *site* acima se comporta como uma unidade povoada por vários enunciados (verbais e não verbais). A imagem em seu interior retrata um casal jovem, feliz e sorridente. Abaixo de seus rostos, lê-se: “Gostou? Arrume o seu. Esse já é meu!”. Nem o homem nem a mulher são nomeados. Quem são eles? Como se constituem esses sujeitos (discursivos)? A mulher ocupa a posição de sujeito enunciativo e, para isso, utiliza-se de pronomes possessivos “seu”, “meu” e de um demonstrativo “esse”. Segundo Cunha & Cintra (2008, p. 342), os demonstrativos – entre outras coisas – têm a “[...] capacidade de mostrar um objeto sem nomeá-lo, a chamada *função deíctica* (do grego *deiktikós* = próprio para demonstrar, demonstrativo)”. Num primeiro momento, não se sabe quem são os sujeitos, apenas que eles se encontraram através do *site*, e que nesse local as pessoas podem vir a “arrumar” outras. Curiosamente, os demonstrativos são também o que se pode chamar de “gestos verbais”, “[...] acompanhados em geral de entoação particular e, não raro, de gestos físicos” (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 350) – que são representados pelo abraço dado pela mulher no homem que “arrumou”, não o deixando escapar (e talvez ele nem mesmo queira). A posição de enunciação ocupada pela

mulher serve para legitimar um acontecimento – que aconteceu consigo, o de “arrumar” um par em ambiente virtual – e sugerir que essa mesma posição pode vir a ser ocupada por aquele(a) que preencher os dados cadastrais que se encontram ao lado de sua imagem. Em outras palavras, é como se a mulher dissesse: “Quer estar onde eu estou e falar da posição de que eu falo, da posição de alguém que encontrou um par? Então basta preencher os dados ao lado.” A imagem do casal também percorre outros sentidos: o relacionamento derivado desse primeiro gesto de cadastro se estende para a vida real, tanto que eles estão abraçados, em presença física. Somente os começos, portanto, podem ser “virtuais”. Assim, o ato de enunciar é importante para a compreensão do enunciado como um todo.

O ato ilocutório não é o que ocorreu antes do momento do enunciado (no pensamento do autor ou no jogo de suas intenções); não é o que se pôde produzir, depois do próprio enunciado, no sulco que deixou atrás de si e nas consequências que provocou; mas sim o que se produziu pelo próprio fato de ter sido enunciado – e precisamente esse enunciado (e nenhum outro) em circunstâncias bem determinadas. (FOUCAULT, 2007, p. 94).

O enunciado pressupõe um ato de formulação e vice-versa. Eles existem em uma relação de “exata reciprocidade”. Os atos são, na maior parte das vezes, constituídos pela soma de enunciados, por sua justaposição. O enunciado, no caso da frase, da proposição e dos *speech acts*, desempenha um papel residual. É esse papel que Foucault se propõe a compreender, e conclui inicialmente: “seria necessário admitir que há enunciado desde que existam vários signos justapostos.” (FOUCAULT, 2007, p. 97). Há uma outra questão a considerar – os enunciados não emergem *ex nihilo*, mas possuem um modo singular de existência. Trata-se da **função enunciativa**.

Na tarefa de definir o enunciado, Foucault relaciona-o com o conjunto dos nomes, sejam eles sintagmas nominais ou nomes próprios quaisquer. Para Foucault (2007, p. 100), “um nome se define por sua possibilidade de recorrência. Um enunciado existe fora de qualquer possibilidade de reaparecimento.” Se uma mesma frase (ou uma formulação idêntica) reaparece, em momentos distintos, portando os mesmos elementos – nem por isso podemos dizer que se trata do mesmo enunciado. Nessa altura de seus questionamentos, Foucault lança seu olhar para a instância produtora de enunciados, esse sujeito exterior a uma frase, por exemplo, que não significa de forma alguma, simplesmente, o indivíduo real que a articulou ou a escreveu. Nesse sentido, constata: “não há signos sem alguém para proferi-los ou, de qualquer forma, sem alguma coisa como elemento emissor. Para que uma série de signos exista, é preciso [...] um ‘autor’ ou uma instância produtora.” (FOUCAULT, 2007, p. 104). Mais abstratamente, o sujeito do enunciado é uma posição, **uma função**, que pode ser

ocupada por indivíduos diversos a fim de enunciar o que pode e deve ser enunciado a partir desse lugar enunciativo. Pondera Foucault (2007, p. 107): “não é preciso, pois, conceber o sujeito do enunciado como idêntico ao autor da formulação.” O sujeito do enunciado, então, são posições determinadas e vazias a serem ocupadas.

Esse lugar é uma dimensão que caracteriza toda formulação enquanto enunciado, constituindo um dos traços que pertencem exclusivamente à função enunciativa e permitem descrevê-la. Se uma proposição, uma frase, um conjunto de signos podem ser considerados “enunciados”, não é porque houve, um dia, alguém para proferi-los ou para depositar, em algum lugar, seu traço provisório; *mas sim na medida em que pode ser assinalada a posição do sujeito*. Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse [...], mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito. (FOUCAULT, 2007, p. 108, grifo nosso).

O que faz de uma sequência de elementos linguísticos um enunciado é também a existência de um domínio associado: “um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados [...]. Não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados” (FOUCAULT, 2007, p. 110-111). Cada enunciado se insere em uma rede ou em uma trama de outros enunciados – que foram já-ditos ou que serão ainda formulados – que o rodeiam. É importante considerar que, a partir desse pensamento de Foucault, J.-J. Courtine elabora a noção de “**memória discursiva**”, basilar para os estudos em Análise do Discurso atualmente.

Figura 12: Match.com
Fonte: <http://www.match.com>

A figura 12, que reproduz a página de relacionamentos Match.com, também traz uma imagem acompanhada de enunciados verbais, a qual logo nos chama a atenção. O gesto realizado pelos sujeitos na foto retoma uma iconografia clássica infantil: a da Bela Adormecida, cujo despertar se dá por meio do beijo de um príncipe, com o qual viverá feliz para sempre. Para tratar dessa memória visual associada ao conto de fadas escrito por Charles Perrault, é importante nos referirmos ao conceito de “intericonicidade”, formulado pelo próprio J.-J. Courtine, e trabalhado no Brasil por Nilton Milanez⁵³. Nesse sentido, Courtine esboça uma relação de associação não somente entre enunciados verbais, mas também entre as imagens. Em outras palavras, as imagens – comportando-se como enunciados que são – também possuem um domínio associado. É desse



Figura 13: A bela adormecida

⁵³ Prof. Dr. da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e coordenador do Grupo de Estudos Sobre o Discurso e o Corpo (GRUDIOCORPO). Confira Milanez (2006).

domínio que vai tratar Courtine (apud MILANEZ, 2006, p. 168, grifo nosso): **“Toda imagem se inscreve em uma cultura visual e essa cultura visual supõe a existência para o indivíduo de uma memória visual, de uma memória das imagens. Toda imagem tem um eco.”** É esse eco que ouvimos ao nos depararmos com os gestos realizados pelos sujeitos na imagem do *site*; é a posição dos corpos dos sujeitos que opera o resgate na memória.

A noção de intericonicidade é uma noção complexa, porque ela supõe a relação de uma imagem externa, mas também interna. As imagens de lembranças, as imagens de memória, as imagens de impressão visual armazenadas pelo indivíduo. Imagens que nos façam ressurgir outras imagens, mesmo que essas imagens sejam apenas vistas ou simplesmente imaginadas. O que me parece importante, é que isso coloca a questão do corpo bem no centro da análise. (COURTINE⁵⁴ apud MILANEZ, 2006, p. 168).

O estudioso, ao deparar-se com uma imagem, tem condições de associá-la a outra através de certos traços a serem observados. Courtine chama esses traços de “elementos semiológicos” que constituem a memória longínqua de uma imagem dada. Assim, podemos nos questionar: Quais são os elementos semiológicos que compõem a imagem veiculada pelo *site* Match.com? Primeiramente, vemos que a dama está deitada, de olhos cerrados. Aparentemente desfalecida, ou mesmo em estado de relaxamento profundo. Por trás do banco que suporta seu corpo podemos entrever árvores, que lembram um “bosque”. Um homem beija a sua mão, e, mesmo realizando uma leve inflexão para fazê-lo, conserva-se retilíneo, congelado em seu endireitamento corporal. A mão esquerda pousa na parte inferior das costas; a direita segura levemente a mão da “adormecida” contra seus lábios. Portanto, considerando os elementos semiológicos como “signos que significam”, é possível enumerar: a) uma mulher; b) um homem; c) o sono; d) o beijo; e e) a posição dos corpos. Tomando esses elementos como um “conjunto emitido”, então, eis o que resgata a identidade dos enunciados por meio de suas ocorrências múltiplas.

Há também um enunciado verbal sobre essa imagem: “Quando o que importa é o amor”. Foi, de fato, o amor – simbolizado no ato de um beijo – que salvou a princesa dos encantos da bruxa má; no entanto, o que se opera aqui é um deslizamento desses sentidos para os relacionamentos de nossos dias, mediados pela tecnologia. A memória resgatada dos contos de fada aponta para a direção do amor idealizado, perfeito e duradouro que pode ser vivido e sentido através do ingresso no *site*. Ao lado e abaixo da imagem, destacam-se dois mecanismos de legitimação, são eles: a) uma voz estatística, assinada pelo *Guinness World*

⁵⁴ Esse trecho foi retirado de uma entrevista com Courtine realizada por Nilton Milanez em outubro de 2005, na Sorbonne/Paris.

Record: “O portal de encontros número 1 do mundo”; e b) um *link* que direciona o leitor e promete contar as “histórias de amor” ou outros “contos de fada realizados”, cujo título é “Histórias de sucesso”. Ambos buscam atribuir a esse serviço uma confiabilidade por meio da demonstração dos resultados já produzidos.

Em “Histórias de sucesso”, percebe-se a não instauração da homologia⁵⁵ entre o sistema semiótico figurativo (imagem) e o sistema semiótico verbal. A imagem que se localiza ao lado do enunciado “História de sucesso”, na figura 12, apresenta-nos os noivos, com seus trajes típicos; a noiva segura o buquê e o noivo deixa à mostra sua mão com aliança. Há uma focalização na região abdominal do casal para o maior destaque desses símbolos do matrimônio. Ao lado da imagem, lê-se: “Bom, gostei do perfil dela e de tudo relacionado com o seu mundo, é uma mulher especial, diferente, que gosto muito; ainda estamos na fase de nos conhecer melhor mas é tudo muito bonito.” A significação derivada desse enunciado verbal não corresponde à significação da imagem exibida, pois “estar na fase de se conhecer” não demonstra nenhuma garantia de que se chegará ao ritual do matrimônio, retratado pela imagem. Por isso, a composição dos elementos presentes em “Histórias de sucesso” não atinge a instauração de uma homologia.

O enunciado tem uma existência material e é produto de uma enunciação. Pretendendo esclarecer essa questão, ilustra Foucault (2007, p. 114): “Diremos que há enunciação cada vez que um conjunto de signos for emitido. Cada uma dessas articulações tem sua individualidade espaço-temporal.” É em relação às suas condições de emergência que esse conjunto de signos se caracteriza como enunciado. O enunciado possui também uma materialidade repetível, que caracteriza sua função enunciativa, e ele, então, aparece como um objeto “específico e paradoxal”.

Foucault alerta ainda para alguns cuidados no momento de descrição do enunciado. Quando o descrevemos, deparamo-nos com sua “função”, a qual “em vez de dar um ‘sentido’ a essas unidades, coloca-as em relação com um campo de objetos; em vez de lhe conferir um sujeito, abre-lhes um conjunto de posições subjetivas possíveis [...]” (FOUCAULT, 2007, p. 120). O que se nota quando se pretende descrever enunciados é um campo de exercício da função enunciativa e as condições segundo as quais ela faz aparecerem unidades diversas.

Na tarefa de refletir sobre a descrição dos enunciados, Foucault sente a necessidade de fixar um vocabulário, e estabelece o conceito de “formulação” (como o que faz surgir, em circunstâncias determinadas, um grupo de signos, demarcáveis espaço-temporalmente); o

⁵⁵ Abordamos a questão da homologia na página 97. Conferir Benveniste (2006).

conceito de “frase” ou “proposição” (como unidades que a gramática ou a lógica reconhecem em um conjunto de signos, caracterizado pelas regras de construção que as unem); e, por fim, o conceito de “enunciado” (que possui uma modalidade de existência própria, que lhe permite ser algo diferente de um objeto qualquer, que lhe permite estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, situar-se entre outras “performances” verbais, e ser dotado de uma materialidade repetível). É nessa altura da tentativa de formular um padrão de análise que nos deparamos com a concepção de discurso de Foucault (2007, p. 122, grifo nosso):

[...] o termo discurso poderá ser fixado: **conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação**; é assim que poderei falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico.

Esse “sistema de formação” de que fala Foucault no trecho supracitado são as formações discursivas das quais deriva uma série de enunciados dispersos/repartidos que se agrupam e formam os discursos. Sua preocupação, nesse momento de *A arqueologia do saber*, é que essa definição de “discurso” só poderá ser estabelecida se for comprovada, de igual maneira, a existência das formações discursivas – o que acontece mais adiante; aqui, essa reflexão se coloca apenas como cautela. A descrição de um enunciado não deve se ater somente a seu segmento horizontal, mas se dirigir, segundo uma dimensão de certa forma vertical, às condições de existência dos diferentes conjuntos significantes. (FOUCAULT, 2007), por isso a necessidade de relacionar os enunciados verbais, os não verbais e os domínios associados como um “todo significante”, como fizemos na análise dos dois primeiros *sites* de relacionamento. Em resumo: ao examinar o enunciado, o que se descobriu foi uma **função** que se apoia em um conjunto de signos que requer, para se realizar, a) um referencial; b) uma posição-sujeito; c) um campo associado; d) uma materialidade repetível. Esses são os aspectos a serem levados em conta pelo analista de discurso ao deparar-se com os enunciados que compõem seu *corpus*.

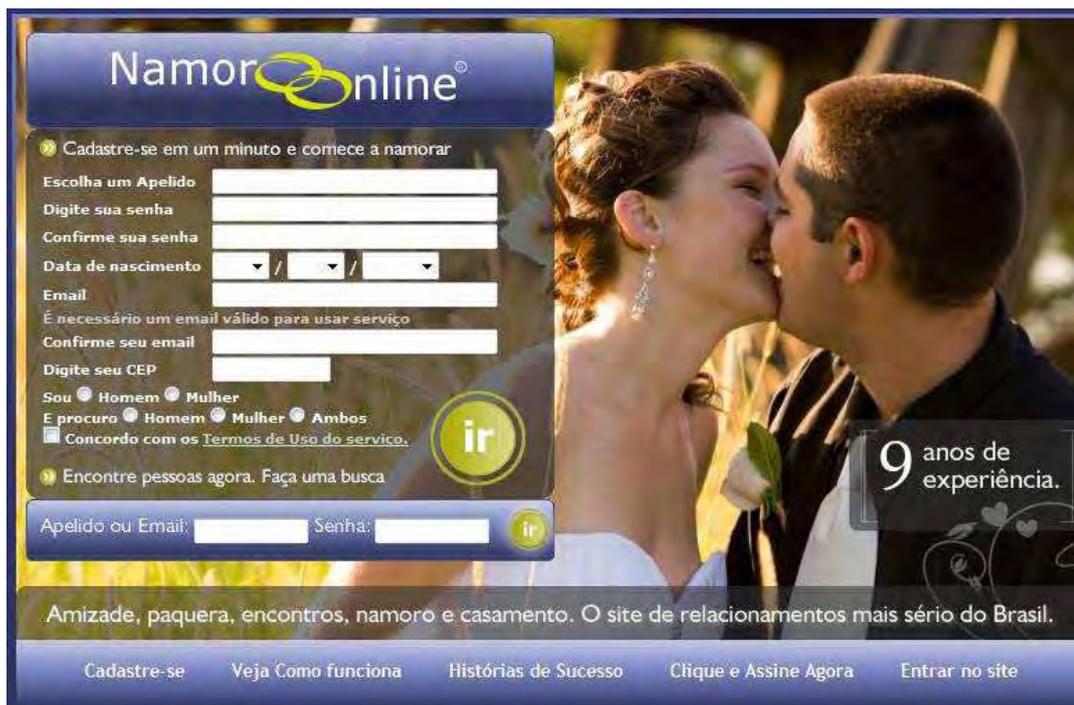


Figura 14: Namoro Online
 Fonte: <http://www.namoroonline.com.br>

Da mesma forma como observamos no Parperfeito e no Match.com, o *site* acima também expõe um casal, feliz, beijando-se. O fundo da fotografia é desfocado e as pessoas destacam-se em primeiro plano. Seus trajes (a mulher vestida de branco e seu par, de preto) parecem remeter ao ritual do matrimônio, mas isso não é explícito. O título do *site* contém muitos efeitos de sentido interessantes: “Namoro Online”, com dois “ós” substituídos pelas figuras de duas alianças douradas entrelaçadas. Ora, se o namoro é simbolizado por alianças prateadas, percebemos uma “sobreposição” ou “justaposição” temporal no título do *site*. É possível outrossim esboçar duas possibilidades de abordagem desse enunciado, que em alguma medida se complementam:

- a) encarando-o como atravessado por dois discursos, quais sejam, o do namoro (representado pelo próprio substantivo) e o do casamento (resgatado a partir dos símbolos das alianças douradas);
- b) como um produto que integra uma mesma formação discursiva, designada pelas “fases de um relacionamento” de um homem com uma mulher (normalmente), monogâmicos, na sociedade ocidental do século XXI.

Além disso, o termo “*online*” atua como adjetivo, modificando “namoro”. O título aponta para uma “não-presença” ao passo que a foto, para “em presença”; a palavra “namoro” designa a fase inicial do relacionamento entre duas pessoas, enquanto as alianças douradas

resgatam a memória do casamento. A enunciação presente no *site* é heterogênea, no sentido de que combina elementos verbais com não verbais e espaços de interação, que devem ser preenchidos. A estruturação desses elementos ocorre sob a forma de dualismos/dualidades, representados por a) homem/mulher; b) namoro/casamento; c) solidão/encontro; d) *site* sério/“não sério” etc. Sobre a camisa do homem, lê-se: “9 anos de experiência”. Esse enunciado pertence ao discurso da tradição e da estabilidade, cujos feixes de sentido se combinam ao discurso do casamento, lá presente. Dessa forma, ao mesmo tempo que o Namoro Online enuncia a partir de uma posição da tradição/estabilidade, sua intenção é também enquadrar sua abordagem aos vários níveis de um relacionamento interpessoal amoroso, o que se comprova no texto localizado na parte inferior da página: “Amizade, paquera, encontros, namoro e casamento: o *site* de relacionamentos mais sério do Brasil.”

Para mobilizar o discurso da tradição, utiliza-se a imagem do casal em trajes formais e as alianças douradas, que atuam como mecanismos de resgate de memória; em outras palavras, opera-se a recuperação de determinados “gestos” cristalizados historicamente. Outro recurso utilizado para esse fim é a enumeração de modo crescente as fases do que se imagina ser a progressão natural e tradicional dos relacionamentos: “amizade, paquera, encontros, namoro e casamento [...]”.

Além do mais, é como se no *site* a busca por um(a) companheiro(a) se realizasse tão instantaneamente como buscar qualquer outra informação na *web*: “Cadastre-se **em um minuto** e comece a namorar”, diz o texto acima da ficha de cadastro; ou “Encontre a pessoa **agora**, faça uma busca” (grifo nosso). O advérbio de tempo “agora” e a locução adverbial “em um minuto” contribuem para a indução ao cadastro do navegador bem como provocam efeitos de sentido interpretados pela facilidade com que se pode “ocupar o lugar dos sujeitos da foto”.

Depois do que vimos, podemos sintetizar que, para Foucault (2007), os enunciados têm três características. A primeira delas é que eles são raros, no sentido de que nem tudo é sempre dito, ou seja, se observarmos todas as possibilidades de formulação permitidas pela língua, perceberemos que o que é, de fato, dito, é muito pouco, e por isso seu acontecimento é raro. Os enunciados, em segundo lugar, comportam uma exterioridade, isto é, sua análise não se situa no âmbito do *cogito*, mas sim em uma exterioridade/neutralidade no sentido de que “não importa quem fala”, mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar. A última característica é o acúmulo; deve-se substituir a busca da origem pela análise dos acúmulos, levantando os temas relacionados ao seu esquecimento, à sua origem perdida, à sua

destruição. Descrever, portanto, um conjunto de enunciados a partir de sua raridade, de sua exterioridade e de seu acúmulo é estabelecer sua “**positividade**”.

Se substituir a busca das totalidades pela **análise da raridade**, o tema do fundamento transcendental pela descrição das **relações de exterioridade**, a busca da origem pela **análise dos acúmulos**, é ser positivista, pois bem, eu sou um positivista feliz, concordo facilmente. (FOUCAULT, 2007, p. 142, grifo nosso).

Os três *sites* analisados contêm, cada um, um eixo de positividade. Encontrados em sua dispersão, visto que são independentes, têm endereços diferentes etc., eles apresentam regularidades, e por isso é possível dizer, num contexto mais amplo, que os três *sites* integram um discurso determinado: do encontro, namoro e relacionamento por meio da tela. Outra regularidade é que os três dispõem de mecanismos de legitimação, que operam no nível verbal, a saber: a) No Parperfeito, “O maior site de relacionamentos do Brasil”; b) Em Match.com, “O portal de encontros número 1 do mundo”; c) No Namoro Online, “O site de relacionamentos mais sério do Brasil”. Todos são “mais” e “maiores”; e trazem sempre um casal jovem, feliz e heterossexual. Isso faz com que eles apresentem um mesmo índice de positividade, que os agrupa e os assemelha.

Os três *sites* empregam também formas de interpretação do usuário, quando caracterizam uma relação de intimidade em um ambiente informal, haja vista o campo “apelido” a ser preenchido nos cadastros. O emprego de apelidos contribui para a informalidade almejada.

A positividade dos discursos, juntamente com as funções enunciativas desempenhadas pelos enunciados descritos, integrando várias formações discursivas, compõem o arquivo de uma época. A pesquisa arqueológica, por sua vez, consiste em dar conta de todos esses níveis acima descritos, como explica Foucault (2007, p. 149):

O direito das palavras – que não coincide com o dos filólogos – autoriza, pois, a dar a todas essas pesquisas o título de arqueologia. Esse termo não incita à busca de nenhum começo; não associa a análise a nenhuma exploração ou sondagem geológica. Ele designa o tema geral de uma descrição que interroga o já-dito no nível de sua existência; da função enunciativa que nele se exerce, da formação discursiva a que pertence, do sistema geral de arquivo de que faz parte. A arqueologia descreve os discursos como práticas especificadas no elemento do arquivo.

O que salta à vista, ao analisarmos as páginas da *web*, em uma primeira observação, é que elas têm uma materialidade própria, uma condição de existência singular, e esses fatores são percebidos, entre outras coisas, pelos modos de inscrição do leitor na tela e pela identificação que ele partilha em relação às espécies de discursos que se lhe apresentam

eletronicamente. Isso é visível por meio do emprego de signos verbais e não verbais e das estratégias discursivas utilizadas pelo sujeito (e sua posição) que enuncia – a fim de atingir determinados objetivos, como o preenchimento de um cadastro, por exemplo – e que causam “um sulco atrás de si” quando são enunciados e “se dão” a usar e a circular em ambiente virtual.

Realizamos, nesta seção, uma análise arqueológica de alguns dos *sites* de relacionamento disponíveis na Internet, guiados pelo trajeto sugerido por Michel Foucault. A escolha das três figuras resultou de um conjunto de fatores dispersos e regulares do qual partilham. São produtos da era virtual, isto é, uma de suas possibilidades realizadas. Uma opção mercadológica? Com certeza, alguns desses *sites* cobram pelo serviço, como é o caso do Parperfeito, disponibilizando inclusive psicólogos que ajudam a tirar dúvidas dos usuários sobre como se socializar na rede. Outros, são gratuitos. A estruturação dos discursos nos três *sites* almeja um mesmo fim: promover o maior número de acessos possíveis e realizar o maior número de cadastros possíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nosso ver, as conclusões são fechamentos estruturais, tão-somente como os pontos finais são marcadores gráficos que operam, na frase, um “efeito de fim”⁵⁶. Tememos nestas conclusões direcionar nosso olhar mais para o futuro do que propriamente para o passado. Ao observar o que foi feito, novas possibilidades se abrem, sobretudo no terreno em que se aproximam as novas tecnologias e os estudos da linguagem. A Escola brasileira de Análise do Discurso, nesse momento, volta-se para a compreensão de como as várias materialidades significam e como fazem circular os sentidos e os discursos. As imagens fixas, as imagens em movimento e as condições eletrônicas de existência do enunciado requerem ainda reflexões constantes. Segundo Castells (2006, p. 442), “A comunicação mediada pela Internet é um fenômeno social recente demais para que a pesquisa acadêmica tenha tido oportunidade de chegar a conclusões sólidas sobre seu significado social”. Acreditamos que o período de deslumbramento já foi superado, pois as tecnologias inscreveram-se de tal forma em nosso cotidiano que se apresentam de forma comum. Inserimo-nos em um momento de problematizações e de questionamentos acerca daquilo que nos circunda, por vezes esboçando comparações por meio do resgate das “antigas” formas de comunicação. Fazer previsões, no entanto, não nos parece recomendável nem tampouco seguro.

O retorno à epistemologia da AD, na primeira seção, possibilitou-nos compreender panoramicamente o trajeto percorrido pela Análise do Discurso durante suas “três épocas”. Sabemos que os discursos políticos escritos eram o objeto da AD-1, e hoje, até mesmo essa modalidade de discurso é produzida e circula em outras materialidades.

A política também é uma crescente área de utilização da Comunicação Mediada por Computador (CMC). Por um lado, o correio eletrônico está sendo usado para a difusão massificada de propaganda política dirigida com a possibilidade de interação. As campanhas eleitorais de todos os países iniciam seus trabalhos criando seus sítios na *web*. Os políticos fazem suas promessas em suas páginas da Internet. (CASTELLS, 2006, p. 447-448).

Com base na citação acima, lembramos das eleições presidenciais norte-americanas de 2008, nas quais o presidente eleito, Barack Obama, utilizou a Internet como um instrumento a

⁵⁶ Expressão comumente utilizada por Baronas (2001).

mais em sua campanha, para se comunicar com o público-eleitor. O *site* de Obama⁵⁷ caracterizou-se como uma ponte entre o candidato e o eleitorado, obtendo muito prestígio e ajudando sobremaneira na campanha presidencial em conjunto com outros meios veiculadores. Como defendemos anteriormente, a interação encontrada na tevê não se compara com a interação da Internet, infinitamente maior. O sucesso do *site* de Obama se pautou na facilidade com que o eleitor podia acessar as informações desejadas – como o programa de governo do até então candidato à presidência. Não só isso: o internauta podia enviar sugestões para a equipe de Obama, a fim de que o futuro presidente tivesse conhecimento daquilo que seus eleitores necessitavam para as cidades ou para os estados em que se encontravam.

Descrever e interpretar o ambiente virtual de acordo com as concepções de Foucault acerca do espaço, na segunda seção, foi importante para a compreensão desse novo “lugar” contemporâneo, de onde se fala, no qual os sujeitos se relacionam e fazem circular linguagens e discursos. Nesse ambiente, prevalecem as metáforas da navegação. Navega-se na Internet, e o usuário-navegador por vezes segue uma rota indeterminada, como se se deixasse levar pelas ondas, pelo vento. Por isso, observá-lo a partir do mirante heterotópico foi muito produtivo:

Bordéis e colônias são dois tipos extremos de heterotopia, e se imaginarmos, afinal, que o barco é um pedaço de espaço flutuante, um lugar sem lugar, que vive por si mesmo, que é fechado em si e ao mesmo tempo lançado ao infinito do mar e que, de porto em porto, de escapada em escapada para a terra, de bordel a bordel, chegue até as colônias para procurar o que elas encerram de mais precioso em seus jardins, você compreenderá por que o barco foi para a nossa civilização, do século XVI aos nossos dias, ao mesmo tempo não apenas, certamente, o maior instrumento de desenvolvimento econômico [...], mas a maior reserva de imaginação. O navio é a heterotopia por excelência. Nas civilizações sem barcos os sonhos se esgotam, a espionagem ali substitui a aventura e a polícia, os corsários. (FOUCAULT, 2006, p. 421-422).

O barco é esse lugar paradoxal e cheio de significados. Foucault (2006), acima, explicita o porquê de ele ser a heterotopia por excelência, e assim talvez possamos entender por que a Internet é tão povoada por metáforas dessa natureza. Tal comparação se mostra, nesse caso, legítima.

Quando Castells (2006, p. 459) afirma que “todas as formas de comunicação, como Roland Barthes e Jean Baudrillard nos ensinaram há muitos anos, são baseadas na produção e no consumo de sinais”, ele refere-se também ao fato de que a produção e o consumo desses signos se dão através das formas que os veiculam, isto é, das materialidades. As heterotopias

⁵⁷ Confira <http://www.barackobama.com>.

buscam inverter ou se contrapor a determinados padrões de lugares – e os mais comuns deles são aqueles permeados pela prática religiosa cristã. As heterotopias surgem como “espaços de fuga”, em que percebemos um “afrouxamento” das normas de conduta tradicionais.

Para Castells (2006, p. 467), “[...] tanto o espaço quanto o tempo estão sendo transformados sob o efeito combinado do paradigma da tecnologia da informação e das formas e processos sociais induzidos pelo processo atual de transformação histórica.” O sujeito está submetido ao tempo das máquinas, isto é, ao tempo que elas levam para fazer as coisas. São as máquinas que executam uma grande gama de tarefas em nossa sociedade atual, e não o sujeito, haja vista quando recebemos uma ligação, quantas instituições se agrupam por detrás da tarefa de conectar dois aparelhos celulares, como a empresa que produz o celular, as operadoras de telefonia, etc. No que se refere ao espaço, um exemplo concreto é a emergência da “cidade digital” ou “rizomática”, sobre a qual tratamos na introdução desta dissertação. Lojas virtuais de todas as espécies, serviços bancários, *check-in* eletrônico e espaços de relacionamento e entretenimento são alguns elementos que compõem o domicílio eletrônico. Perguntamo-nos: será o fim das cidades? Talvez seja o fim das cidades como nós as conhecemos hoje. Sua concepção está mudando:

Um aumento impressionante do teletrabalho é a suposição mais normal sobre o impacto da tecnologia nas cidades e representa a última esperança dos planejadores de transportes metropolitanos antes de se renderem à inevitabilidade de megacongestionamentos. (CASTELLS, 2006, p. 483).

O teletrabalho pode vir a contribuir, em alguma medida, para amenizar alguns problemas característicos das grandes cidades. Não pretendemos, com isso, sugerir que as casas se tornem locais de trabalho e que todos passem a trabalhar *on-line* – mesmo porque essa situação é inviável em uma sociedade como a nossa – mas sim que a interconexão permite que o trabalho se espalhe consideravelmente pela área metropolitana, intensificando a descentralização urbana (CASTELLS, 2006).

Refletindo sobre os aspectos da tecnologia, Manuel Castells (2006) trata a Internet como “espaço de fluxos”: nela são gerenciadas empresas, propagandas e projetos de *marketing*. Tudo flui. As informações e os dados não cessam de circular. Nesse sentido, é possível traçar um paralelo com os espaços de fluxos das cidades “reais”. A calçada dos grandes centros das cidades metropolitanas pode ser caracterizada como um espaço de fluxos. Nela, os cidadãos estão de passagem; são sujeitos que estão indo a algum lugar ou voltando de algum lugar. Os metrô, os trens, as rodoviárias, os portos e os aeroportos são caracterizados pela não permanência civil. Para Richard Sennett (1978 apud BAUMAN, 2001, p. 111), “uma

cidade é um assentamento urbano em que estranhos têm a chance de se encontrar.” O encontro se dá em um instante aleatório, quando o percurso de um sujeito apressado cruza com o de outro, como aviões em rota de colisão. O cotidiano é feito por essas várias pequenas “colisões”, que compõem o dia a dia de uma cidade grande. Destacamos a reflexão de Bauman sobre a praça *La Défense*:

A praça *La Défense*, em Paris, um enorme quadrilátero na margem direita do Sena, concebida, comissionada e construída por François Mitterrand (como monumento duradouro de sua presidência [...]), incorpora todos os traços da primeira das duas categorias do espaço público urbano, que não é, no entanto – enfaticamente não é –, “civil”. O que chama a atenção do visitante de *La Défense* é antes e acima de tudo falta de hospitalidade da praça: tudo o que se vê inspira respeito e ao mesmo tempo desencoraja a permanência. Os edifícios fantásticos que circundam a praça enorme e vazia são para serem admirados, e não visitados; cobertos de cima a baixo de vidro refletivo, parecem não ter janelas ou portas que se abram na direção da praça; engenhosamente dão as costas à praça diante da qual se erguem [...]. (BAUMAN, 2001, p. 113).

Mais adiante, complementa que a praça *La Défense* é um espaço “[...] cujo único destino é ser atravessado e deixado para trás o mais rapidamente possível”. É interessante como a própria arquitetura da praça é valorativa: na praça, não há bancos nem árvores para descansar. Os bancos que existem encontram-se geometricamente dispostos no lado mais afastado da praça, situam-se em uma plataforma um metro acima do chão – uma plataforma como um palco, o que faria do ato de sentar-se e descansar um espetáculo para todos os outros passantes que, diferentemente dos sentados, **têm o que fazer ali**. Assim, o fluxo é sinônimo de “ter o que fazer”, sinônimo de trabalho, compromissos, tarefas. As pessoas que se sentam na praça parecem estar à toa. Os espaços de fluxos são – ora no ambiente virtual, ora no espaço físico urbano – muito produtivos para relacionar a tecnologia e os sentidos que habitam os lugares.

A seção três apresentou alguns conceitos da AD – em alguma medida testando sua produtividade em um outro objeto: o ciberespaço. Destacamos o trabalho sobre o sujeito realizado na subseção 3.2, “O sujeito no ciberespaço: um mosaico identitário”, o qual buscou compreender uma modalidade identitária cada vez mais utilizada atualmente, aquela de quando estamos *on-line*; em seguida tentamos compreender a estrutura dessas novas espécies de comunidades, as virtuais, cuja localidade não é mais uma condição obrigatória para um grupo de indivíduos que partilham interesses comuns. Manuel Castells nos traz uma síntese daquilo que empreendemos.

Assim, no fim das contas, as comunidades virtuais são comunidades reais? Sim e não. São comunidades, porém não são comunidades físicas, e não seguem os mesmos modelos de comunicação e de interação das comunidades físicas. Porém não são “irreais”, funcionam em outro plano de realidade. São redes sociais interpessoais, em sua maioria baseadas em laços fracos, diversificadíssimas e especializadíssimas, também capazes de gerar reciprocidade e apoio por intermédio da dinâmica da interação sustentada. (CASTELLS, 2006, p. 445-446).

Os “laços fracos” de que fala Castells correlacionam-se com o número de amigos que um indivíduo possui em suas redes sociais, como no Orkut ou no Facebook, por exemplo. Os laços fortes constituem uma pequena porcentagem desse número, representada por pessoas com as quais se possui verdadeiros laços afetivos de amizade. É nesse sentido que tais comunidades são baseadas em laços fracos, sustentados somente por interesses partilhados. Destacamos de igual maneira que a interação realizada nessas comunidades virtuais constituiu um terreno fértil para a prática da confissão de um indeterminado número de adolescentes que enxergam na Internet um abrigo do olhar reprovador própria da interação cara a cara.

Na quarta seção, tomamos *A arqueologia do saber* como modelo para a análise de alguns objetos extraídos da Internet. Namora-se por Internet, e o mercado está atento para essa outra possibilidade de surgimento dos laços afetivos. Como vimos nas figuras analisadas, os sítios sugerem que as pessoas se conheçam virtualmente, mas se relacionem “no mundo real”. As imagens retratavam as pessoas em bosques, campos ensolarados, beijando-se ou abraçando-se. Na instância localizada entre a construção de afetividades e as técnicas de *marketing* que tentam atrair os adeptos dos relacionamentos *on-line*, pudemos entrever de que forma os enunciados foram acomodados na geografia da página para que causassem efeitos de sentido e de verdade resgatando os discursos da “tradição” e da “confiabilidade”. Através de lentes arqueológicas, foi possível mais facilmente localizar e descrever os componentes discursivos suscetíveis de serem apreendidos em ambiente virtual.

Fundamentalmente, acreditamos também que esta dissertação se encontra no “entrecruzamento de uma problemática”⁵⁸. Por conta disso, apresenta um certo teor de instabilidade devido ao fato de que se insere em uma cultura que vem transformando a sua relação com as mídias. Estamos imersos naquilo que Henry Jenkins (2008) chamou de “cultura da convergência”, baseada em três fatores: na convergência dos meios de comunicação, na cultura participativa e na inteligência coletiva. “No mundo da convergência das mídias, toda história importante é contada, toda marca é vendida e todo consumidor é cortejado por múltiplos suportes de mídia.” (JENKINS, 2008, p. 27). Isso significa dizer que todo tipo de conteúdo pode apresentar-se sob as mais variadas formas, por exemplo, a forma

⁵⁸ Palavras emprestadas de Bakhtin (2000).

impressa, a visual, a radiofônica/sonora e a digital; a reflexão de Jenkins é pautada no fato de que esses suportes se interpenetram. Observamos que as reportagens do jornal impresso exibem no fim da matéria um endereço eletrônico para a continuidade do assunto. Os artigos científicos dispostos em suportes *on-line* raramente apresentam *links*, visando a uma maior “linearidade estrutural” do texto, impedindo que o ciberleitor se perca em caminhos hipertextuais possíveis ao alcance de um clique. Programas de tevê inserem “ao vivo” a participação de telespectadores, aproximando as noções de **transmissão** e de **interatividade**. Jornalistas renomados e grandes âncoras jornalísticas expressam opiniões polêmicas em blogs próprios⁵⁹, porque por vezes não é possível manifestá-las nas grandes instituições midiáticas em que trabalham, haja vista que a total liberdade de expressão é cerceada em função da linha editorial de tais veículos (em suma, não é visto com “bons olhos” criticar a Folha de S. Paulo na Folha de S. Paulo).

O pensamento de Jenkins (2008) oferece-nos uma direção segura em um momento de confusão, em um momento em que somos bombardeados por informações provenientes da heterogeneidade dos suportes midiáticos. Tratar das mídias, hoje, só é possível através do contorno de sua multiplicidade; focalizar um suporte midiático isoladamente se mostra – em função de um pensamento muito recente – arriscado: agindo assim, operar-se-á um apagamento do diálogo constitutivo da intermídia. Os sujeitos inseridos na circulação de informações por meio das mídias hodiernas tiveram seus papéis alterados devido a uma mudança de paradigmas, que é responsável por gerar, entre outras coisas, a “cultura participativa”.

A expressão cultura participativa contrasta com noções mais antigas sobre a passividade dos espectadores dos meios de comunicação. Em vez de falar sobre produtores e consumidores de mídia como ocupantes de papéis separados, podemos agora considerá-los como participantes interagindo de acordo com um novo conjunto de regras, que nenhum de nós entende por completo. (JENKINS, 2008, p. 28).

A cultura participativa delega aos sujeitos ambos os papéis de produtores e consumidores de mídia. A atribuição é simultânea. Munidos, então, desses dois “poderes”, os sujeitos são tornados participantes de uma rede multidirecional. Nessa rede, irão relacionar-se, entreter-se, trabalhar e utilizar a linguagem que também será outra; a linguagem utilizada evidencia as práticas sociais e os regimes de discursividades de uma época. Ao trazer a Análise do Discurso para dialogar com essa espécie de linguagem, buscamos responder a uma

⁵⁹ Confira, por exemplo, o *blog* de Ricardo Noblat: <http://oglobo.globo.com/pais/noblat>.

pergunta elaborada pelo principal fundador da AD na França, voltada para a necessidade de reconhecer novos objetos e refletir sobre as novas maneiras de “ler” as materialidades escritas e orais. Buscamos, tão-somente, refletir sobre as novas relações entre a leitura, a interlocução, a memória e o pensamento.

Enfim, toda a reflexão precedente estimulou algumas questões importantes. A primeira delas refere-se à produtividade da Análise do Discurso de linha francesa para a análise da cibercultura. Antes de mais nada, gostaríamos de lembrar a heterogeneidade e “incontornabilidade” de elementos que compõem ciberespaço e que, de igual maneira, contribuem para a cibercultura, fazendo do recorte uma etapa essencial. Em relação aos objetos selecionados nesta dissertação, a Análise do Discurso se mostrou muito produtiva para a análise de enunciados derivados eletronicamente do ambiente virtual – ousamos dizer que os dispositivos da AD mobilizados (enunciado, FD, memória discursiva, arquivo, sujeito etc) contribuíram para uma melhor interpretação do ambiente virtual em relação a seus discursos e à maneira pela qual eles circulam nos corredores da cibercultura. Nesses corredores, abrimos cerca de dez portas munidos de chaves pècheutianas e foucaultianas: a dos novos suportes de comunicação e escrita, a das novas relações entre textos e leitores na tela, a dos hipertextos, a do jornalismo *on-line*, a das heterotopias, a do blogue enquanto gênero discursivo, a da identidade na tela, a da estruturação discursiva dos serviços *on-line*, a da relação entre o arquivo e o ambiente virtual, e, por fim, a da “arqueologia” de alguns *sites* de relacionamento *on-line*. Dessa forma, procuramos observar alguns acontecimentos discursivos para compreender o que está sendo permitido dizer nesta época. Conforme nos alerta Gregolin (2001, p. 17, grifo do autor), “[...] a análise do discurso deve procurar encontrar *as regras anônimas que definem as condições de existência dos acontecimentos discursivos*, as regularidades dessa dispersão de acontecimentos.” Essa busca se estabelece também nas novas materialidades. A seleção do *corpus* traduz o fato de que “os processos discursivos materializam-se por toda parte, dentro e fora, intra-e-interdiscursivamente, em textos que nos rodeiam, nos enredam e nos constituem.” (GREGOLIN, 2001, p. 10).

Outra questão que emergiu nessas conclusões é referente às diferenças entre os funcionamentos discursivos *on-line* e *off-line*. Como vimos, os processos discursivos estão por toda parte, apresentando-se sob diversas formas. Pudemos compreender que nem sempre o “mesmo” conteúdo se altera quando veiculado por meios distintos de comunicação – enxergamos a especificidade dos mecanismos e dos procedimentos acionados por cada meio para a produção e partilha de sentidos no processo comunicativo-discursivo. A identidade, ou

melhor, “as identidades” do sujeito contemporâneo contêm uma faceta *off-line* e outra *on-line*, das quais é difícil escapar. Por vezes, a discursivização de objetos, que ocorre *on-line*, no nível dos enunciados verbais, utiliza-se de mecanismos que já eram presentes em suportes *off-line* (os livros manuscritos, jornais impressos etc) como o intertexto, que passou a ser denominado hipertexto, em ambiente virtual. Não são a mesma coisa, mas remontam a um processo similar de atravessamento de memória. Os bens simbólicos, dispostos *on-line*, são mais facilmente apropriados e reapropriados pelos “participantes” da cultura da convergência intermediática⁶⁰. Essa característica é responsável por fazer com que textos, músicas, imagens, filmes e obras de arte sejam ressignificados no ciberespaço e pulverizados para outros meios (JENKINS, 2008). Estamos diante de um período de transformações das mídias e o que vem surgindo por meio da tecnologia mostra-se muito interessante para os estudos discursivos.

⁶⁰ Referimo-nos à prática do *copy-paste*.

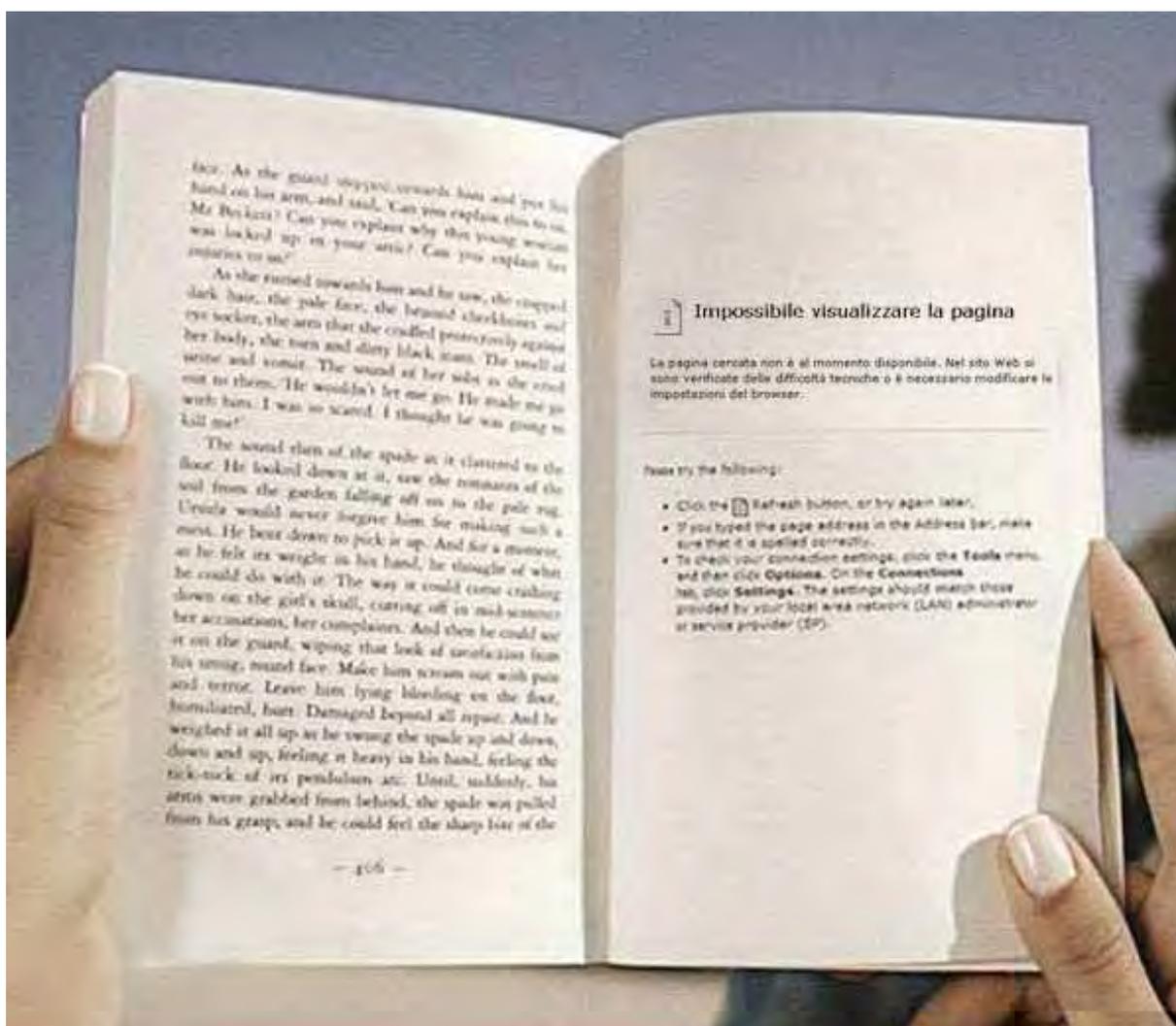


Imagem extraída da Internet.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos do estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- AMERIKA, M. Escrita no ciberespaço: notas sobre narrativa nômade, net arte e prática de estilo de vida. In: LEÃO, L. *O chip e o caleidoscópio: reflexões sobre as novas mídias*. São Paulo: Senac, 2006. p. 133-146.
- ANDERSON, P. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.
- ARAÚJO, D. C. “Hipertrópole digital”: a cibermídia como cidade rizomática. In: LEMOS; A.; BERGER, C.; BARBOSA, M. (Org.). *Livro da XIV Compós – 2005: narrativas midiáticas contemporâneas*. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 191-206.
- BACHELARD, G. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 277-326.
- BARONAS, R. L. Da prisão à liberdade condicionada: breves notas sobre autoria. In: GREGOLIN, M. R.; CRUVINEL, M. F.; KHALIL, M. G. (Org.). *Análise do discurso: entornos do sentido*. Araraquara: UNESP, FCL, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001. p. 73-88.
- _____. *Slogans políticos brasileiros: uma leitura discursiva*. 2003. 240 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Araraquara, 2003.
- _____. Formação discursiva em Pêcheux e Foucault: uma estranha paternidade. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. (Org.). *M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 45-62.
- BAUDRILLARD, J. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio D’água, 1991.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.
- _____. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.
- BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006.
- CAPPARELLI, S. Infância digital e cibercultura. In: PRADO, J. L. A. (Org.). *Crítica das práticas midiáticas: da sociedade de massa à cibercultura*. São Paulo: Hacker Editores, 2002. p. 130-146.
- CASTELLS, M. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

_____. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CASTRO, L. Confissões virtuais. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2 jun. 2008. Folhateen, p. 5.

CAVALLO, G.; CHARTIER, R. (Org.). *História da leitura no mundo ocidental I*. São Paulo: Ática, 1998.

CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHARTIER, R. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Ed. UNB, 1999.

CHAVES, É.; LUZ, L. A nova civilização on-line. *Veja especial tecnologia*, São Paulo, ano 40, n. 2022, p. 12-49, ago. 2007.

COURTINE, J.-J. Analyse du discours politique: le discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages*, n. 62, 1981.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DENCIK, L. Transformation of identities in rapidly changing societies. In: CARLEHEDEN, M.; JACOBSEN, M. H. (Org.). *The transformation of modernity: aspects of the past, present and future of an era*. Aldershot: Ashgate, 2001. p. 189-198.

EISENSTEIN, E. L. *A revolução da cultura impressa: os primórdios da Europa moderna*. São Paulo: Ática, 1998.

FERNANDES, C. A. A noção de enunciado em Foucault e sua atualidade na análise do discurso. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. (Org.). *Percursos da análise do discurso no Brasil*. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 47-68.

FERREIRA, M. C. L. Análise do discurso no Brasil: notas à sua história. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. (Org.) *Percursos da análise do discurso no Brasil*. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 11-22.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. Outros espaços. In: MOTTA, M. B. (Org.). *Michel Foucault Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 411-422. (Ditos & Escritos, v III).

_____. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. Sobre a geografia. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008. p. 153-165.

GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

GRAVITZ, M. *Méthodes en sciences sociales*. Paris: Dalloz, 1990.

GREGOLIN, M. R. V. Da tela à teia do jornal online. *Nexos*, São Paulo, ano IV, n. 6, p. 25-42, 1º semestre 2000.

_____. Análise do discurso: os sentidos e suas movências. In: GREGOLIN, M. R. V. {et al.} (Org.). *Análise do discurso: entornos do sentido*. Araraquara: UNESP, FCL, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica Ed., 2001. p. 9-34.

_____. Análise do discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. (Org.). *Teorias linguísticas: problemáticas contemporâneas*. Uberlândia: EDUFU, 2003. p. 21-34.

_____. Michel Foucault: o discurso nas tramas da história. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. (Org.). *Análise do discurso: unidade e dispersão*. Uberlândia: EntreMeios, 2004. p. 19-42.

_____. Bakhtin, Foucault, Pêcheux. In: BRAIT, B. *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006a. p. 33-52.

_____. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Claraluz, 2006b.

_____. AD: descrever-interpretar acontecimentos cuja materialidade funde linguagem e história. In: NAVARRO, P. (Org.). *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. São Carlos: Claraluz, 2006c. p. 19-34.

_____. *Tempos brasileiros: percursos da análise do discurso nos desvãos da história do Brasil*. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. (Org.) *Percursos da análise do discurso no Brasil*. São Carlos: Claraluz, 2007a. p. 23-46.

_____. Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades. In: BARONAS, R. L. (Org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007b.

_____. Identidade: objeto ainda não identificado? *Estudos da Língua(gem): imagens de discursos*, Vitória da Conquista, Edições UESB, vol. 6, n. 2, p. 1-9, 2008. (No prelo).

_____. Michel Pêcheux e a história epistemológica da linguística. *Estudos da língua(gem)*. Vitória da Conquista, n.1, p. 99-111, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.estudosdalinguagem.org/revistas/n1jun2005/artigos/gregolin.pdf>> Acesso em: 7 abril 2009.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo: a análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, E. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994. p. 163-183.

HALL, S. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HAROCHE, C., HENRY, P., PÊCHEUX, M. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. *Langages*, n. 24, Paris: Didier-Larousse, 1971.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 13-36.

HUXLEY, A. *Admirável mundo novo*. São Paulo: Globo, 2001.

JENKINS, H. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2008.

KITTLER, F. A história dos meios de comunicação. In: LEÃO, L. *O chip e o caleidoscópio: reflexões sobre as novas mídias*. São Paulo: Senac, 2006. p. 74-100.

KUCINSKI, B. *Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, Ed. Unesp, 2005.

LEMOES, A. Aspectos da cibercultura: vida social nas redes telemáticas. In: PRADO, J. L. A. (Org.). *Crítica das práticas midiáticas: da sociedade de massa à cibercultura*. São Paulo: Hacker Editores, 2002. p.111-129.

LÉVY, P. *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

_____. *O que é o virtual?* Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 1996.

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008. p. VII-XXIII.

MACHADO, A. M. N.; QUARTIERO, E. M.; BIANCHETTI, L. O hipertexto com e sem computador: novas estratégias e recursos de uma prática antiga. *Nexos*, São Paulo, ano IV, nº 6, p. 43-57, 1º semestre 2000.

MALDIDIER, D. (Re)lire M. Pêcheux aujourd’hui. In: _____. *L’inquiétude du discours*. Paris: Cendres, 1990.

MANOVICH, L. Novas mídias como tecnologia e idéia: dez definições. In: LEÃO, L. *O chip e o caleidoscópio: reflexões sobre as novas mídias*. São Paulo: Senac, 2006. p. 23-50.

MARCHEZAN, R. C. Diálogo. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 115-131.

MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. Tradução de Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 2001.

MILANEZ, N. O corpo é um arquipélago: memória, intericonicidade e identidade. In: NAVARRO, P. (Org.). *Estudos do texto e do discurso*. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 153-179.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.) *Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos*. Vol. 1. São Paulo: Cortez, 2004.

NAVARRO, P. O pesquisador da mídia: entre a “aventura do discurso” e os desafios do dispositivo de interpretação da AD. In: _____. (Org.) *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 67-92.

NAVARRO-BARBOSA, P. Mídia, memória, identidade. In: FONSECA-SILVA, M. C.; POSSENTI, S. (Org.). *Mídia e redes de memória*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007. p. 93-110.

ORLANDI, E. P. Nota ao leitor. In: PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002. p. 7-9.

ORWELL, G. 1984. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.

PARKES, M. Ler, escrever, interpretar o texto: práticas monásticas na alta Idade Média. In: CAVALLO, G.; CHARTIER, R. (Org.). *História da leitura no mundo ocidental I*. São Paulo: Ática, 1998. p. 103-122.

PAVEAU, M.-A.; SARFATI, G.-É. *As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática*. Tradução de Maria do Rosário Gregolin et al. São Carlos: Claraluz, 2006.

PÊCHEUX, M. L'étrange miroir de l'Analyse du Discours. In: Courtine, J.-J. *Analyse du discours politique: le discours communiste adressé aux chrétiens*. *Langages*, n. 62, 1981.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1994. p. 55-66.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1995a.

_____. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1995b. p. 293-304.

_____. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997a. p. 61-151.

_____. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997b. p. 311-318.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997c. p. 163-252.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. (1983) Campinas: Pontes, 2002.

PEDROSO, M. Empresa lança serviço de velório virtual. *Terra Internet*. São José dos Campos, 2007. Disponível em: <<http://tecnologia.terra.com.br/interna/0,,OI1759989-EI4802,00.html>>. Acesso em: 26 mai. 2009.

PIOVANI, L. Duas coisas. *Blog.com a palavra*. Rio de Janeiro, 12 dez. 2008. Disponível em: <<http://contato.luapio.blog.uol.com.br>>. Acesso em: 5 jan. 2009.

PIOVEZANI FILHO, C. Análise do discurso político: novos objetos, novas perspectivas. In: NAVARRO, P. (Org.) *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 243-257.

POSSENTI, S. Análise do discurso e acontecimento: breve análise de um caso. In: NAVARRO, P. (Org.) *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 93-108.

RALEIRAS, M. Recensão de *A vida no ecrã: identidade na era da Internet*, de S. Turkle. *Sísifo: revista de ciências da educação*, Lisboa, n. 3, p. 113 – 116, 2007. Disponível em: <<http://sisifo.fpce.ul.pt>>. Acesso em: 8 out. 2008.

REVEL, J. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.

ROBIN, R. *História e linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977.

SANTAELLA, L. A crítica das mídias na entrada do século XXI. In: PRADO, J. L. A. (Org.). *Críticas das práticas midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas*. São Paulo: Hacker Editores, 2002. p. 44-56.

SARGENTINI, V. M. O. Arquivo e acontecimento: a construção do *corpus* discursivo em análise do discurso. In: NAVARRO, P. (Org.) *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 35-44.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2002.

SEGATA, J. Subjetividades e identidades de gênero nas salas de bate-papo lésbicas e afins do portal UOL. *Comuniles*, Santa Catarina, nov. 2005. Disponível em: <http://www.comuniles.org.br//index.php?option=com_content&task=view&id=81&Itemid=39>. Acesso em: 09 out. 2008.

SENNETT, R. *The fall of public man: on the social psychology of capitalism*. Nova York: Vintage Books, 1978.

SVENBRO, J. A Grécia arcaica e clássica: a invenção da leitura silenciosa. In: CAVALLO, G.; CHARTIER, R. (Org.). *História da leitura no mundo ocidental 1*. São Paulo: Ática, 1998. p. 41-70.

TAS, M. A história da civilização em 3 minutos. *Blog do Tas*. São Paulo, 5 jan. 2009. Disponível em: < <http://marcelotas.blog.uol.com.br> >. Acesso em: 5 jan. 2009.

TURKLE, S. *A vida no ecrã: identidade na era da Internet*. Lisboa: Relógio D'água, 1997. Recensão de: RALEIRAS, Mónica. *Sísifo: revista de ciências da educação*, Lisboa, n. 3, p. 113 – 116, 2007. Disponível em: <<http://sisifo.fpce.ul.pt>>. Acesso em: 8 out. 2008.

VECCHI, B. Introdução. In: BAUMAN, Z. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005. p. 7-14.